

**UNIVERSIDADE METODISTA DE PIRACICABA
FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
MESTRADO EM EDUCAÇÃO**

**TURISMÓLOGO: UM OLHAR SOBRE SUA
FORMAÇÃO PARA ATENDER PESSOAS COM
DEFICIÊNCIA.**

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

Bernadete Hespanhol

Piracicaba - SP

2005

**UNIVERSIDADE METODISTA DE PIRACICABA
FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
MESTRADO EM EDUCAÇÃO**

**TURISMÓLOGO: UM OLHAR SOBRE SUA
FORMAÇÃO PARA ATENDER PESSOAS COM
DEFICIÊNCIA.**

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Educação, Área de em Política e Gestão da Educação, à comissão julgadora da Faculdade de Ciências Humanas da Universidade Metodista de Piracicaba, sob orientação do Prof. Dr. Julio Romero Ferreira como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Educação.

Bernadete Hespanhol

Piracicaba - SP

2005

**UNIVERSIDADE METODISTA DE PIRACICABA
FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
MESTRADO EM EDUCAÇÃO**

A Comissão Examinadora, abaixo assinada,
aprova a Dissertação de Mestrado

**TURISMÓLOGO: UM OLHAR SOBRE SUA FORMAÇÃO PARA
ATENDER PESSOAS COM DEFICIÊNCIA**

elaborada por
Bernadete Hespanhol

como requisito parcial para obtenção do grau de
Mestre em Educação

COMISSÃO EXAMINADORA:

(Presidente/Orientador)

Prof^a Dr^a Mey Van Munster

Prof^o Dr^o Elias Boaventura

Piracicaba, 2005

).

*“Cada pessoa só é capaz de dizer ‘eu’
se e porque pode, ao mesmo tempo,
dizer ‘nós’ “*

Norbert Elias

Agradecimentos:

A Deus que com sua infinita graça sempre me amparou.

Aos meus pais, sogra e tio que com muita fé e orações sempre me estimularam.

Ao Ernesto, grande amigo e marido, por ter sempre acreditado e com extrema dedicação, ajudado a concretizar esse sonho.

Aos meus filhos, Bárbara e Juarez, por terem sido tão compreensivos.

À Coordenação de Pós-graduação da Faculdade de Educação da Unimep e a Capes que possibilitaram meus estudos.

À Prof^a Dr^a Cecília Ferreira por ter acreditado.

Ao meu orientador Júlio Romero Ferreira pela atenção, compreensão e bondade com que sempre me auxiliou.

Aos meus amigos de estudo e amigos da secretaria que muito me ajudaram nos momentos difíceis

A todos que de alguma forma possam ter contribuído para que eu pudesse realizar este mestrado.

Muito obrigada!

SUMÁRIO

LISTA DAS ILUSTRAÇÕES	6
RESUMO	7
ABSTRACT	8
INTRODUÇÃO	9
CAPÍTULO 1 – Retrospectiva Histórica do Turismo.	12
1.1 Antiguidade Clássica: Grécia e Roma.	14
1.2 Idade Média.	18
1.3 Do Renascimento – palco do Grand Tour – ao Modernismo do Termalismo, Cassinismo, Paisagismo e Montanhismo.	20
CAPÍTULO 2 – Turismo no Brasil.	27
2.1 O Século XX.	30
CAPÍTULO 3 – A Teoria de Norbert Elias.	58
3.1 Problemas da Autoconsciência e da Imagem do Homem.	72
CAPÍTULO 4 - Turismo e Deficiência.	81
4.1. Aspectos Legais.	81
4.2. Alterações no Conceito da Deficiência ao longo do processo civilizador.	92
4.3. Lazer, Deficiência e Mercado.	97
4.4 O Congresso Ibero Americano de Acessibilidade no Turismo e a perspectiva de inclusão.	103
CAPÍTULO 5 – Análise da Regulamentação Profissional Do Bacharel Em Turismo (TURISMÓLOGO) e da Formação em cinco Instituições de Ensino Superior, com cursos de graduação em Turismo.	152
5.1 Regulamentação da profissão de Turismólogo.	152
5.2 Formação do profissional em Turismo.	161
CONSIDERAÇÕES FINAIS	176
REFERÊNCIAS	177
ANEXOS	185

RESUMO: Este estudo está direcionado para as propostas pedagógicas de cinco cursos de turismo situados na região administrativa de Campinas. A investigação tem como foco a seguinte questão: Pode-se pensar a atividade turística como uma perspectiva de inclusão? Quanto aos objetivos, se buscou identificar como se constituem as interdependências e as relações estabelecidas na dinâmica figuracional pedagógica de cinco cursos de turismo da região administrativa de Campinas, com a pessoa com deficiência, visando avaliar em que nível as instituições de ensino superior de turismo reconhecem a importância de uma formação específica. Para atender o proposto a pesquisa está baseada em entrevistas com os coordenadores dos respectivos cursos selecionados e na demanda mercadológica. Como procedimento metodológicos foram empregados a análise bibliográfica, documental e entrevistas. Fez-se uma análise qualitativa tendo em vista a abordagem figuracional estabelecidos/outsideers de Norbert Elias, sendo utilizada como estratégia de análise a caracterização do dialogo. O material pesquisado apresenta subsídios teóricos e empíricos que corroboram a presença da pessoa com deficiência no mercado turístico, conferindo-lhe um status e o distanciamento das instituições formadoras de profissionais para este mercado.

Palavras-chave: deficiência, turismólogo, configurações.

INTRODUÇÃO

Norbert Elias (1994, p.189) comenta que “como ser humano, o indivíduo tem direitos que nem mesmo o Estado pode negar-lhe”.

O autor ao discorrer sobre o processo civilizador demonstra, as transições no habitus social dos indivíduos, ele comenta que a unidade de sobrevivência, antes restrita ao núcleo familiar, ao clã, evoluiu para o Estado e atualmente, há sinais inequívocos de que as pessoas começam a se identificar com alguma coisa que ultrapassa as fronteiras nacionais. Hoje, segundo ele, “Falar da humanidade como unidade global de sobrevivência é perfeitamente realista” (Elias, 1994), prova disso, é a importância que tem sido dada ao conceito de direitos humanos.

Com a Declaração Universal dos Direitos do Homem a humanidade passou a ter como linha mestra do ordenamento social, o direito a dignidade da pessoa humana, assim, considerar a dignidade da pessoa portadora de deficiência significa trata-la “desigualmente na medida e proporção de sua desigualdade” (Junior, 2004, p.45), o que equivale a dizer proporcionar-lhe condições para que possa viver com autonomia.

Embora se saiba que 14,5% da população brasileira seja portadora de necessidades especiais, quer sejam elas em função de uma deficiência ou mobilidade reduzida, “o fato é que a comunidade pátria não se encontra preparada para conviver em harmonia com essas pessoas” (Junior, 2004, p. 34).

Foi exatamente esta sensação, a razão de ser desta pesquisa, uma vez, que, no turismo, ela grita aos olhos.

Como foi dito por Junior (Ibid),

“apesar da sombria situação, e quando a deficiência permite, eles procuram interagir com a sociedade, superando heroicamente barreiras quase intransponíveis. Ocorre, então uma inversão no processo de inclusão: não é a sociedade que se adapta para receber o deficiente, mas, sim o portador de necessidades especiais que se adapta para se integrar à sociedade.

Assim, o deficiente tem presente em seu cotidiano o binômio exclusão-inclusão que aparentemente se opõe, mas que também se harmoniza quando ele demonstra suas potencialidades, superando barreiras até então existentes”.

Esta tensão entre inclusão-exclusão, a que estão sujeitas as pessoas com deficiência, sugere uma instabilidade, demonstra haver oscilações, hora para inclusão, hora para exclusão.

Foi esta percepção do movimento, de que as coisas estão em processo, em desenvolvimento e, no entanto, hora pendem para um lado, hora para outro, parecendo antagônicas, que direcionou este estudo, para a Teoria Sociológica de Norbert Elias, buscando compreender esse conflito numa atividade de lazer, um direito social já consagrado, como é o Turismo.

Para reflexão desse conflito, algumas dúvidas foram elencadas:

Se existem barreiras a serem vencidas e se a inclusão demanda que a sociedade as elimine, como e em que medida elas estão sendo superadas no segmento turístico?

As Instituições de Ensino Superior de curso de graduação em Turismo estão formando recursos humanos aptos para atender as necessidades das pessoas com deficiência no segmento turístico?

Desta forma, partindo de um pressuposto de Elias de que os indivíduos e a sociedade não são entidades estanques, nem tão pouco antagônicas, mas sujeita a transformações muito específicas no curso do processo civilizador, estabeleceu-se como variáveis a serem estudadas: a teia de inter-relações nos pape de turista-deficiente, frente à sociedade não deficiente, e ao mercado de entretenimento, aos olhos da academia.

Assim, são objetivos desse estudo:

- identificar como se constituem as interdependências e as relações estabelecidas na dinâmica figuracional pedagógica, do deficiente no turismo.

- avaliar em que nível e de que maneira, essas instituições reconhecem a necessidade de formação específica para o atendimento das necessidades desse segmento populacional.

-dimensionar enquanto fenômeno social o turismo para deficientes na visão acadêmica e na mercadológica.

Visando atender o proposto, este estudo foi dividido em capítulos. Inicialmente, como primeiro capítulo, foi feita uma retrospectiva histórica do turismo, com o intuito de contextualizar sua evolução proposta em diferentes estágios de desenvolvimento.

O segundo capítulo situa o turismo no Brasil e apresenta algumas bases legislativas da organização e estruturação da atividade.

O terceiro capítulo apresenta a teoria Sociológica de Norbert Elias como arcabouço teórico para as questões propostas.

O quarto capítulo foi subdividido em quatro sub-capítulos visando relacionar turismo e deficiência. No primeiro sub-capítulo foi feita uma breve análise dos aspectos legais da legislação turística em paralelo com os compromissos internacionais relativos a deficiência. No segundo sub-capítulo foi feita uma análise das alterações ocorridas na conceituação da deficiência ao longo do processo civilizador. No terceiro sub-capítulo buscou-se relacionar a deficiência, o lazer e o mercado. No quarto sub-capítulo foi apresentando o primeiro Congresso Ibero-Americano de Acessibilidade no Turismo: O mercado de consumo para um turismo sem barreiras, visando compreender a posição do mercado frente ao consumidor deficiente, numa perspectiva de inclusão, assim como, a dos órgãos públicos, responsáveis pela atividade turística, além de outros envolvidos com o setor concomitantemente. Foram analisadas, também, algumas experiências relatadas no evento, vivenciadas por pessoas com deficiência e instituições.

No capítulo quinto buscou-se analisar a regulamentação profissional do Bacharel em Turismo (Turismólogo) e sua formação em cinco instituições de ensino superior com cursos de graduação em Turismo. Para a execução destes objetivos foi feita pesquisa e coleta de documentação, além de entrevistas com coordenadores e professores, visando identificar a forma como as escolas selecionadas estão formando os profissionais no tocante ao trabalho com pessoas com deficiência.

Finalmente, serão discutidos os dados levantados através da pesquisa e seus possíveis desdobramentos.

CAPÍTULO 1. RETROSPECTIVA HISTÓRICA DO TURISMO.

A raiz “tour” aparece documentada pela primeira vez em 1760 na Inglaterra. Antecede a 1800 o primeiro registro da palavra no *Pequeno Dicionário de Inglês Oxford*, como sendo, “Turismo: a teoria e a prática de viajar, deslocar-se por prazer. Uso, depredação”.

Um estudo etimológico da palavra,

“permite indicar sua procedência latina tornus (torno) como substantivo, e tornare (redondear, tornear, girar) como verbo. A idéia de giro, de viagem circular, de volta ao ponto de partida, se deduz, claramente, de raiz comum, que origina tornus e tornare. Parece que o turn britânico, de 1746 – to take a turn – cedeu lugar, em 1760, ao tour que usamos até hoje de influencia francesa”.(Dicionário de Inglês Oxford apud Moesch, 2000, p.10.).

Essa demonstra ser também, a compreensão de Barreto quando diz que, ainda que o conceito de turismo tenha surgido na Inglaterra no séc. XVII, referindo-se a “um tipo especial de viagem”, a raiz “tour” é de origem francesa e quer dizer volta, seu equivalente em inglês é “turn”, e no latim “tornare”.

A autora lembra ainda que, “a Inglaterra esteve ocupada pelos franceses (Normandos, séc X até o XIV), a corte passou a falar francês, e o inglês escrito quase desapareceu” (1997, p.43).

Segundo Arthur Haulot (1997, p. 43), pesquisador suíço, a origem da palavra turismo é hebraica, vem de “Tur”, significando, viagem de reconhecimento, como está na Bíblia.

Fuster (2000, p. 11) coloca que nos primórdios históricos do turismo, a palavra era utilizada como sinônimo de “viagem por prazer”.

Barreto (1997, p.43-44) por sua vez, fala da importância da conceituação de viagem e de turismo, considerando-se as diferenças, até mesmo para uma melhor compreensão da história do Turismo. Além disso, ela acredita também ser necessário, que se faça distinção entre viagem e deslocamento. Para a autora, um simples deslocamento, como por exemplo, a migração, hábito do homem primitivo, à procura de condições ideais para sua sobrevivência, instalando-se num novo local, por tempo determinado enquanto durassem as condições ideais; não pode ser equiparada a viagem, pois, viajar implica em deslocar-se temporariamente com retorno ao local de origem previsto ou previsível, enquanto que no caso da migração, há deslocamento, mas, não há retorno, assim, “muitos povos viveram, durante séculos, de forma nômade, o que tampouco tem a ver com viagens ou turismo”. (Barreto, 1997, p. 44).

Segundo ela, viagem implica em deslocamento com volta programada, assim como turismo, porém, no conceito de turismo está implícito “a existência também de recursos, infra-estrutura e superestrutura jurídico-administrativa”.

Parece não ser possível precisar a história das viagens que antecederam o fenômeno turístico. Segundo Yasoshima e Oliveira (2002, p.17) “a história das viagens confundem-se com a própria história da humanidade, pois os deslocamentos sempre acompanharam o desenvolvimento humano”.

Há autores que situam o turismo no século VIII a.C., na Grécia, porque as pessoas viajavam para ver os jogos olímpicos a cada quatro anos (De Lá Torre. 1991, p.12), outros acreditam que os primeiros viajantes foram os fenícios, por terem sido os inventores da moeda e do comércio (McIntosh. 1972, p.9). Yasoshima e Oliveira falam das diferentes motivações que levaram os homens do passado a viajar, quer seja, pelo desejo de conquistar mais provisões, ou outros territórios e apontam como um marco importante no desenvolvimento do transporte, a invenção da roda pelos sumérios, além disso, acrescenta a autora, “deve ser feito um registro da importante contribuição dos sumérios, fenícios, persas e outros povos tiveram para o desenvolvimento” (Rejowski, 2002, p. 17). Pesquisas arqueológicas revelam, por exemplo, que há 13 mil anos, os grupos humanos habitantes da Caverna de Madasin, nos Pirineus franceses, viajavam até o mar e retornavam. Isso demonstra que o ser humano sempre viajou, seja definitivamente ou temporariamente, retornando. (Leakey, 1985).

Por razões didáticas, optou-se por analisar a origem e evolução das viagens e do turismo organizado em períodos, da Antigüidade Clássica, Grécia e Roma, passando pela Idade Média, Renascimento, Modernidade e finalizando com a Pós-modernidade. No entanto, como foi dito por Barreto, ainda que se fale das viagens romanas como antecedentes remotas do turismo, não se pode comparar com o que se entende hoje por turismo. Ainda que se atribua, as viagens romanas ou gregas, da Antigüidade clássica a devida importância como marco de planejamento e organização de viagens e dos meios de transportes, considerando as obras viárias de infra-estrutura construídas naquela época e que permanecem até hoje, ou as semelhanças motivacionais de viajar por prazer, elas não se equivalem, para ao que hoje, se entende por turismo. No seu entender;

“Trata-se de viagens, seja de prazer, de comércio, de descoberta, realizada apenas por uma parte da sociedade: os homens livres – as relações de produção capitalistas da sociedade industrial que caracterizam o turismo atual não estavam presentes porque os serviços eram prestados pelo braço escravo” (Barreto 1997 p.44).

1.1 Antigüidade Clássica: Grécia e Roma.

As cidades Gregas se ergueram e cresceram ao longo da costa, o que acabou facilitando o desenvolvimento do transporte marítimo. Torre (2000, p. 41 *apud* Rejowski, 2002, p. 19) ”ressalta que o porto de Pirineus tinha atracadouros e diques secos, além de locais para desembarque, carga e descarga, assim como armazéns para a guarda de mercadorias”.

Segundo Sigaux (1965, p. 9 *apud* Rejowski, 2002, p. 19) Heródoto, um grego, geógrafo e historiador foi modelo de “turista”, além de curioso dispunha de tempo para longas viagens. Seus escritos representam, boa parte do que se conhece hoje. Além dele, Paresanias, um sofista grego, escreveu em dez livros, a Descrição da Grécia, entre os anos de 160 a 180 a.C.

O lazer não foi o que motivou o povo da Grécia a viajar. O modo austero da vida helênica, assim como, razões de ordem moral e religiosa, impediam o ócio e o divertimento. Suas viagens forma motivadas por questões religiosas, como por exemplo, peregrinações a Olímpia, de quatro em quatro anos, para participar ou assistir os jogos dedicados a Zeus. Os primeiros jogos olímpicos

começaram em 776 a.C. sendo que somente os homens livres podiam competir. A programação incluía cerimônias religiosas, sacrifícios, discursos feitos pelos filósofos, recitais de poesias, paradas, banquetes e celebrações pelas vitórias conquistadas (Yasoshima e Oliveira, in: Rejowski , 2002, p. 20-21).

Os atletas participantes eram alojados no Leonidaion, nome atribuído em homenagem a um dos patrocinadores, Leônidas. Os ricos e as delegações oficiais montavam tendas para se abrigarem, enquanto que a maioria das pessoas que iam assistir, dormia no relento. Mercadores, artesões e vendedores de comida se valiam da ocasião, como oportunidade para comercializarem seus produtos (Yasoshima e Oliveira, in: Rejowski , 2002, p. 21).

Outros três jogos atraíam viajantes de várias localidades gregas: os pítios, os ístmicos e os nemeus. Os Jogos Pitios eram realizados em Delfos, em homenagem a Apolo. Os ístmicos em Isthmia, em homenagem a Poseidon e os nemeus, eram realizados no santuário de Zeus em Neméa.

Outro motivador das viagens gregas, era a saúde. Segundo os autores acima citados, Epidauro, cidade localizada sobre o Golfo de Egina, era a cidade de Esculápio, o deus da Cura. Eles contam que os doentes iam até lá esperando que a divindade lhes aparecesse, passavam a noite toda no interior do templo. “Na aurora os sacerdotes médicos lhes aplicavam o tratamento indicado pelos deuses” (Yasoshima e Oliveira, in: Rejowski , 2002, p. 20).

Também os banhos em fontes de águas minerais, desde a época clássica, século V a.C., faziam parte dos tratamentos medicinais tendo levado os doentes gregos a lugares distantes como Tessália, na Ásia, por exemplo, (Laty, 1996, p. 6 *apud* Yasoshima e Oliveira in: Rejowski., 2002, p. 20).

Os autores comentam que havia certas facilidades para aqueles que viajavam, como, por exemplo, locais para pernoite, teatros e estádios, junto aos templos gregos, ou ainda, a possibilidade de contar com a ajuda dos chamados próxenos, cidadãos designados pelo Estado para receberem estrangeiros, orientá-los e ajudá-los a regressar às suas cidades de origem, quando fosse esse o caso (Rejowski, 2002, p. 20-23).

“A primeira obrigação deles era ajudar e dar toda a assistência a seus compatriotas que estivessem fora de suas residências, particularmente aqueles que estavam em missão oficial. Seu mais mundano dever era o de extensão da hospitalidade, a obtenção de ingresso para teatro, ou até o

empréstimo de dinheiro para alguém que estivesse em dificuldades financeiras durante sua viagem. Deveres mais complexos incluíam a negociação de resgate com os familiares de alguém tomado como prisioneiro de guerra. Os herdeiros do viajante que por acaso morresse na cidade deveriam procurar o proxeno para o levantamento financeiro” (Rejowski,2002, p. 22).

Comentam ainda, que há autores que vêem na figura dele como sendo a do 1º funcionário público atuando na área de viagens, outros equiparam aos atuais embaixadores e cônsules.

“Autores como Lickorish e Jenkins (1997:36) citados por Yasoshima e Oliveira (2002:22), afirmam que desde a antiguidade, século V.a.c., Atenas já havia se tornado um destino importante para os viajantes, em função do Parternon, assim como, as Sete Maravilhas, as quais, segundo ela” Sem dúvida que as Sete Maravilhas foram construídas visando atrair visitantes, particularmente aqueles da aristocracia, da escolástica e de tendências artísticas “.

Acredita-se que o desenvolvimento das viagens gregas pode ser atribuído ao seu sistema de troca de moedas e a facilidade da língua grega ser conhecida em toda a região mediterrânea (Mill, 1992 *apud* Yasoshima, & Oliveira *in*: Rejowski, 2002, p. 23).

Os romanos ao contrário dos gregos, de espírito prático, privilegiavam “todas as formas de prazer, que a existência podia comportar, aí também enquadrados os prazeres das viagens” (Yasoshima & Oliveira, *in*: Rejowski, 2002, p. 20).

Roma era um vasto império controlado por uma autoridade central. Essa forma de governar exigia medidas eficazes no sentido de preservar a integridade territorial. Medidas estas que só foram possíveis dadas à eficiente distribuição romana de trabalho, a eficiente rede de transportes e comunicação criados pelos romanos e pela fé num modo de vida superior (Yasoshima, & Oliveira, *in*: Rejowski, 2002, p. 24).

Quanto às estradas, parece importante lembrar que os romanos se especializaram na sua construção. Começaram a construí-las em 150 a.C. sendo que “muitos trechos dessas estradas são utilizados até hoje e estão em perfeito estado de conservação” (Yasoshima, & Oliveira, *in*: Rejowski, 2002, p. 27).

Além disso, as casas de etapa, albergue abertos a todos, mas que priorizavam o descanso das tropas e funcionários do governo, funcionavam como infra-estrutura de apoio.

Segundo Torre (2000 *apud* Yasoshima, & Oliveira *in*: Rejowski, 2002, p. 28) havia dois tipos de estradas: as pretorianas construídas com fins militares e as consulares destinadas ao uso geral e sob a responsabilidade dos cônsules.

Essa rede viária construída para fins militares foi responsável pelo desenvolvimento urbano e rural e pelo aumento das viagens (Yasoshima & Oliveira *in*: Rejowski 2002, p. 29).

Roma começou a se expandir em 241 a.C. Seu período de glória ocorreu durante o governo de Julio César. Foram 200 anos de paz sob o Império Romano. A Pax Romana possibilitou deslocamentos seguros, segundo os autores “criou-se uma ordem de prosperidade propícia à mobilidade dos homens, das mercadorias e das idéias” (Yasoshima & Oliveira *in*: Rejowski 2002, p. 24).

Nesta época, ocorreram grandes expedições, como a que integrou o Egito ao “espírito romano”. Surgiu também uma espécie de “classe média” realizando viagens regionais e sazonais, no verão para o litoral. Os ricos construíram casas de veraneio próximas de Roma.

Ao redor da baía de Nápoles, situavam-se os locais mais procurados. “Nápoles atraía os intelectuais e aposentados. Cumae era o centro de férias da moda, Puteoli atraía os” turistas “mais formais, enquanto que Baiae era uma cidade balneária e atraía os viajantes de menores recursos, notórios por serem briguentos, bêbados e boêmios” (Yasoshima & Oliveira *in*: Rejowski 2002, p. 24).

Algumas vilas se destacaram por terem sido escolhidas por ilustres, como, por exemplo, os arredores de Pouzoles, escolhido por Cícero, Julio César, Pompéia e Antonio para a prática de otium, viagem e permanência a beira mar. Segundo os autores acima citados (Yasoshima & Oliveira *in*: Rejowski 2002, p. 25). “a viagem de lazer antiga implicava a variedade e a diversidade dos momentos. Os passeios, as leituras e as conversações se alternavam com a pesca e os banhos sulfurosos”.

Os referidos autores comentam ainda que

“certos romanos, pertencentes à elite, viajavam por prazer para a Grécia e o Egito e utilizavam os guias de viagens conhecidos como periegeses, precursores dos guias turísticos

atuais. Nesses guias eles encontravam informações sobre as cidades que iriam visitar, seus monumentos, atrativos, modos de vida e costumes de seus habitantes” (Yasoshima & Oliveira in: Rejowski 2002, p. 25).

Além disso, eles fazem menção à construção da Via Domícia com o intuito de descongestionar o intenso trânsito em direção à costa nos meses de verão (Yasoshima & Oliveira *in: Rejowski 2002, p. 26*).

Eles atribuem o desenvolvimento das instalações termais em Roma, à construção das Termas do Campo de Março, em 25 a.C. A partir daí os locais para banho se tornaram do interesse dos viajantes.

Ao contrário dos gregos os romanos não viajavam, em sua maioria, estimulados pelas festas ou pelos jogos como dito por (Yasoshima & Oliveira *in: Rejowski 2002, p. 28*). As festas eram de maneira geral, um atrativo local que não levava os romanos a se deslocarem dentro da província.

1.2 Idade Média

Com a queda do Império Romano em 476 d.C., houve um retrocesso no desenvolvimento das viagens. Segundo Sigaux, (1965 *apud* Yasoshima, & Oliveira *in: Rejowski, 2002, p. 31*) muitas estradas foram destruídas ou desapareceram por falta de conservação.

Além disso, a insegurança foi determinante como impedimento para realização de viagens. Temia-se pela vida, em função do risco de saques e assaltos. Segundo Lage e Milone, (2000, p. 31), principalmente após a invasão dos bárbaros, no século IV.

Com isso, a sociedade acabou se fixando na zona rural em feudos quase auto-suficientes e como quase não havia produção excedente, também não se fazia trocas. Coltman (1989 *apud* Yasoshima; Oliveira, 2002, p. 32) se refere ao período entre 500 e 1400 d.C. “como a época em que a maior parte da classe média havia desaparecido, o comércio declinado e as pessoas retornaram para o campo”.

Segundo Yasoshima e Oliveira *in: Rejowski, 2002, p. 32*. as poucas viagens realizadas neste período estão ligadas a feiras e peregrinações. Esses autores falam que a Igreja na época “abraçou um grande desafio de construções, particularmente na França, onde novas igrejas e catedrais foram erguidas e se tornaram grandes atrativos”. Contam que para atrair os fiéis, ela

concedia indulgências e graças espirituais e que os mosteiros e as abadias hospedavam os peregrinos e estes por gratidão faziam doações.

Algumas viagens realizadas eram de pequeno percurso e motivadas por interesses comerciais ou particulares, tais como comprar ou vender terras, casar uma filha, enterrar um ente querido, cobrar uma dívida entre outros. Outras eram mais longas e mais desafiadoras como, por exemplo, a principal delas, a peregrinação à Jerusalém realizadas no século II e III d.C., para visitar a Igreja do Santo Sepulcro, construída em 326 d.C. pelo Imperador Constantino o Grande.

Barreto (1997, p. 45) comenta que não há registro de viagens, por volta do século V, período em que o Império esteve subjugado pelos invasores visigodos, ostrogodos, vândalos e burgúndios, conhecidos como “bárbaros”, exceto a dos próprios invasores e os pequenos deslocamentos para festas como as da primavera e da colheita.

Segundo ela, a partir do séc. VI tornaram-se freqüentes as peregrinações de cristãos – chamados romeiros – para Roma, especialmente nos Jubileus dos Anos Santos, ou seja, ano festivo dedicado a Deus e ao repouso e que segundo o Antigo Testamento acontecia a cada 50 anos. (Barreto, 1997).

No Século IX foi descoberta a tumba de Santiago de Compostela o que acabou atraindo peregrinos – os chamados jacobitas e jacobeus, os quais são segundo o Dicionário Prático da Língua Portuguesa (Houaiss, 1987)¹. Além disso, os autores Yasoshima e Oliveira, (*in*: Rejowski, 2002, p. 33) destacam também as peregrinações dos muçulmanos á Meca. Nos séculos XIII e XIV as peregrinações já eram um fenômeno de massa e contavam com o apoio de uma grande rede hoteleira de caridade e largo comércio de alimentos e objetos religiosos.

A Ordem de São Bento, primou pela hospitalidade dada aos peregrinos. Os beneditinos hospedavam os viajantes por imposição normativa da própria ordem, conforme capítulo 53 da Regra Beneditina.

Os referidos autores mencionam ainda que na época em análise, os peregrinos viajavam com um documento conhecido como *testemoniale* através

¹ “(...) 2. Relativo ou pertencente a uma seita religiosa organizada no século VI por Jacó Baradeo, Bispo de Edessa. S.M. e f.1. Partidário dos Stuarts após 1688. 2. Membro da seita Jacobita”.

do qual obtinham garantias quanto à segurança e saques. Esse documento era dado por um superior religioso, e mais tarde veio a ser substituído pela autorização do Estado, em especial, no período entre guerras. A relevância desses documentos se deve ao fato deles ser precursores do atual passaporte.

O final da Idade Média foi caótico, doenças dizimaram sua população e afetaram em grande medida sua economia. Só por volta do século XV ela começa a mostrar sinais de superação. Surgem os primeiros peregrinos do comércio, mercadores, aventureiros que percorriam longas distâncias, rumo à China, Índia e Norte da Europa em busca de novos clientes e mercadorias, como demonstrado por Sigaux, (1965 *apud* Yasoshima, & Oliveira, 2002, p. 35).

Após a conquista do Santo Sepulcro pelos turcos, cruzadas foram organizadas para recuperá-lo. Isso intensifica o número de viajantes nas estradas e transforma o *modus operandi* das pousadas, passando de atividade caridosa para lucrativa, constatando-se através do primeiro grêmio de proprietários de pousadas, em Florença na Itália, em 1282. Há notícias de que no séc. XV, Baden Baden, uma estância termal alemã, atraía multidões, motivadas pelos banhos licenciosos, além disso, este século é marco das viagens transoceânicas de descoberta, realizadas a princípio pelos espanhóis e portugueses.

Este século e o seguinte, séc. XVI foram palco das grandes viagens marítimas, mas não se pode deixar de destacar que em séculos anteriores, séc. XI, os Vikings já haviam navegado até a América do Norte, e no séc. XIII, Marco Pólo já havia estado na Ásia, e “os mercadores dos *caravanserais* percorriam por terra longas distâncias nas trilhas da Rota da Seda” (Yasoshima, & Oliveira, 2002 *in*: Rejowski, p. 35).

1.3 Do Renascimento – palco do Grand Tour – ao Modernismo do Termalismo, Cassinismo, Paisagismo e Montanhismo.

O século XVI testemunhou as viagens realizadas pelos jovens da elite acompanhados de seus mestres exclusivos. Barreto (1997, p.47), coloca que:

“Não havia propriamente turismo, mas sim ”tours”, viagens de ida e volta, realizadas pela classe privilegiada, uma minoria rica (elite), um “tour” de aventura, masculino (dizia-se e escrevia-se explicitamente que as mulheres não deviam viajar),

esporádico (eles não trabalhavam, viajavam quando queriam e podiam) e com uma duração aproximada de três anos. Eles chegavam ao continente em navios impulsionados por velas e faziam sua viagem a pé, a cavalo ou a lombo de burros”.

Nesta época, alguns países da Europa se destacaram, como destinos preferidos. Os Ingleses andavam por regiões da França, Alemanha, Itália e Holanda. Os Alemães preferiam a costa do mediterrâneo. Há quem diga que esses mestres ou tutores acompanhantes desses jovens da elite europeia são os antecessores do guia de turismo atual, uma vez que falar a língua e conhecer os costumes do país visitado era condição necessária, “a fim de poder comentar e explicar os costumes do povo”, como comentado por Badaró (2003 p.67).

Com a expansão comercial, o século XVI assiste a criação do primeiro hotel do mundo, o Wekalet-AL-Ghury, no Cairo, Egito, para atender mercadores. Além desse, outros 12 spas foram inaugurados neste mesmo século, havendo divergências entre os autores citados, quanto ao propósito deles, conforme exposto:

Badaró (2003, p. 67-68) diz que:

“Doze spas foram registrados nesse mesmo século, reservando-se cinco deles ao atendimento exclusivo de nobres e monarcas, que aproveitavam os programas de recreação e entretenimento. Nesse ínterim, foram construídas diversas casas de campo nos arredores de grandes cidades italianas, sendo esses imóveis considerados os ancestrais diretos do conceito de residência secundária”.

Barreto (1997, p. 48) diz que: “Havia também algumas viagens de prazer; no mesmo século registravam-se 12 spas no continente, para pobres e doentes, com programas de entretenimento”.

No século XVII, os transportes terrestres alcançam consideráveis melhoras, inventou-se a belina, um meio de transporte com duas poltronas e mais veloz, e a diligência com serviços regulares de Frankfurt a Paris e de Londres a Oxford. Há também registros da construção do primeiro pedágio, em Hertfordshire, Inglaterra, 1663, como estratégia para a manutenção e conservação das estradas que em alguns países era feita pelos donos da terra pó onde elas passavam.

O século XVIII principia em clima de guerra. A França, através de Luís XIV, luta pela anexação da Espanha, com a intenção de através de ela dominar

territórios americanos, e com isso afugentar aqueles que passaram a visitar a Itália, especialmente Florença e Roma. Como dito por Badaró (2003, p. 68, *apud* Levitray, 1999), neste século, firmou-se a máxima: “As viagens formam a juventude”.

(...) ”Na primeira década deste século, os spas sofreram uma reestruturação, em função da procura por recreação, lazer e entretenimento organizado. Foi criada uma liga com os doze melhores e mais importantes do continente europeu estabelecendo-se entre eles, a associação através de títulos, de maneira que somente os doentes ou nobres e monarcas que possuísem o título da casa usufruiriam seus benefícios” (Badaró, 2003, p. 69).

Além disso, o autor menciona que neste século, aconteceu também a “*revolution thérmale*”, ou seja, a utilização da água para a saúde, através de banhos, duchas, sauna e da ingestão em estâncias minerais, com a chancela do Institute de Médecine de Paris, que por meio de um tratado reconheceu as suas propriedades de cura. Outro fato marcante neste mesmo século foi o espaço social e político conquistado pelos jogos de azar, através da legitimação em cassinos. (Badaró, 2003, p. 69).

Rejowski et al (2002. p. 45). lembra que o ressurgimento do termalismo antecede o século XVII, mas que foi a partir da metade dele que a forma de usufruí-lo, sofre modificações, aliando-se saúde com entretenimento “(teatros, bibliotecas, jogos, etc.). Tais atividades surgiram para preencher o tempo ocioso dos usuários, uma vez que se dedicavam ao tratamento por períodos de 15 a 25 minutos diários”.

Outra mudança apontada tem haver com a freqüência, a autora coloca que na antigüidade ela se restringia á localidade e que todos se beneficiavam das fontes hidrominerais, ricos, pobres e até mesmo os animais. No entanto, a partir do acima citado século, alguns nobres, passaram a explorar comercialmente suas fontes, fornecendo também alojamento, alimentação e diversão a seus freqüentadores que passaram a ser Reis, Rainhas, Chefes de Estado, Cardeais e a alta nobreza.

Badaró (2003, p 69) observa que: “Nota-se no século XVIII a expansão das atividades lúdicas e de recreação, cujo fim era proporcionar o acesso a prazeres mundanos, tão preconizados naquela época por nobres e reis”.

Rejowski et al (2002. p. 46) acrescenta que: “A verdadeira atração nos centros termais passou a ser os cassinos”.

Mourão (1997, *apud* Rejowski, 2002, p. 46) coloca que:

“Na Europa, o jogo alastrou-se de modo incontrolável em todas as estações de águas. Na primeira metade do século XVIII a estância prussiana Schwalbach (Alemanha) tinha a maior clientela de aficionados. Depois de 1750 surgiram duas rivais: Spa (Bélgica) e Aix-la-Chapelle (Alemanha).

(...) a elegante Spa tornou-se a capital do jogo: dois a três mil estrangeiros a visitavam todos os anos. Note-se que não chegavam a duzentos os que faziam uso das águas minerais”.

Este século testemunhou ainda, o surgimento dos balneários marítimos, procurados no início para a prática da *talassoterapia*, uma técnica prescrita e acompanhada por médicos que utilizavam águas salgadas e geladas. Segundo Corbain (1984, *apud* Rejowski, 2002, p. 47) “os banhos de mar eram receitados e tinham acompanhamento médico”.

Nesta época, alguns balneários de praias frias se destacaram, entre eles Brighton, na Inglaterra, San Sebastian, na costa basca, Espanha, Biarritz (Côte d’ Argent), na França, Cascais e Estoril em Portugal. As costas do Mediterrâneo não atraíam por serem consideradas pela elite, praias quentes e também por serem freqüentadas pelos habitantes da região. A elite, delas dizia: “são muito quentes e sem elegância; as pequenas estações do Miidi² são partilhadas pelos habitantes da região” (Boyer, *apud* Rejowski, 2002, p.48).

Somente um século depois, o Mediterrâneo começou a ser freqüentado pela elite européia, tendo nessa ocasião se destacado alguns balneários, como o da Costa Azul na França, Brione Maggiore na Itália, A Riviera Italiana, as Canárias na Espanha, ou ainda, nas Américas, Atlantic City e Flórida nos EUA, Mar Del Plata na Argentina, Viña Del Mar no Chile.

Marco também deste século foi o surgimento das chamadas viagens “românticas”, momento em que os Alpes Suíços que antes eram descritos como “horrríveis”, ganham status de “belo” e a Suíça se torna a maior atração da Europa, especialmente a partir da prática do esqui.

No final deste século e por todo o século seguinte, o descanso e a contemplação das paisagens campestres e montanhosas, como paisagens

² Nome usado para o Sul da França.

belas á serem admiradas, não mais como obstáculos a serem superados passam a ser as novas motivações das viagens, segundo Barreto (1997, p.51).

Paisagens bucólicas acabaram atraindo a elite, dando origem às “residências campestres”, sendo este movimento denominado Paisagismo. Outro aspecto importante a ser considerado como fator motivador da procura pelo clima das montanhas, foi à epidemia de tuberculose que assolou á Europa nesta época, tendo sido então, construídos muitos sanatórios nas montanhas Suíças originando um fluxo de doentes para tratamento.

Em 1872, o Presidente dos EUA, Ulysses Grant, decretou em 1º de março, a abertura do 1º Parque Nacional do mundo, o *Yellowstone Park*, com 2,2 milhões de acres de área selvagem para segundo ele “benefício e entretenimento do povo” (Rejowski, 2002, p. 51).

Com o advento da Revolução Industrial, final do século XVIII e início do século XIX, a sociedade, a economia e a política, vivem um período de grandes transformações. A descoberta da máquina a vapor de Watt deu causa ao êxodo rural, a máquino-fatura na produção fabril, ao inchaço das cidades, ao aumento da produção alimentícia e ao avanço sem precedente do capitalismo industrial, como exposto por Badaró (2003, p. 70).

O aumento da produção e do consumo, assim como a necessidade de escoamento da produção, acabou acarretando uma melhor conservação das estradas e o aumento de pessoas circulando por elas. Badaró (2003, p. 70) comenta que foi o aumento do fluxo de Ingleses fazendo “tour” pela Europa que deu origem ao termo “tourists”, como um apelido àqueles viajantes.

Comenta Barreto (1997, p.51) que em 1830 a ferrovia Liverpool - Manchester, na Inglaterra, começou a ser ocupada mais por passageiros que por cargas e que em 1841, Thomas Cook, um inglês vendedor de bíblias, teve a idéia de alugar um trem para que ele e seus 570 colegas pudessem participar de um encontro em Loughborough. Essa foi a primeira viagem agenciada, segundo a autora, “Era o começo do turismo coletivo, a excursão organizada que atualmente leva o nome de *all inclusive tour, package*, ou pacote”. Cook trabalhou como operador, como agente de viagens, chegou até a editar um guia turístico denominado “Conselhos de Cook para excursionistas e turistas” e a criar um *voucher* hoteleiro em 1867. Suas inovações marcaram a entrada do turismo na era industrial. Sob o ponto de vista comercial e social, na medida em que seu sistema de viagens coletivas acabou barateando custos, maior

número de pessoas das camadas médias teve acesso, ele popularizou as viagens.

Assim, o turismo no século XIX, se deu através dos trens em nível nacional e navios em nível internacional.

Barreto (1997) entende como fatores que contribuíram para o desenvolvimento do turismo no século XIX, o estabelecimento de polícia regular, salubridade pelo tratamento das águas e esgotos em várias cidades européias, o aumento no índice de alfabetização do povo possibilitando acesso às informações veiculadas nos jornais, estimulando o desejo de viajar. Além disso, a luta dos trabalhadores por mais tempo de lazer e para auto-realização, foi de importância capital.

Segundo a acima citada autora, “a melhora nos meios de transporte, a vida nas cidades, o trabalho nas fábricas substituindo o trabalho doméstico irão transformar o turismo em fenômeno mundial de massas” (Barreto, 1997, p. 53).

O século XX foi palco de duas grandes guerras mundiais, conseqüência de disputas de ordem econômica, tendo a 1ª guerra freando a atividade turística em todo mundo, como exposto por Badaró (2003).

Barreto (1997, p.54) acrescenta:

“No período entre guerras, as férias remuneradas passaram a ser uma realidade para grande parte da população européia, permitindo que outras classes sociais menos favorecidas economicamente também comessem a viajar, e que todas as classes comessem a aspirar a uma viagem de férias. Concomitantemente, começou-se a implantar o sistema de crediário”.

No que se refere a férias para a classe operária financiadas pelo Estado, a Alemanha e a Itália foram pioneiras. Poder-se-ia falar de turismo social se esta atividade não tivesse sido aproveitada pelos nazistas e facistas, como demonstrado por Badaró (2003, p. 73- 74) :

“Em 1925, Mussolini incorporou o dopolavoro à Carta do Trabalho. A técnica de ocupar o tempo livre dos trabalhadores com atividades de lazer foi amplamente empregada pelos regimes totalitários. (...) dez anos após sua criação, ele reunia cerca de 3,5 milhões de pessoas em torno de suas atividades (...).

O modelo fascista de turismo de massa foi imitado pela Alemanha de Hitler, que criou em 1933, o Kraft durch Freude (força para a alegria). Dessa maneira Hitler almejava a mobilização cultural do povo que trabalhava (...). Os Alemães eram convidados de maneira direta a não deixar seu

país durante as férias, para evitar uma possível contaminação ideológica dos produtos culturais judeus “”.

A Segunda Guerra Mundial paralisou toda a atividade turística, uma vez que o maior centro turístico do mundo, a Europa, foi palco de atrocidades, sem precedentes na história.

A internacionalização da economia ocidental, desde o fim da 2ª Guerra Mundial, efetuada através de investimentos feitos pelos EUA na Europa, visando sua reconstrução (Plano Marshall e outros), assim como a adoção da produção em massa (fordismo) de forma generalizada, acabou incentivando os mercados de consumo de massa globais e incrementando varias atividades internacionais, como por exemplo, o turismo (Harvey, ¹⁹⁸⁹ *apud* Barreto¹⁹⁹⁷, p. 54)

Em 1945 foi criada a Organização das Nações Unidas – ONU. Com a criação desta organização o turismo passou a ser compreendido como “forma de intercambio cultural” tendo como principio ficado a cargo da Unesco e posteriormente da Organização Mundial do Turismo – OMT – criada em 1975.

Em 1949 foi vendido o primeiro pacote aéreo e a partir de 1957, ele se consagrou pela preferência dos turistas.

Em 1960, surgiram as operadoras turísticas oferecendo pacotes, partindo do Norte da Europa, Escandinávia, Alemanha Ocidental e Reino Unido para as costas do Mediterrâneo. Na segunda metade do século passado, expandiu-se pelo mundo inteiro.

Dados apresentados por Badaró (2003, p. 78) indicam que na década de 1960, as receitas do turismo internacional estavam pela ordem dos 10 milhões de dólares; tendo passado para 50 milhões em 1970; 300 milhões em 1980, mais de 1 bilhão de dólares na década de 1990; 4,5 trilhões de dólares por ano, atualmente.

Dessa forma, parece apropriada a fala de Barreto (1997, p. 51) ao vincular, o turismo ao sistema de produção e ao desenvolvimento tecnológico: “O modo de produção determina quem viaja, e o desenvolvimento tecnológico, como fazê-lo”.

CAPÍTULO 2. TURISMO NO BRASIL

Segundo Solha (2002, p. 117) “O desenvolvimento do turismo no Brasil não é um fenômeno recente e pontual”, a autora coloca que também aqui, como na Europa, o turismo tem evoluído acompanhando as mudanças econômicas, sociais e culturais. Acredita não ser tarefa fácil estudar o processo evolutivo da atividade turística brasileira, uma vez que, como ela coloca:

“levantar, identificar e analisar esta evolução significa deparar se continuamente com uma série de dificuldades como”:

- . a inexistência de registros da memória histórica do turismo no país;*
- . a falta de sistematização das informações do setor;*
- . a falta de estudos abrangentes do fenômeno em âmbito nacional;*
- . a dispersão dos estudos no tempo e no espaço;*
- . as poucas informações empresariais dispersas entre os vários órgãos, entidades e associações “(Solha 2002, p. 118).*

Apesar disso, ela sugere uma ordem cronológica para a apreciação:

“-Primórdios – da Colônia ao Império (Séc.XVII e XIX) – dos ranchos que atendiam os tropeiros, às viagens anuais dos senhores do café à Europa;

- Primeiras Manifestações (de 1900 a 1949) – das estações de cura e do cassinismo ao início do uso do automóvel nas viagens;

- Expansão e Organização do Turismo (de 1950 a 1969) – da ampliação e melhoria da infra-estrutura de transportes e turística até a organização da atividade por associações e a elaboração de políticas;

- Do Sonho à Decepção (de 1970 a 1989) – do intenso crescimento e das perspectivas otimistas a estagnação e decadência;

- Retomada (de 1990 a 2000) – do crescimento do mercado interno aos grandes investimentos em vários e diferentes setores e da descoberta de novos segmentos de mercado“(Solha 2002:118).

Será nesse trabalho aproveitada esta ordem cronológica sugerida pela autora com alguns acréscimos, às vezes anteriores, outra posterior a ela.

Ainda que, como apontado por Barreto (1997 p.56), o turismo como fenômeno social no Brasil seja posterior a 1920 e também considerando que os aspectos motivadores dos deslocamentos possam variar conforme o momento histórico, econômico – político e social, não se pode deixar de mencionar como afirmado por Paiva (1998 apud Mamede, 2002, p. 20), que :

*“as viagens dos estrangeiros ao Brasil e a outros países da América Latina, África e Ásia datam dos séculos XV e XVI. O nosso país e toda a América Latina sempre foram objeto de curiosidade dos **desbravadores**, que aliavam ao espírito de aventura o interesse pela natureza e a possibilidade de realizarem **negócios vantajosos**”.*

Belluzzo (1999 apud Mamede, 2001, p.11) comenta que o Brasil antes mesmo de ter qualquer estrutura para acolher, já era visitado, cita como exemplo alguns casos

“...como o de Frei André Thevet, que acompanhou Villegagnon, em meados do século XVI; Jean de Léry, que conviveu cerca de um ano com os Tupinambás; Hans Staden, aprisionado e por pouco devorado pelos Tupinambás”.

No século seguinte, século XVII, São Paulo registra em sua histórica, o aparecimento do seu primeiro hoteleiro (Marcos Lopes), seguido da cigana Francisca Rodrigues com sua estalagem e talvez o primeiro restaurante da gastronômica cidade de São Paulo.

Duarte (1996 *apud* Mamede, 2001, p.12) destaca como a primeira classificação das hospedarias paulistanas, a realizada por Charles Burton no século XVIII, da seguinte forma:

- “- 1ª categoria – simples pouso de tropeiro;*
 - 2ª categoria – telheiro coberto ou rancho ao lado das pastagens;*
 - 3ª categoria - venda correspondente a **pulperia** dos hispano-americanos, mistura de venda e hospedaria;*
 - 4ª categoria – estalagens ou hospedarias;*
 - 5ª categoria – hotéis.*
- Uma nota curiosa: nos hotéis principais, como o de propriedade dos franceses Charles e Fontaine, só se hospedava quem tivesse carta de recomendações”.*

Solha (2002, p.118) comenta que:

“Não se pode dizer que estas viagens, apesar de aventureiras, significassem o embrião das viagens de turismo, pois ficar a mercê de doenças, da fome e dos índios não era algo desejado por estes viajantes”.

Conta à autora, que as viagens pelo país, “só ocorriam em função da necessidade de expansão para novos territórios, da busca de riquezas e dos gêneros de primeira necessidade”.(Solha 2002, p.118) Mas, na região açucareira do nordeste, já era habitual entre os filhos dos senhores de engenho, viajar para a Europa para estudar. Ela cita também as condições precárias, para moradia e a inexistência de estrutura para hospedar a corte portuguesa em 1808. No entanto, a vinda da família real para o Brasil, desencadeou profundas modificações “no cotidiano, no comportamento, na economia e na infra-estrutura da cidade do Rio de Janeiro”. Aponta como exemplo a relação com o mar, para uso terapêutico, a talassoterapia (Solha, 2002 p, 118). Segundo ela, consequência deste hábito europeu, o aluguel de casa na praia, tornou-se comum, para prevenção e recuperação da saúde.

Em 1913, na cidade de Caldas da Imperatriz, Santa Catarina, foi constituída a primeira estância hidromineral do país, também com finalidade terapêutica.

Em meados do século XIX, começaram os serviços de apoio aos visitantes, tanto no que diz respeito a banhos públicos, como também banhos de mar, como descrito por Pires (1990 *apud* Solha, 2002 p, 120) citando o Almanak de Laemmet:

“Salas e gabinetes mobiliados entre arbustos, caramanchões, relvas e flores, próxima a praia de banho e ponte de barcas, servidos de pajem e cozinheiro ao toque de campanha. Estes aposentos reúnem em si, tudo o quanto é necessário a uma pessoa solteira ou casal sem filho, como mobílias, roupa de cama e de rosto, água para banho, etc.”.

A autora menciona ainda, que alguns ofereciam também serviços médicos, no entanto, somente após 1870 é que no Rio de Janeiro e São Paulo, começaram a surgir, meios de hospedagens nos moldes europeus, como:

“(…) casas abertas ao público que alugavam, temporariamente, quartos mobiliados- os hotéis hoje conhecidos – e que pretendiam que o nome frisasse a excelência das instalações e a qualidade dos serviços oferecidos, capazes de proporcionar aos hóspedes estada similar à encontrada nas mansões senhoriais, os verdadeiros hotéis”. (Dias, 1990p. 31 *apud* Solha, 2002, p. 121).

O desenvolvimento dos meios de transporte, entre eles, bondes, trens, ferry boats, permitiu que outras localidades se transformassem em centros de interesse, como a Ilha de Paquetá, Caxambu e Poços de Caldas, para o termalismo, Petrópolis, para veraneio.

Consolida-se o hábito de viajar, entre a elite brasileira, nas três últimas décadas do século XIX, quando então, como afirma Pires (1991,p. 51 *apud* Solha, 2002, p. 122) “Os que não iam anualmente tomar seu banho de cultura na Europa, eram chamados por aqueles de caipiras”.

2.1 O Século XX.

O início do século XX no Brasil foi um período de grande turbulência e agitação política e social. Muitas revoltas foram desencadeadas nas duas primeiras décadas, como por exemplo, Canudos em 1902, a revolta da vacina em 1904, a guerra do Contestado de 1912 a 1916 e a revolta de 1924.

O país viveu transformações abruptas, sob o lema de desenvolvimento a qualquer custo. Como afirma Sevcenko (1998, p. 15 *apud* Solha, 2002, p. 123):

“A idéia das novas elites era promover uma industrialização imediata e a modernização do país a todo custo”. O autor comenta que embora se possam criticar os meios utilizados os fins alcançados produziram efeitos, “ampliou-se à construção de uma consistente esfera pública, reforçada pela expansão

crescente da imprensa, e das oportunidades de convívio cultural (...)” (Sevcenko 1998,p.31 *apud* Solha, 2002, p.123).

Solha (2002) afirma que apesar de nas duas primeiras décadas do século XX, o padrão de consumo do brasileiro, ter sido influenciado pela rádio-difusão, pela popularização da publicidade, vinculada às atividades esportivas, ainda assim, esse consumo, estava restrito a uma pequena parcela da população. Ela conta ainda que o crescimento das hoje conhecidas como segundas residências ao redor dos grandes centros urbanos e no litoral como em Santos – SP e Itajaí –SC. Lembra a construção em 1922 do Copacabana Palace no Rio de Janeiro, como início de uma nova forma de hospedar, oferecendo luxo e sofisticação. Até então, os meios de hospedagem brasileiros eram simples e atendiam apenas as necessidades básicas dos hóspedes. Além disso, a fundação em 1921 da União dos Proprietários de Hotéis e Restaurantes, Bares, Confeitarias, Cafés e Casas Congêneres de São Paulo, demonstram que o setor começava se organizar.

Sevcenko (1998, *apud* Solha, 2002 p. 124) atribui o franco desenvolvimento das estâncias balneárias e climáticas brasileiras, a impossibilidade da elite ir a Europa em função da primeira guerra mundial. Desta forma, destaca a autora, que a consolidação de uma tendência anterior ao século passado, que é de no litoral, banhos de mar e no interior, estâncias hidrominerais, termais e climáticas, associadas a uma moda da época, o cassinismo. Esta moda atingiu o auge entre 1936 e 1946 quando foram inaugurados os hotéis cassinos, entre eles o Quitandinha em Petrópolis, o Parque Balneário e o Hotel Atlântico em Santos, o Quisissana em Poços de Caldas e o Grande Hotel em Araxá, como também complexos turísticos, como é o caso da Estância Águas de São Pedro –SP, construída pela empresa Águas Sulfídricas e Termiais de São Pedro. Comenta Rodrigues (1985, p. 74, *apud* Solha, 2002, p. 125) que a pretensão da empresa de absorver todos os rendimentos possíveis do empreendimento, associada às dificuldades de infraestrutura de acesso, recursos humanos e suprimentos, levou esses empresários à

“(...) deter em suas mãos desde a exploração das fontes a construção e exploração de Balneários, hotéis, restaurantes, cassinos, parque de diversões até a exploração de linhas de transporte e o mercado imobiliário de compra e venda de lotes”.

Em 1935 foi inaugurado o Grande Hotel São Pedro, cujo público alvo era a elite paulistana. Solha (2002, p. 125) comenta que desde 1911, as elites mineira e paulistana, já freqüentavam o Cassino Politeama em Poços de Caldas. Assim, as estâncias acabaram combinando os tratamentos de saúde com várias atividades de lazer, com destaque para os cassinos.

Os avanços dos meios de transportes rodoviários, marítimos e aéreos impulsionaram o comércio das viagens no século passado. Houve a inauguração da Varig em 1927, da Panair em 1930, da Vasp em 1933, chegando a existir 65 empresas aéreas no Brasil em 1948, além disso, houve também expressivo crescimento do comércio e utilização de veículos automotores para passeio, antes mesmo que o país tivesse estrutura viária. Há também registros de que o primeiro cruzeiro marítimo realizado na costa brasileira foi realizado pelo navio Almirante Jaceguay, do Rio de Janeiro ao Amazonas em 1932 (Solha, 2002, p. 126).

Barreto (1997 p. 56) estabelece com marco do turismo no Brasil, enquanto fenômeno social, a criação em 1932, da Sociedade Brasileira de Turismo, que mais tarde, em 1926 se tornou o Touring Clube do Brasil.

Em 1925, aconteceu a primeira excursão de automóveis no Brasil, a Bandeira Automobilística, “que percorreu 580 Kms entre São Paulo e Rio de Janeiro em 6 dias (144 horas)” (Trigo, 2000 *apud* Solha, 2001 p. 126).

Na década de 1940, ainda que se pese o entusiasmo, o Brasil já apresentava problemas de transporte, uma vez que, como demonstra Solha (2001, p. 127), a ferrovia começa a decair, por falta de investimentos, em função das guerras e também porque estava vencendo o contrato de exploração, celebrado com a Inglaterra. A malha rodoviária era de pequena extensão. Os portos não tinham estrutura para passageiros, só para carga e o setor de aviação ainda não dispunha de infra-estrutura. Mesmo não sendo propícias as condições, uma subsidiária da Wagon-Lits, operadora francesa que hoje é uma das marcas do grupo Accor Brasilk, começou a agenciar viagens, nacionais e internacionais e em 1943, foi criada a primeira agência brasileira – a Agência Geral de Turismo.

Solha (2001, p. 127-128) comenta que apesar do governo federal ter regulamentado a atividade das empresas e agências de viagens e turismo, através do Decreto-Lei 2440/40, o turismo não era prioridade para o governo. Isso fica claro quando se observa que não havia um foro próprio na

administração pública que tratasse dos assuntos referentes ao setor. Em 1934 foi criada a Comissão Permanente de Exposições e Feiras, em caráter experimental. Em 1939, criou-se a Divisão de Turismo, como setor do Departamento de Imprensa e Propaganda. Em 1936, o setor hoteleiro, visando organizar-se, funda a Associação Brasileira da Indústria Hoteleira (ABIH), no Rio de Janeiro, durante o I Congresso Nacional Hoteleiro.

Os anos de 1936 a 1946, como mencionado, foram os anos mais expressivos no desenvolvimento da atividade turística com base nos jogos de azar, todavia, em 1946 o Presidente Dutra assinou um decreto proibindo qualquer jogo de azar no país. Isso desencadeou o fechamento de vários estabelecimentos, desemprego e a decadência de localidades que possuíam outras atividades de lazer além desta.

O desenvolvimento da atividade levou o Estado a ocupar-se dela. Segundo Ferraz (2000, p. 152) a primeira legislação brasileira a tratar do assunto foi:

“o Decreto nº 406 de 1938 que previu autorização governamental para a atividade de venda de passagens para viagens aéreas, marítimas ou rodoviárias. Na seqüência, o Decreto-Lei nº 2440/40 tratou exclusivamente, das empresas e agências de viagens e turismo, como estabelecimentos de assistência remunerada aos viajantes, classificando-as em três categorias”.

Além disso, ele impôs a todas “obrigatoriedade de registro prévio junto a órgão de governo como condição para funcionamento, a par de prever, também prévia autorização para as viagens coletivas de excursão”.

Até então, o turismo ficou restrito a elite brasileira, somente no final da década de 1940, ele começou a ser mais acessível às outras camadas sociais, a partir da Consolidação das Leis Trabalhistas, Decreto-Lei nº 5452 de 1º de maio de 1943, em vigor a partir de 10 de novembro de 1943, em função da regulamentação das relações individuais e coletivas de trabalho, dos salários, da jornada de trabalho, do descanso remunerado, das férias, etc.

Aos olhos de Solha (2002, p. 128) “só a partir do final da década, que se verifica o acesso desta parcela da população ao lazer e ao turismo”, destacando se a inauguração da colônia de férias do Sesc – Serviço Social do Comércio, em Bertioga-SP.

Como dito por Trigo (1995, p. 19):

“O crescimento do Turismo após a Segunda Guerra Mundial tem como causas a instituição geral de férias pagas aos trabalhadores, a elevação geral do nível de renda, a valorização da mentalidade do direito ao lazer e ao turismo, e a mudança dos hábitos de consumo nas sociedades que, aos poucos vão se transformando em pós-industriais, com o crescimento do setor terciário ou de serviço às pessoas conquistam o direito ao tempo livre”.

Na década de 1950 houve a consolidação da classe média, o Brasil ganha visibilidade internacional, com a Copa do Mundo de 1958 no Rio de Janeiro, a indústria automobilística se torna expressiva e o país se empenha em ampliar a malha rodoviária por todo território nacional. Nesta ocasião, mais precisamente 1962, começa também um “lento processo de revitalização” do transporte marítimo. A Agaxtur empresa criada em 1953, começa a operar com navios da frota da Companhia de Navegação Lloyd Brasileiro, cruzeiros pela costa brasileira, de Santos a Buenos Aires, a Manaus, a Fortaleza, a Salvador, etc.

Surgem também, os cruzeiros fluviais no rio Paraguai, para pesca esportiva. As companhias aéreas expandem suas linhas regulares, comprando aviões usados na segunda guerra mundial. Em 1958 elas já atendiam cerca de 333 localidades, no entanto, como demonstrado por Solha (2002, p.130) começam “a entrar em declínio” por causa da expansão da malha viária e conseqüente aumento das estradas. Também as ferrovias acentuam seu processo de decadência (Dias, 1990, p.58).

Em 1953 foi fundada a Associação Brasileira de Agentes de Viagens - ABAV, por um grupo de 14 agências, visando organizar, consolidar e incentivar o turismo nacional.

Segundo Mamede (2001, p.12) em 1958, “o Estado Brasileiro, percebeu que lhe competia um papel fundamental no desenvolvimento turístico do país” e instituiu através do decreto nº44866/58 a COMBRATUR – Comissão Brasileira de Turismo, com o objetivo de:

“coordenar as atividades destinadas ao desenvolvimento do turismo interno e ao afluxo do estrangeiro, estudar e supervisionar as medidas relacionadas à movimentação de turistas (...) e inspeção relativa aos viajantes e seus bens (Dias, 1990, p. 60 apud Solha, 2002 p.131).

O autor comenta ainda que ela foi aprovada “com atribuições regimentais típicas de planejamento turístico” e por falta de estrutura para realizar todas as atividades que lhe cabiam, foi extinta pelo Decreto nº562/62. Solha (2002, p.131) comenta que no lugar da COMBRATUR, foi criada em 1962, a Divisão de Turismo e Certames do Ministério da Indústria e do Comércio, com objetivo de :

“- Promover, organizar e fiscalizar exposições, feiras e certames no território nacional” (Dias, 1990, p.60 *apud* Solha, 2002, p.131).

Comenta a autora que “essa divisão exerceu um relevante papel, realizando o lançamento das bases do turismo nacional”, entre seus feitos, ela cita:

- A elaboração do Calendário Nacional de Exposições;
- Lançamento do Primeiro Guia de Turismo Nacional;
- A organização dos primeiros folhetos de divulgação turística do Brasil: Praias do Brasil, Brasília, Brasil Arte Sacra e Carnaval no Rio;
- Elaboração de normas para o registro e fiscalização de agencias de viagem;
- A organização da participação turística do Brasil em vários congressos no exterior;
- O início de gestões com grupos estrangeiros para construções de hotéis e instalação de empreendimentos turísticos no País (Dias, 1990, p. 61 *apud* Solha, 2002, p.132).

Cruz (2002, p. 37) comenta que o turismo interno, intra e inter-regional consolidou-se principalmente por causa da urbanização e da integração do território nacional através da ampliação e melhoria de sua malha rodoviária, sem, no entanto, deixar de lembrar, o poder que as grandes empreiteiras tinham de influenciar o governo, citando como exemplo: a construção da Transamazônica, da perimetral norte, entre outras. Ela lembra ainda, que

“Essa integração começa a ser esboçada em 1960, principalmente após a instalação do regime militar em 1964, em decorrência da política governamental adotada, a partir de então. Essa política objetivava desobstacularizar entraves ao desenvolvimento capitalista excludente e consolidar a sua forma de integração subordinada à economia mundial”.

Diz ainda que, num período de 20 anos, da segunda metade da década de 1950 até a segunda metade da década de 1970, apenas o Plano Trienal de

Desenvolvimento Econômico e Social, dos governos Jânio Quadros e João Goulart, para os anos de 1963 a 1965 contemplava entre suas prioridades o transporte aéreo, porém, este plano nunca saiu do papel.

Quanto às rodovias, na década de 70, houve uma redução quantitativa, a malha ampliou-se 143.802 km menos que na década de 1960 (Bezzerra,1993). Isso em função de ações que privilegiaram tornar mais eficientes as já existentes. Comenta também, sobre o abandono a precariedade e a deficiência no setor dos transportes – Ambos fundamentais para o desenvolvimento do turismo de massa e ressalta que: “nesse quadro (...) que vão surgir às políticas nacionais de turismo.” (Bezzerra,2002 p. 40).

Pelo exposto por Nieto (2001, p. 55), há controvérsias na compreensão e do que é realmente o turismo. Segundo Ferraz (1992, p. 92 *apud* Nieto, 2001, p. 55) :

*“ Turismo é atividade econômica, conforme expõe:
O momento inicial da atividade econômica do turismo é a existência de atrativos naturais e culturais que despertem interesse de visitação. Compõe o chamado patrim nio turístico. Propiciar essa visitação é a função da estrutura de produção de serviç os de transporte, alojamento, alimentação, entretenimento, agenciamento e outros. Adequar a estrutura de produção implica normatizar o padrão de qualidade de seus serviç os, a fim de propiciar o incremento do consumo, que realimenta todo o ciclo. Assim, a intervenção estatal, pode incidir na ordenação do patrim nio turístico, no apoio   produção, no controle de qualidade do produto e no incentivo ao consumo “.*

No entanto, há entendimento de que o turismo é um fenômeno social, de deslocamento de pessoas, e como tal, apresenta aspectos econômicos, mas estes não fazem parte de sua natureza.

Para Barreto (1997, p. 71)

“ O Turismo é uma atividade que tem uma relação dial tica com a sociedade. Do ponto de vista financeiro e dependendo da estrutura social do país em questão, o turismo pode ser uma atividade econômica geradora de riqueza. Pode até, como no caso da Espanha, reerguer um país após duas guerras consecutivas”.

Ainda que se possa discutir o que realmente é o turismo, não menos passível de discussão são as políticas federais de turismo.

Para haver unanimidade, quanto ao desinteresse dos nossos governantes pelas atividades do segmento turístico até pelo menos 1988, quando então surgem divergências entre os estudiosos da  rea.

Segundo Cruz (2002, p. 35)

“... um melhor desempenho econômico do turismo no Brasil depende de políticas urbanas regionais que venham a ser levadas a cabo no país. A história da atuação do poder público no Brasil, no que tange ao turismo, mostra, porém, que este ignorou, sistematicamente, o complexo conjunto de relações em que a atividade está inserida.”

Segundo a autora, a ausência de políticas urbanas, comprovadas pela carência de infra-estrutura básica, déficit habitacional favelização, etc. é prova irrefutável de uma história marcada por erros, considerando que, não se nega à necessidade de infra-estrutura turística para que o turismo de massa possa desenvolver, porém, não se pode negar a necessidade de infra-estrutura suporte (isto é urbana).

Parece não ter havido concatenação entre as políticas urbanas, econômicas e setoriais além de descontinuidade político-administrativa.

Solha (2002, p. 129-132) coloca que durante um longo período, o turismo foi tratado na esfera administrativa federal por diferentes setores, o que comprova que “o turismo não era prioridades na esfera do governo federal”. Além disso, comenta a autora, “o poder público federal só começou a atividades turística a partir de 1958, mas ainda sem muita determinação.”

Cruz (2002, p. 36-39) entende que o poder público acabou privilegiando os setor hoteleiro, através de incentivos, em detrimento de outros equipamentos infra-estruturais. Ela menciona também que o transporte rodoviário foi privilegiado “em detrimento de todas as outras modalidades de transporte, ou seja, aéreo, ferroviário e marítimo.”

Além disso, a autora destaca o turismo

“...como setor menos importante dentro do conjunto das atividades produtivas no país, o turismo era possivelmente transferido de um para outro órgão da administração pública, devido à atuação de grupos ligados a atividades e à sua respectiva articulação com as diversas esferas do poder público”.

Ou então, o fato do turismo nunca ter estado entre as prioridades das políticas federais de desenvolvimento, talvez fosse indicativo da “fraqueza política” do setor, evidenciada na inconstância dos órgãos encarregados da gestão da atividade (Cruz, 2002, p. 45).

Nieto (2001, p. 56) coloca que o Estado quando quer regular determinadas atividades,

“...cria uma política para o setor, com objetivos amplos, estabelece um órgão diretivo cuja meta é fixar essa política e um órgão de execução com a função de implementar a política do setor e fiscalizar a atuação dos entes que compõem aquela atividade.”

Assim, através do Decreto-lei nº 55, de 18 de novembro de 1966, foi definida a Política Nacional de Turismo, criado o Conselho Nacional de Turismo (CNTur) como órgão diretivo e a Empresa Brasileira de Turismo (Embratur) como órgão de execução.

São flagrantes os equívocos desta lei, a começar pela própria definição da política nacional de turismo, no entanto, não se pode perder de vista o contexto no qual ela foi gerada. A década de 1960 politicamente foi bastante conflituosa. Mesmo de fora do poder, Getúlio Vargas influenciou de forma decisiva na estrutura do regime democrático estabelecido após sua renúncia. Eurico Gaspar Dutra chegou à presidência, vencendo as eleições de 1945, graças ao apoio de Vargas. Dos três partidos políticos principais dois foram criados por Getúlio, assim também na Assembléia Constituinte muitos de seus membros eram aliados de Vargas, resultando na aprovação em 1946 de uma Constituição Liberal, mas que manteve o legado centralizador do Estado Novo, próprio da era Vargas. A continuidade desse modelo, estado novista, no qual o Estado era o responsável pelo desenvolvimento trouxe de volta à cena política, seu criador. Em 1950, Getúlio se reelege. De novo na presidência lutou para reforçar o papel do Estado na área econômica. Criou empresas estatais e monopolistas como a Petrobrás, Siderúrgica Nacional, entre outras.

O monopólio do Estado desencadeou reação. Em fevereiro de 1954, houve um manifesto contra os baixos salários e a negligência a que fora lançado o exército. Tornou-se assim público o “manifesto dos coronéis”. A ruptura entre os militares e a fragilidade do governo, tornou-se evidentes, vindo a culminar num trágico episódio, o atentado contra o jornalista proprietário da Tribuna da Imprensa, Carlos Lacerda.

“Um inquérito militar vinculou o atentado ao presidente, paralisando o governo. A oposição exigiu a renúncia do presidente, que preferiu o caminho do suicídio”, segundo Caldeira et al. (1997).

A comoção nacional pela morte do “pai dos pobres”, reação inesperada, deixou os opositores de Vargas acuados, impossibilitando a tomada do poder através de um golpe.

Desta forma, Café Filho, vice-presidente de Vargas, assumiu como presidente interino, mantendo as datas das eleições: 1954 para o Congresso e 1955 para a presidência.

Em 1955, Juscelino Kubitschek vence as eleições, “contudo, teve de enfrentar uma ameaça de golpe militar – e outras ainda para governar” Caldeira et al, 1997, p. 294. Apesar de tudo, ele conseguiu implementar um novo modelo de desenvolvimento sobre a base estatal já instalada.

O novo governo definiu prioridades e identificou pontos de estrangulamento a serem superados com urgência, através de um Plano de Metas que definia seis grandes objetivos econômico-sociais: energia, transportes, alimentação e a construção de Brasília. As metas econômicas e a construção de Brasília foram cumpridas, enquanto que as relativas à alimentação e educação, foram relegadas a segundo plano.

Segundo Caldeira et al (1997, p. 295), “a produção industrial como um todo cresceu 100%, a taxa de crescimento real foi de cerca de 7% ao ano, e a renda per capita aumentou 45 ao ano.”. No entanto, ainda que previsto no programa econômico a captação de recursos através de financiamentos de fontes públicas internas, logo evidenciaram sinais de desequilíbrio financeiro e aumento da inflação, ainda que camuflados pela onda de otimismo que tomou conta do país, sob o slogan “cinquenta anos em cinco”. Como apontado por Caldeira et al (1997, p. 296) “O longo processo de criação do país passou a ser visto como coisa do passado: agora os brasileiros pareciam ser capazes de se reinventar”. Testemunha disso a música popular brasileira que na década de 1960, passou a fazer sucesso nos EUA, como também a vitória brasileira na Copa de 1958, que foi bastante explorada como símbolo do país novo tão almejado.

Apesar disso, o candidato de Juscelino não se elegeu na eleição presidencial seguinte.

Jânio Quadros, presidente eleito, renuncia sete meses depois. João Goulart toma posse. Os ministros militares de Jânio que continuavam no cargo se rebelam contra a posse; criando com isso, uma grave crise. Goulart propunha reformas econômicas, mas sem projeto para financiá-las. Seus opositores queriam sanar a economia do país. A proposta dos conservadores era “colocar um freio no crescimento, pagar parte das dívidas do governo, melhorar o desempenho de arrecadação e só então voltar a investir no crescimento” (Caldeira et al (1997, p. 296). O grande obstáculo foi à

impopularidade dessa idéia, não só nacionalmente com também internacionalmente.

O golpe que derrubou João Goulart foi desencadeado por militares, com intensa participação civil. Começou em 31 de março de 1964, tendo se consumado em 2 de abril, quando Ranieri Mazzilli foi empossado na Presidência da República. O golpe estava consumado.

Como demonstrado por Caldeira et al (1997, p. 308).

“Os militares que tomaram o poder em abril de 1964 tinham mais capacidade para atacar os adversários do que para resolver os problemas do país. Sua primeira medida foi um ato institucional que abriu uma fase de perseguição a todos considerados inimigos do regime. Promoveram cassações, inquéritos e exílios. Como programa recorreram ao velho arsenal positivista: montar um governo forte para fazer o que a democracia não conseguira construir. Enquanto tomavam pé da situação foram prudentes. Escolheram um presidente e mantiveram as instituições políticas. Mas sabiam que deveriam agir, pois o país mudava com rapidez.”

Sendo Mazzilli títere dos militares e com muitos parlamentares presos ou em fuga, foi fácil para o congresso aprovar o AI-1, na forma de emenda constitucional.

“Desaparecia ali meia constituição. O AI -1 suspendia imunidades parlamentares, autorizava o Executivo a casar mandatos dos deputados, além de cancelar a vitaliciedade dos magistrados e a estabilidade dos servidores públicos”. Caldeira et al (1997, p. 308).

Os parlamentares alteraram dispositivo constitucional que previa a convocação de nova eleição em trinta dias, no caso de vacância da presidência; alteraram o item que proibia a eleição de militares da ativa; o que determinava o tempo de duração do mandato presidencial e, por fim, aboliram o voto secreto na eleição indireta.

Em 11 de abril, Castelo Branco elegeu-se com o voto de 350 deputados.

O Brasil em 1964, ainda continuava dependente da agricultura, principal responsável pelas exportações que financiavam importações essenciais para a industrialização. “O Brasil agrário pagava a conta do Brasil moderno” (Caldeira et al, 1997).

A palavra de ordem era “progresso”.

Havia um Brasil rural, velho, que deveria ser substituído por um Brasil novo e urbano. Segundo Caldeira et al (1997, p. 308) “Envergonhado de seu

‘exotismo’, o Brasil ansiava ser reconhecido como legítimo membro da civilização ocidental.”

Assim, os vitoriosos de 1964, optaram por privilegiar um meio técnico em detrimento das soluções e arranjos políticos. Ensimesmados e dotados das idéias mais apropriadas para o desenvolvimento nacional, excluíram do poder todas as possíveis barreiras. Era o início de um governo ao mesmo tempo autoritário e excludente.

Como demonstrado pelo já citado autor

“Tal realidade contrapunha-se Às doutrinas dos novos donos do poder. Todos se diziam liberais, mas pretendiam implantar esse liberalismo à força. Assim, a única justificativa que lhes restava era a de que iriam promover um desenvolvimento que rompesse as amarras de um passado considerado problemático. Desenvolver as cidades e as indústrias passou assim a ser o objetivo último do governo autoritário, uma forma de ‘corrigir’ os ‘rumos’ do país”. (Caldeira et al, 1997, p. 308) .

Nesse longo período em que a industrialização do país esteve sob o controle do Estado, alguns valores foram agregados à idéia de que só o Estado poderia transformar o país, entre eles, a concepção de que os brasileiros eram inertes e atrasados. Além disso “O Brasil do passado passou a pagar as benesses dos privilegiados”, ou seja, com a inflação alta provocavam transparência de riqueza, então, os pobres e os trabalhadores foram forçados a contribuir com reduções salariais e correção monetária.

O país reagiu politicamente contra essas medidas econômicas. Pressentindo a derrota, o governo adiou a eleição presidencial de 1965, mas manteve as outras de 1966 e acabou derrotado na maioria dos estados. Esse fracasso político fez surgir o AI-2, instaurando um sistema bipartidário. Segundo Caldeira et al (1997, p. 314), “o futuro dos políticos passou a depender mais de seus relacionamentos e amizades na área militar que da conquista de votos.”

Nesta fase sobraram poucos espaços para as expressões de descontentamento, um deles foi através da Cultura. O final de 1967 e início de 1968 foram marcados por protestos, estudantes e musicais.

Em maio de 1966, o ministro da guerra, Artur da Costa e Silva, numa convenção da Arena, teve sua candidatura ratificada em outubro do mesmo ano ele foi eleito. Muitos deputados se abstiveram de votar em protesto contra a manipulação eleitoral provocada pelo arbítrio do AI-2 (eleições de fachada).

A insatisfação tomou conta do país na medida em que as decisões econômicas geravam benefícios cada vez mais restritos a poucos privilegiados.

Greves e protestos tornaram-se cada vez mais freqüentes. Visando conter as manifestações de desagrado o Ato Institucional nº 5, dando início a uma pesada ditadura.

Costa e Silva sofre então um derrame, sendo substituído por uma junta militar.

Com o AI-5 houve a maior concentração de poder, jamais vista na história do Brasil.

“O presidente incorporou várias atribuições do Legislativo: convocar e colocar em recesso o congresso, as assembleias estaduais e municipais e as câmaras municipais por ato complementar, em estado de sítio ou fora dele. Mesmo com o Legislativo em recesso, ficava autorizado a legislar sobre a esfera federal, estados e municípios. Também podia decretar a intervenção em estados e municípios sem precisar atender às limitações da Constituição. (...) Nem o Judiciário escapou ao controle. (...) Nenhuma medida tomada com base no ato era passível de discussão judicial”.

Como justificativa: a reconstrução econômica, financeira e moral do país.

Do exposto, é possível afirmar, como Boteux (2003, p. 23-24) que o Decreto-Lei nº 55/66

“o principal antecedente histórico do sistema jurídico de nossa atividade. O decreto mencionado cria pela primeira vez no Brasil, uma estrutura federal sistematizada de administração turística a Embratur, na época denominada Empresa Brasileira de Turismo, que passa a ser executiva já que também cria o CNTur (Conselho Nacional de turismo), com a junção normativa. O poder público era majoritário e a iniciativa privada fazia apenas papel de figuração. Não sentia o peso que detinha numa atividade de cunho econômico privado. Embora se apresentasse como um sistema interessante com duas estruturas, uma normativa e outra executiva, já nasce moribundo por não possibilitar uma participação efetiva dos empresários.

Além da Embratur/CNTur, o decreto conceitua também a política nacional de turismo...”

E como dito anteriormente, comete equívocos nas conceituações.

No primeiro artigo o Decreto-lei 55/66 diz que: compreende-se como Política Nacional de Turismo a atividade decorrente de todas as iniciativas ligadas à indústria do turismo, sejam originárias do setor privado ou público, isoladas ou coordenadas entre si, desde que reconhecido seu interesse para o desenvolvimento econômico do país.

Cruz (2002, p. 49) comenta os equívocos desta definição. O primeiro deles se refere à redução da Política Nacional de Turismo “a atividade decorrente de todas as iniciativas ligadas ao turismo...”

Segundo ela

“Todas política é imbuída de intencionalidade e de ideologia. Uma política setorial revela uma forma de o poder público ver, pensar e se posicionar no mundo”.

Desta forma, uma política não é uma atividade, ainda que toda atividade tenha conteúdo político, não é a política que decorre de uma ou de outra atividades, mas sim, o contrário. “Todas as iniciativas públicas ou privadas que concorrem para o desenvolvimento de certa atividade já nascem com conteúdo político”.

Outro equívoco tem a ver com a consideração de “atividades isoladas” do setor público e/ou privado, como determinantes da política nacional. Seria possível considerar a existência de políticas sociais ou regionais em dissonância com a nacional, mas não há como considerá-las determinante.

Assim, o Decreto-lei 60 224 de 16 de fevereiro de 1967, em seu artigo 1º reformula o conceito de Política Nacional de turismo:

“Compreende-se como Política Nacional de Turismo o conjunto de diretrizes e normas integradas em um planejamento de todos os aspectos ligados ao desenvolvimento do turismo e seu equacionamento como fonte de renda nacional. “

Nessa conceituação, a política e o planejamento foram colocados num mesmo patamar, entretanto, a política sempre antecede o planejamento, outro equívoco, e isso como bem colocado por Cruz (2002, p. 50),

“têm um significado importante na história das políticas de turismo no país, pois, entre outras coisas a confusão entre política de turismo e planejamento turístico vai permear todo o desenvolvimento da atividade no Brasil, resultando na ineficiência tanto de políticas quanto de planos”.

A autora aponta ainda a equiparação do segmento turístico à indústria, quando o decreto usa a expressão “indústria do turismo”. Isso se reflete de forma expressiva quando se considera a vinculação da atividade turística ao Ministério da Indústria e Comércio e que a atividade receba incentivos equivalentes aos destinados ao setor industrial.

De qualquer forma, ganha importância o setor que passou a ser considerado “fonte de renda nacional”.

Decretos-lei 55/66 e 60.224/67 instituem o Sistema Nacional de Turismo, composto pelo Conselho Nacional de Turismo (CNTur) a quem coube formular as diretrizes a serem obedecidas na política nacional de turismo”; Decreto-lei 60 224/67, art. 6º pela Embratur a quem coube “estudar e propor ao CNTur os atos normativos necessários à promoção da política nacional de turismo e também assim, aqueles que digam respeito ao seu funcionamento” (Decreto – lei 60.224/67, art. 20º) e pelo Ministério das Relações Exteriores a quem coube a divulgação do turismo nacional no exterior, através de ações diplomáticas. (Decreto-lei 60.224/67, art. 7º).

Do exposto fica claro a dependência do CNTur para com a Embratur, o que acabou conferindo poderes maiores na elaboração da política nacional de turismo, segundo Beni (1991).

Essa constatação acabou resultando mais tarde na extinção do CNTur em 1991, em função da reforma administrativa empreendida pelo governo Collor de Mello (1990-92) e na alteração da Embratur conforme a Lei 8181 de 28 de março de 1991.

Assim, na década de 1970, o Brasil viveu o “milagre econômico” muitos investimentos estrangeiros, baixa inflação, a classe média e os empresários eufóricos com a economia. Mas, também repressão, censura e violência, característica do militarismo.

O turismo começa a ser visto como “atividade” econômica do futuro “capaz de gerar o desenvolvimento do país”.

Os anos que antecederam o início da década de 70, forma anos de “vacas gordas” economicamente falando.

Nos cinco primeiros anos do regime militar. De 1964 a 1969 o governo acumulou recursos. Parte do dinheiro foi empregado na transformação do governo em empresário. Nestes cinco anos foram criadas quarenta e seis empresas estatais, número superado apenas pelo governo Médici, quando outras setenta e quatro empresas estatais foram criadas.

Isso justifica a criação da Embratur como Empresa Brasileira de Turismo em 1966.

Um grande número de subsídios e empréstimos especiais elevou a taxa de crescimento da economia como nunca. Cresceram as importações e agricultura e a indústria. Esse crescimento foi divulgado como “milagre brasileiro”. Fruto da revolução, a fórmula econômica se apoiou no tripé:

governo, empresas nacionais e multinacionais, deixando de fora os cidadãos comuns.

Em 1973 com a “crise do petróleo” quando os produtores se organizaram e impuseram os preços, eles saltaram de 2,5 para 10, 5 dólares o barril, todos os países foram afetados. A maioria prevendo, procurou economizar e buscar formas alternativas, freando as atividades econômicas. O Brasil, tendo Médici como presidente, investia como se nada estivesse acontecendo.

Em 1974, Ernesto Geisel foi escolhido por uma eleição nos quartéis, presidente do Brasil. Mesmo sabendo que não tinha nenhuma chance, o Movimento Democrático Brasileiro (MDB) lançou candidatura de Ulysses Guimarães para a presidência, com o objetivo único de denunciar o sistema e em médio prazo se tornar uma alternativa de poder.

O presidente Geisel criou um plano militar para gerir a economia brasileira: o Plano Nacional de Desenvolvimento. O plano previa a construção de tudo que o país precisava para se tornar uma grande potência, sem considerar os custos, a viabilidade e a disposição dos agentes.

Assim, segundo Caldeira (1997, p. 332) “O Estado exercia domínio quase absoluto sobre os agentes econômicos do país, a quem dava proteção e dinheiro – em troca, exigia obediência ao plano”.

Nesse governo, quase duas centenas de empresas estatais foram criadas, uma vez que o governo, em vez de esperar a visita do empresário, ele mesmo convocava, determinando assim, quem e como seriam os investidores e os respectivos investimentos.

Enquanto os países industrializados optavam por adiar investimentos, o Brasil apostou tudo, no seu PND, tomando dinheiro no exterior. A justificativa era a de que os projetos viabilizados gerariam mais riqueza que os gastos- e, como os empréstimos não tinham correção monetária, ficaria barato se continuasse a crescer a inflação nos países industrializados.

O pagamento de juros consumia divisas, no entanto isso não preocupava o governo. Contudo esses desembolsos saltaram de 300 milhões de dólares, em 1971, para 4,1 bilhões em 1979. Era o fim do milagre.

A oposição soube aproveitar-se dos aspectos negativos do milagre, fortalecendo-se na Câmara e no Senado.

Ganhou força também entre os estudantes e sindicalistas, entretanto, o general Geisel conseguiu colocar no governo um sucessor para seus planos. Em 1978, o general João Batista Figueiredo foi escolhido pelo Colégio Eleitoral presidente do Brasil.

Em dezembro de 1977, o presidente Geisel sancionou a Lei nº 6505/77, a qual foi publicada no Diário Oficial da União em 16 de dezembro de 1977. Esta lei dispõe sobre atividades e serviços turísticos e estabelece condições para seu funcionamento e fiscalização.

É bom lembrar que esta lei foi decretada na vigência da Constituição Federal de 1967 com as alterações produzidas pela Ditadura Militar, mediante a espúria Emenda Constitucional nº 1/69.

O Estado chama para si a responsabilidade de estimular, organizar e disciplinar a atividade turística através da Embratur por delegação, como exposto:

Art. 3º Fica o Poder Executivo autorizado a regulamentar as atividades das empresas a que se refere o Art. 2º e a definir:

I – os direitos, prerrogativas, obrigações e responsabilidades das empresas que exerçam atividades turísticas, em suas relações recíprocas e com usuários dos serviços oferecidos;

(...)

Art. 4º O artigo 18 do Decreto-lei nº 1439 de 30 de dezembro de 1975, passa a vigorar com a seguinte redação:

“art. 18 – Os empreendimentos turísticos serão classificados pela Embratur em categorias de conforto, serviços e preços, segundo padrões definidos pelo CNTur, por proposta da Embratur.

§ 1º A Embratur exercerá permanente controle sobre os empreendimentos turísticos mencionados neste artigo...

Art. 7º Para os fins desta lei a Embratur exercerá os poderes de fiscalização conferidos à União, diretamente ou por intermédio de órgãos ou entidades públicas.

Art. 8º As empresas que exercem atividades turísticas ficarão sujeitas ao regime de controle e fiscalização nos termos do que, a respeito dispuser o CNTur em resolução normativa.

(...)

Enfim a lei nº 6505/77, identifica os prestadores de serviços turísticos, e determina que eles sofrerão em controle efetivo dos órgãos públicos, como já foi dito anteriormente.

Neste cenário, o turismo vai se constituindo como atividade econômica do futuro, apesar do ritmo lento de desenvolvimento do setor.

Na década do “milagre econômico” a população urbana supera a rural, os hábitos de consumo começam a se modificar estimulados pelas linhas de crédito, no entanto, o hábito de viajar era ainda incipiente.

Na década de 70, a malha rodoviária sofreu uma retração, apesar da preocupação do governo com a integração nacional. O transporte ferroviário de passageiros já bastante decadentes desativou várias linhas. Na aviação quatro empresas nacionais, operavam no final dos anos 70, a Varig, A Cruzeiro do Sul, a Vasp e a Transbrasil. O transporte fluvial e os cruzeiros marítimos principiavam. Companhias de navegação internacionais fretadas por operadoras brasileiras começavam a explorar o setor (Solha, 2002, p. 135).

Segundo Solha (2002, p. 134) “o ritmo do desenvolvimento do setor ainda era lento, e muitos dos empreendimentos e das experiências na área eram amadores, caracterizados pela improvisação e pelo autodidatismo”

Sob este aspecto entre os objetivos estabelecidos pelo Decreto-lei 60.224/67, no seu artigo 2º, constava a organização do setor como exposto:

“a) coordenar a ação de todos os organismos que tratam de turismo com vistas à conscientização do turismo brasileiro, e, conseqüentemente, ao estímulo da formação das correntes turísticas internas e externas;

b) fornecer informações precisas sobre as condições turísticas nacionais;

c) diligenciar para que os serviços turísticos se revistam de qualidade de bom atendimento;

d) propiciar a formação profissional adequada para o pessoal ligado Às atividades turísticas.”

Cruz (2002, p. 52) comentando a desorganização do setor, co,oca em dúvida o significado da expressão “conscientização do turismo brasileiro” (Decreto-lei 60.224/67, artigo 2º, alínea a), entretanto a crença governamental na atividade como fator de desenvolvimento econômico, faz supor a intenção de que se invista nela, tendo inclusive as diretrizes do CNTur, criado em 1971 o Fundo Geral de Turismo (Fungetur) e em 1974 o Fundo de Investimento Setorial de Turismo (Fiset), além de convênios com bancos oficiais para facilitar a abertura de linhas de crédito, visando estimular a exploração da atividade, no entanto, comenta Paiva que:

“num primeiro momento, com a abertura de incentivos, foram atraídos grupos internacionais, que se implantaram no Rio de Janeiro e São Paulo, muitos dos quais pertenciam a transportadoras e operadoras que controlavam as correntes européias, americanas e orientais. Essa estratégia permitiu o engajamento do Brasil no mercado internacional, mas,

contrariamente à importação de tecnologia, evasão de divisas e conseqüentemente, o propalado efeito multiplicador do turismo não aconteceu de fato". (Paiva, 1998, apud Mamed 2002, p. 22).

Cruz (2002, p. 53) comentando as diretrizes da política nacional de turismo, implementada pelo Decreto-lei 60 224/67 através de incentivos fiscais e financeiros, cita uma Resolução do CNTUR nº 31 de 10.04.68 que estabelece o Plano de Prioridade de Localização de Hotéis o qual determina como prioritária para implantação de hotéis de turismo, as áreas:

I - Capital Federal e as capitais dos estados e dos territórios;

II – estâncias hidrominerais, estações climáticas e balneários, e cidades históricas;

III – adjacências dos aeroportos internacionais e eixos vários de interesse turístico;

IV – Parques Nacionais e áreas onde haja ocorrências naturais com caráter de excepcionalidade e interesse turístico;

V – outras localidades de comprovado interesse turístico, a critério deste conselho"

Sem dúvida forma anos produtivos para a hotelaria nacional, segundo Solha (2002, p. 135)

"Em 1975 instalou-se em São Paulo a primeira cadeia internacional, a Hilton... ao longo da década instalaram-se no país várias outras cadeias, como Holiday Inn (1975), Sheraton (1974) e as cadeias francesas Meridien (1975), Novotel (1976) e Club Méditerrané (1977). Neste mesmo período também foram criadas as cadeias hoteleiras nacionais das quais destacam-se Hotel Nacional rio, Horsa, Othon, Eldorado e a rede Tropical de Hotéis".

Cruz (2002, p. 55) assim como Beni (1991, p. 85) apontam os excessos na administração pública do turismo no Brasil, autorizados por mecanismos legais, como é o caso da delegação de poder ao CNTur para delimitar as áreas de interesse turístico, segundo critérios próprios, abrindo precedentes a barganhas políticas, tendo em vista as facilidades de financiamentos.

A autora comenta ainda que tendo em vista a provisoriedade do Plano de Prioridade de Localização de Hotéis o qual seria substituído pelo Plano Nacional de Turismo – Plantur, o CNTur, através da Resolução nº 71/69, estabelece as diretrizes para sua elaboração, entretanto, esse plano jamais foi executado. Desta forma permaneceu válido o Plano de Prioridade de Localização de Hotéis de Turismo da Resolução nº 31, isso, segundo ela

“acabou restringindo-se a uma política de incentivos financeiros e fiscais, especialmente direcionados para o setor hoteleiro” (Cruz, 2002, p. 56).

Nesse período começa a surgir os campistas, os mochileiros, os albergues da juventude e as segundas residências, nas áreas ao redor das grandes cidades, constituindo o que se denomina lazer de proximidade.

Assim, através do “protecionismo” favorecendo amigos do regime, o Presidente Figueiredo manteve a política do Presidente Geisel de “favoritismo” e “de grandes gastos baseados em empréstimos externos, mesmo com o agravamento da crise do petróleo “ (Caldeira et al, 1997, p. 338).

Disposto a manter a qualquer custo o projeto de desenvolvimento concebido pelo seu antecessor, Figueiredo sacrificou as estatais em benefício do setor privado.

Em 1981, o governo alterou radicalmente sua política econômica, reduzindo a entrada de empréstimos, aumentando as exportações e diminuindo as contas públicas, - consequência disso foi à recessão.

Em 1982, os bancos do mundo inteiro suspendiam os empréstimos para todos os países na mesma situação do Brasil.

A solução foi “apertar o cinto”, aumentar a recessão, era o fim do “milagre econômico”.

De tão grave que era a situação o Brasil viu-se obrigado a aceitar a ingerência do Fundo Monetário Internacional na economia nacional Tudo isso, uma combinação de recessão com inflação fazia um grande estrago social, tornava os ricos mais ricos e os pobres e médios mais pobres.

“A crescente concentração de recursos nas mãos do governo e a exclusão social, intensificadas a partir do Governo Geisel, tinham como pressuposto a aceitação do Estado como órgão máximo da economia” (Caldeira et al, 1997, p. 344).

A década de 80 foi palco dos avanços nas telecomunicações e informática, meios que contribuíram para a mundialização da economia.

No Brasil, em resposta à crise, o povo sedento por eleições diretas após duas décadas de ditadura, apesar de não ter votado, conseguiu que o Colégio Eleitoral elegeisse Tancredo Neves presidente do Brasil em janeiro de 1985, era o fim do “militarismo”.

Tancredo Neves morre antes de tomar posse, assume a presidência seu vice José Sarney em 15.03.1985.

Nessa década, a malha rodoviária e a ferroviária estavam em estado precário de conservação. Houve uma tentativa de revitalização do transporte fluvial que não se consolidou em função da carência de uma política de incentivo (Solha, 2002, p.139).

O transporte aéreo continuou seu processo de expansão, foi inaugurado o aeroporto de Cumbica em São Paulo, algumas agências de viagens e turismo como a Soletur³, a CVC a Viagens Costa⁴, vão se consolidando no mercado de viagens.

Começaram a surgir nos anos 80 os mega projetos turísticos no nordeste, como o Projeto Parque das Dunas , Via Costeira (Natal, RN), Projeto Cabo Branco (Paraíba), Projeto Costa Dourada (Pernambuco e Alagoas) Projeto Linha Verde (Bahia) os quais segundo Cruz (*apud* Solha, 2002, p. 140) foram “viabilizados pelos estímulos criados para o fomento do setor hoteleiro”.

Ainda que não tenha sido a contento o setor privado se expandiu nessa década e começou a se organizar em associações. Além disso com a expansão das atividades surge um novo mercado de trabalho, e em consequência os primeiros cursos superiores de turismo (Bacharelado) em São Paulo, oferecidos por instituições privadas como demonstrado por Solha (2002, p. 137):

- 1971 – Faculdade de Turismo Morumbi (atual Universidade Anhembi Morumbi);
- 1972 – Escola de Comunicação e Artes – USP;
- 1972 – Faculdade Ibero-Americana;
- 1974 – Faculdade da Cidade – Rio de Janeiro;
- 1976 – Faculdade Associação Educacional do Litoral Santista;
- 1976 – Universidade Católica de Pernambuco;
- 1980 – Pontifícia Universidade Católica de Campinas

Em 21 de novembro de 1986, o Presidente José Sarney instituiu através do Decreto lei nº 2294/86 a liberdade de exercício e exploração de atividades e serviços turísticos.

Segundo Boiteux (2003, p. 33):

“muito bem intencionado Sarney resolve liberar a atividade turística. Pensava, na época, ouvindo seus assessores, melhorar a qualidade do produto turístico e

³ Decretada falência em 2001.

⁴ Decretada falência em novembro de 2001.

dinamizá-lo. Assim, nasce o Decreto-lei nº 2294/86 que torna a atividade turística livre no país. Livre significa, em outras palavras que sem registro, mantendo apenas fiscalização e classificação qualquer um poderia doravante dedicar-se ao turismo.

...Infelizmente, esse decreto que vigora até hoje não conseguiu cumprir o que almejava Sarney e diariamente ainda traz problemas, embora a ABAV (Associação Brasileira de Agências de Viagens) esteja lutando cada vez mais para fortalecer o segmento dos agentes criando condições específicas para o ingresso naquela associação, fazendo uma verdadeira filtragem”.

Ainda que a contra-gosto, o mercado se viu forçado a aceitar a ordem legal, até mesmo porque ela foi ratificada pela Constituição Federal de 1988, quando da instituição do Estado Democrático como exposto:

*Título II
Dos Direitos e
Garantias Fundamentais*

*Capítulo I
Dos Direitos e Deveres
Individuais e Coletivos*

Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País, a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:

(...)

XIII – é livre o exercício de qualquer trabalho, ofício ou profissão, atendidas as qualificações profissionais que a lei estabelecer;

(...)

O mundo passava por profundas transformações, ao mesmo tempo em que o avanço tecnológico aproximava cada vez mais as pessoas das mais distantes partes do planeta, alguns conflitos ameaçavam as aproximações.

O Brasil, na década de 90, viveu um momento histórico ímpar, as eleições diretas para presidente marcaram o fim de duas décadas de ditadura. Em 15 de março de 1990 foi eleito presidente Fernando Affonso Collor de Mello.

Seu governo surpreendeu a todos, uma vez que, em nome da inflação confiscou as contas correntes e de poupança de todos e decretou a abertura do mercado nacional para os importados (Solha, 2002, p. 140).

Solha (2002) comenta que USP através da sua Escola de Comunicação e Artes, promoveu junto a Amfort – Associação Mundial para a Formação

Profissional Turística – no Brasil, um seminário intitulado "Turismo: O grande Desafio dos anos 90", onde se discutiu questões relevantes como por exemplo às relativas à capacitação de recursos humanos, à política de turismo, o desenvolvimento turístico da América Latina, etc. No tocante ao Brasil, algumas dificuldades foram apontadas:

“No Brasil as dificuldades se acumulam. Não há um levantamento sistemático das riquezas naturais, dos municípios, da oferta turística e do movimento de turistas. O IBGE e a Embratur deveriam ter um sistema de coleta de informações e de estatísticas completo e atualizado sobre o país. Não se conseguem dados sobre os parques nacionais, sobre a capacidade da malha ferroviária e rodoviária, dos investimentos realizados pelo Estado no turismo, projetos e planejamentos, enfim, do panorama geral do turismo brasileiro”. (Amfert, 1991, apud Solha, 2002, p. 141)

A autora coloca ainda, que, além do que foi exposto, problemas estruturais do país, como a má distribuição de renda, a instabilidade econômica, as injustiças, inviabilizavam a atividade (2002, p. 141-142).

Neste cenário, o presidente Collor entre seus planos de governo, apresentou o Turismo como prioridade. Assim, em 1991, Collor promoveu através da Lei nº 8181, de 28 de março, alterações na atividade turística, revogando o Decreto-lei nº55/99.

A Embratur passou de empresa pública para autarquia especial, com alteração do nome inclusive, de Empresa Brasileira de Turismo, para Instituto Brasileiro de Turismo. Essa lei traz um novo conceito à Embratur, ao mesmo tempo normativa e executiva, uma vez que também extinguiu o CNTur. Passa a ser função da Embratur “formular”, “coordenar” e “fazer executar” a Política Nacional de Turismo.

Em 1992, regulamentando a Lei nº 8181/91 foi aprovado o Decreto nº 448, de 14 de fevereiro de 1992, o qual dispõe sobre a Política Nacional de Turismo.

Desta forma, o Decreto nº 448/92 estabelece como fim o desenvolvimento do turismo e seu equacionamento como fonte de renda nacional, como preceitua seu artigo 1º..

Para dar conta dessa missão, o Decreto nº 448/92, no seu artigo 2º, determina algumas diretrizes:

1. a prática do turismo como forma de promover a valorização e preservação do patrimônio natural e cultural do país;

2. a valorização do homem como destinatário final do desenvolvimento.

O artigo 3º do decreto em questão, apresenta os objetivos da Política Nacional de Turismo, que são:

I- democratizar o acesso ao Turismo Nacional, pela incorporação de diferentes segmentos populacionais, de forma a contribuir para a elevação do bem estar das classes de menor poder aquisitivo;

II- reduzir as disparidades sociais e econômicas de ordem regional, através do crescimento da oferta de emprego e melhor distribuição de renda;

III- aumentar os fluxos turísticos, a taxa de permanência e o gasto médio de turistas estrangeiros no País, mediante maior divulgação do produto brasileiro em mercados com potencial remissivo em nível internacional;

IV- difundir novos pontos turísticos, com vistas a diversificar os fluxos entre as Unidades de Federação e beneficiar especialmente as regiões de menor nível de desenvolvimento;

V- ampliar e diversificar os equipamentos e serviços turísticos, adequando-os às características sócio-econômicas regionais e municipais;

VI- estimular o aproveitamento turístico dos recursos naturais e culturais que integram o patrimônio turístico, com vistas à sua valorização e conservação;

VII- estimular a criação e implantação de equipamentos destinados a atividades de expressão cultural, serviços de animação turística e outras atrações com capacidade de retenção e prolongamento da permanência dos turistas.

Cruz (2002, p. 58) comenta que o decreto nº448/92 anuncia a democratização do turismo, a redução das desigualdades sociais e econômicas tendo em vista o aumento da oferta de emprego, além de outras coisas, entretanto, não explica como, com que meios esses fins seriam alcançados.

Tendo em vista, atender o apelo legal expresso no artigo 3º do Decreto nº 448/92, foi criado, em 1992, mesmo o Plano Nacional de Turismo – Plantur. “Trata-se de um plano detalhado de ações a serem deflagradas pelo poder público federal para efetivar a política nacional de turismo” (Cruz, 2002, p. 60).

O Plantur se constitui em sete programas divididos em sub-programas. São eles:

1. Programa Pólos Turístico;
2. Programa Turismo Interno;
3. Programa Mercosul;
4. Programa Ecoturismo
5. Programa Marketing Internacional;

6. Programa Qualidade e Produtividade do Setor Turístico;

7. Programa de Formação de Recursos Humanos para o Turismo.

Cruz, (2002, p. 60) chama atenção para o fato de que, quando o Plantur foi criado em 1992, a Política Nacional de Turismo não havia sido ainda implantada, uma vez que o Decreto nº 448/92 limitou-se a definir objetivos, diretrizes e a regulamentação econômica do setor atribuindo a Embratur a incumbência de criar um conselho consultivo, com a finalidade de com ela se compor, para que juntos (Embratur e Conselho) dirigissem a Política Nacional e Turismo, como reza o artigo 13 do referido diploma legal.

Desta forma, como a política nacional de Turismo não estava implementada quando o Plantur foi concebido, ele que deveria ser um instrumento para a efetivação da política acabou ficando restrito apenas aos objetivos, diretriz e à regulamentação econômica do setor estabelecido pela Lei nº 8181/92 e pelo Decreto nº 448/92.

É possível apontar mais uma incoerência no setor: “o plano precede a política” (Cruz, 2002, p.61).

Como bem salientado pela autora, “o plano foi concebido em um período de grande instabilidade política, no decorrer do qual houve, pela primeira vez na história do Brasil o impeachment de um presidente” (Cruz, 2002, p. 62).

Essa instabilidade política, sem sombra de dúvida acabou abalando todos os setores produtivos do país, inclusive o turismo.

Com isso, o Plantur não saiu do papel.

Fernando Collor de Melo foi eleito presidente da república em 1989, renunciou em 02 de outubro 1992 sob acusações de corrupção, tendo, na mesma data Itamar Augusto Cantiero Franco assumido a presidência, tendo nela permanecido até 1995.

Durante o governo do presidente Itamar Franco a política nacional do Turismo não foi instituída, no entanto, alguns programas de desenvolvimento turístico, foram implementados. Entre eles, o Prodetur-NE⁵, o PNMT – Programa Nacional de Municipalização do Turismo (1994), o qual começou a ser implantado em 1995, ano em que assume a presidência do Brasil, Fernando Henrique Cardoso.

⁵ Prodetur – NE: Programa de Desenvolvimento Turístico do NE

Em 1996, o presidente Fernando Henrique instituiu a Política Nacional de Turismo para o triênio 1996-1999.

Cruz (2002, p. 62) chama a atenção para o fato de estar a implementação associada à crescente valorização econômica que a atividade vem adquirindo no mundo, a necessidade de diversificação das atividades produtivas nacionais, como fonte geradora de divisas e emprego, a difusão das “potencialidades naturais turísticas” do país.

Assim a PNT para 1996-1999, estabeleceu como objetivos⁶

1. a ordenação das ações do setor público orientando o esforço do Estado e a utilização dos recursos públicos para o bem-estar social;
2. a definição de parâmetros para o planejamento e a execução das ações dos governos estaduais e municipais;
3. a orientação referencial do setor privado.

As ações são orientadas por quatro macroestratégias⁷

1. ordenamento, desenvolvimento e promoção da atividade pela articulação entre governo e iniciativa privada;
2. Qualificação Profissional dos Recursos Humanos envolvidos no setor
3. a descentralização da gestão turística por intermédio do fortalecimento dos órgãos delegados estaduais, municipalização do turismo e terceirização de atividades para o setor privado;
4. implantação de infra-estrutura básica e infra-estrutura turística adequada às potencialidades regionais.

Depois da implementação da Política Nacional de Turismo, criou-se condições para o desenvolvimento da infra-estrutura turística. Isso associado aos programas da Embratur de incentivo ao turismo interno, fizeram crescer os fluxos.

Segundo Solha (200, p. 144)

“os programas da Embratur de incentivo ao turismo doméstico foram acompanhados pelo barateamento das passagens aéreas e pela melhoria e diversificação dos meios de hospedagens. Neste período observou-se a consolidação do turismo interno quando as viagens começaram a se popularizar mediante as parcerias e os fretamentos que

⁶ São nove os objetivos estratégicos da PNT: Fomento, Defesa do Consumidor, Desenvolvimento do Pensamento Estratégico, Qualidade de Serviços, Descentralização, Conscientização, Articulação, Turismo Interno, Promoção e Inserção Internacional.

⁷ Outros dois programas fazem parte: Programa de geração de oportunidades de negócios e Programa de Desenvolvimento

permitted to offer lower prices, financing through credit card operators and primarily the offer of quality equipment and services”

Mesmo tendo aumentado o fluxo turístico interno, a demanda por aviões e hotéis ainda é incipiente. Numa pesquisa realizada em 1998 pela Embratur e Fipe-USP⁸ demonstrou que o meio de transporte mais utilizado ainda era o ônibus e o meio de hospedagem preferencial, a casa de amigos (Embratur, 1999, *apud* Solha 2002, p. 144).

Contudo, no final da década de 1990, as empresas de turismo passaram a atuar em diversos segmentos de mercado, além dos já tradicionais (de sol e mar). Entre eles, destacam-se “o de negócio, de eventos, da terceira idade, de saúde, de GLS⁹ de ecoturismo, de aventura, de intercâmbio, entre outros” (Solha, 2002, p. 145).

Solha comenta que os investimentos no setor turístico, depois de 1996 se intensificaram, no entanto, chama atenção para o fato do BNDES ainda disponibilizar suas linhas de crédito para as grandes empresas até transnacionais ficando ainda os pequenos e médios empresários sujeitos ao crédito oferecido pelo Sebrae (2002, p. 145).

No início do novo milênio houve um crescimento significativo da aviação, investimentos em ampliação e melhorias de aeroportos, enquanto que o transporte rodoviário começa um processo de decadência! O ferroviário continua em desusos, decadente, mesmo depois da privatização, entretanto, começa a crescer também o interesse pelos cruzeiros marítimos, como apontado por Solha (2002, p. 147).

Em 2003, o povo brasileiro empossa Luiz Inácio Lula da Silva, presidente do Brasil.

“O petista chega ao cargo mais conservador com inflexão ao centro e sem assustar a direita do país com quem até se associou para atingir a vitória” (Folha on line).

No discurso de posse ele afirmou claramente as mudanças políticas e sociais necessárias ao país. Como prioridade de sua gestão apresentou: Combate à fome, reforma agrária e o desenvolvimento produtivo do país, visando diminuir o abismo que separa os ricos dos pobres (Andrioli, 2003).

⁸ Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas da Universidade de São Paulo.

⁹ Gays, Lésbicas e Simpatizantes

No que diz respeito ao desenvolvimento Lula aposta no turismo como atividade estratégica de auto-sustentabilidade e além disso, segundo ele “O turismo, pela natureza de suas atividades e pela dinâmica de crescimento dos últimos dez anos é o segmento da economia que pode atender de forma mais completa e de maneira mais rápida os desafios colocados” ... (Silva, 2003).

Com vistas a perseguir seus objetivos e assumindo um compromisso de campanha, criou o Ministério do Turismo e o Plano Nacional de Turismo, que estabeleceu metas, diretrizes e programas para o quadriênio 2003-2007.

Segundo o Ministério do Turismo o PNT é o instrumento utilizado pelo governo para expor seus pensamentos e do setor produtivo, visando orientar as ações cabíveis ao desenvolvimento do turismo.

O plano entrou em vigor em 29 de abril de 2003, deixando claro, quais são os seus objetivos, contudo, para atingir os objetivos propostos,

“...são necessárias mudanças estruturais, as quais são difíceis de serem realizadas, pois o turismo não possui ascendência sobre outras áreas.

Sendo assim, um programa do PNT pode estar em contradição com uma ação de outro ministério. Somente uma macropolítica que sintonize a política regional com a nacional, pode viabilizar mudanças estruturais e, portanto, o governo deveria garantir um mecanismo que promovesse cruzamentos horizontais dentro de sua estrutura de poder” (Mamberti e Braga, 2004, in: Anais do ‘I Seminário Internacional O Desenvolvimento Local na Integração : Estratégias, Instituições e Políticas’, Unesp, Rio Claro, 19 a 21.05.2004.)

Realizado de forma participativa depois de ampla discussão, o plano foi organizado em sete macro-programas estratégicos:

1. Gestão e Relações Institucionais;
2. Fomento;
3. Infra-estrutura;
4. Estruturação e diversificação da Oferta Turística;
5. Qualidade do Produto Turístico;
6. Promoção de apoio à comercialização;
7. Informações Turísticas.

Esse macro programa se desdobra em programas que visam a expansão do mercado interno e a inserção do Brasil no cenário turístico internacional. Além disso, destinam-se também à geração de empregos, À

redução das desigualdades sociais e regionais, e ao equilíbrio da balança de pagamentos (Plano Nacional de Turismo – 2003-2007).

Harvey (*apud* Cruz, 2002, p. 155) aponta o consumo de serviços entre eles, diversão, espetáculos, eventos, lazer, como alternativa para o sistema capitalista no momento em que ele se encontra: “nos limites da acumulação e do giro de bens físicos”.

A autora destaca que Harvey referiu-se à expansão da indústria cultural, no entanto, a chamada “indústria turística” também é parte desse processo. Segundo ela: “É nesse contexto que a atividades turística ganha destaque entre as políticas públicas setoriais no país, deixando uma posição histórica marginal para tornar-se uma das prioridades nacionais”. (Cruz, 2002, p. 155).

CAPÍTULO 3. A TEORIA DE NORBERT ELIAS

Sendo a pretensão central deste trabalho, analisar as figurações dos deficientes no universo acadêmico turístico selecionado com a intenção de compreender como as instituições selecionadas estabelecem relações de

interdependências com os deficientes, frente aos diferentes papéis sociais que eles exercem.

Na teoria de Elias, configurações são as teias de relações de indivíduos interdependentes, que se encontram inter-relacionados, em diferentes níveis e de inúmeras maneiras. Assim, pensando a academia, através de Bussmann (2003, p.39), como uma organização, ou seja, “como um conjunto de pessoas e recursos articulados para a realização de um objetivo ou conjunto de objetivos, mantendo interação com o meio” parece relevante estabelecer, nessa teia de inter-relações das faculdades de turismo elencadas com a sociedade em que operam, em que medida “a especificidade de uma organização é determinada pelo compromisso, pela missão ou pelo objetivo que justifica sua existência ou a que se propõe, pelo público-alvo e pelo ambiente em que se insere” (Bussmann, 2003, p. 40).

Elias nasceu em 1897, numa cidade alemã, hoje pertencente à Polônia, chamada Breslau e morreu em Amsterdã em 1990. Durante toda sua vida uma questão sociológica o acompanhou: qual a relação entre a pluralidade de pessoas e a pessoa singular a que chamamos de “indivíduo” e da pessoa singular com a pluralidade?

Estudar a relação do indivíduo em sociedade, foi um dos principais focos da teoria de Norbert Elias. Segundo ele “em sociologia é preciso ver as coisas na perspectiva do” eu “, na do” ele / ela “, na do” nós “e na terceira pessoa do plural – e tudo isso simultaneamente” (Elias, 2001, p.75).

Elias afirma ser necessário, compreender que ninguém é um começo da perspectiva de seu próprio conhecimento, trata-se sempre, de um fundo de conhecimento já existente que avançou ou foi levado a declinar (Elias, 1998, p.27- 28).

Para ele, todos os indivíduos nascem num mundo social já constituído, já estabelecido, e, a partir daí, imersos numa cultura, que lhes fornece os meios necessários para interpretar e agir nesse mundo.

Sendo assim, normas, valores e significados são transmitidos e assimilados pela rede de interações em que vivem (Cidade, 2004, p.17).

Considerando que a sociedade humana é interdependente enquanto espécie e que sem esses vínculos de interdependência, os humanos não podem nascer nem sobreviver e que, além disso, formam agrupamentos ou nas palavras de Elias, redes de interdependência, configurações diversas, permeadas por relações de poder em processo constante de transformações, sendo assim, dinâmica essa interdependência.

Desta forma, afirma Elias, ser necessário repensar os conceitos de indivíduo e de sociedade, transcender a antítese, uma vez que esse conflito provoca agitação e medo e que para transcendê-la é preciso considerar que nem a sociedade existe sem os indivíduos, nem os indivíduos isoladamente, então o que existe é uma “sociedade dos indivíduos”.

A teoria sociológica figuracional de Elias, tem os conceitos de configuração e interdependência como conceitos base. O conceito de configuração refere-se à “teia de relações de indivíduos interdependentes que se encontram ligados entre si a vários níveis e de diversas maneiras” (Elias; Dunning, 1992, p.25 apud Cidade, 2004, p. 14). A idéia de interdependência, desenvolvida por ele vincula todas as pessoas, umas as outras, e na medida em que fazemos uns dos outros, “não existe eu sem tu, sem nós, sem ele, que cada pessoa singular é um elo na cadeia de relações que ligam as pessoas umas as outras, uma verdadeira rede de relações ou um todo relacional. Viver juntos, em dependência mútua é uma condição básica para todos os seres humanos” (Elias, 1994 apud Cidade, 2004, p.14).

Segundo Elias, o que dá sentido, as configurações, são as redes de interdependência entre os seres humanos, assim definidas:

“A rede de interdependências entre os seres humanos é o que liga. Elas formam o nexos do que aqui é chamada configuração, ou seja, uma estrutura de pessoas mutuamente orientadas e dependentes. Uma vez que as pessoas são mais ou menos dependentes entre si, inicialmente por ação da natureza e mais tarde através da aprendizagem social, da educação, socialização e necessidade recíprocas socialmente geradas, elas existem, poderíamos nos arriscar a dizer, apenas como a

pluralidade, apenas como configurações” (Elias, 1994b, p.249).

Entretanto, afirma Elias (2002, p.13) que a sociedade, “somos todos nós” um conjunto de pessoas juntas, que isoladamente fazem certas coisas, para que ela continue a funcionar, mas que apesar e independente disso, não conseguem prever ou planejar as grandes transformações históricas. Portanto,

“... a civilização não é” razoável “nem” racional “, como também não é” irracional “. É posta em movimento cegamente e mantida em movimento pela dinâmica autônoma de uma rede de relacionamentos, por mudanças específicas na maneira como as pessoas se vêem obrigadas a conviver” (Elias, 1993, p.195).

A sua teoria dos processos de civilização das sociedades ocidentais é fundamentada na inter-relação da mudança no controle das emoções em estreita relação com a interdependência crescente entre os indivíduos e a organização das sociedades em Estados Nacionais. Essa mudança no controle das emoções e a formação dos Estados Nacionais, são processos interdependentes que conduzem ao entendimento de que a civilização é um processo contínuo e inacabado.

Em sua teoria sobre o processo civilizador, Elias coloca que a dinâmica dos processos sociais em longo prazo deriva do entrelaçamento dos conjuntos de atos individuais e que mesmo considerando a intencionalidade individual desses atos, o resultado coletivo, a direção do processo social de transformação em longo prazo, não é planejado. Segundo ele,

“... nada na história indica que essa mudança ocorrida com o ser humano em longo prazo tenha sido realizada” racionalmente “, através de qualquer educação intencional de pessoas isoladas ou de grupos. A coisa aconteceu de maneira geral, sem planejamento algum, mas nem por isso sem um tipo específico de ordem” (Elias, 1993, p.193).

Para Elias, são as forças do entrelaçamento social que conduziram à transformação da sociedade Ocidental numa única direção desde a desintegração dos fundos até o momento. Assim, segundo ele, é a ordem social que determina o curso da mudança histórica pelo fato de estar subjugada ao processo civilizador.

Quando Elias fala em processo civilizador, ele está se referindo a um conjunto de modos de proceder derivados de outras gerações, da maneira de viver que as pessoas impõem às outras e a si mesmas e de formas de organização que possibilitem o enfrentamento dos problemas da vida.

No fluxo natural da vida, essa transmissão de conhecimentos, de comportamento padrão podem sofrer pequenas ou grandes variações. Assim, sendo a vida um “continuum”, um movimento constante, as mudanças também são parte desse “continuum”, então a mudança e a continuidade são partes do processo. Desta forma, a abordagem sociológica – processual firma-se na convicção de que entre grupos humanos, nas relações entre pessoas, não se podem utilizar os mesmos conceitos utilizados nas leis clássicas, porque “estas podem mudar com relativa rapidez. São diferentes em diferentes épocas e lugares” (Elias; Cidade, 2004, p. 21).

Desta forma, como foi comentado por Cidade,

“a teoria elisiana aborda, questões como as relações entre o poder, as emoções, os comportamentos e o habitus num processo de longa duração (2004, p.22). Portanto, para a compreensão do pensamento de Elias é fundamental compreender alguns conceitos utilizados por ele, até mesmo porque, este estudo propõe questões sociais de formação de grupos”.

Há na teoria elisiana uma proposta de análise de forma diferente em diferentes épocas e lugares (Elias, 1994, p.144).

Então, como os indivíduos garantem suas posições nos diferentes lugares que freqüentam? Como eles reagem aos estímulos nos diferentes lugares que freqüentam, em suas mais diversas relações sociais; e nos lugares onde estão inseridos? E quando esses indivíduos são socialmente estigmatizados, qual a mobilidade social possível? Quando o estigma denota claramente o processo de qualificação e desqualificação, eficiência e deficiência, capacidade e incapacidade, perfeição e imperfeição do indivíduo; como esses indivíduos são percebidos pelos outros e como eles se percebem?

Segundo Santos (2001, p.203):

“no lazer, e especialmente no turismo, a caracterização do papel social adquire particularidades... também no turismo se expressa a personalidade do sujeito... mas não é apenas na esfera das expectativas que se revelam a personalidade e os sentimentos da pessoa. Isso também pode ser percebido na convivência com o outro, e, especificamente na viagem.

O dispositivo de desdobramento revela a especificidade do deslocamento provocado pela viagem turística – o indivíduo pode expressar legitimamente, sentimentos, gestos e atitudes que, num momento cotidiano, não estariam sendo estimulados.

...É legítimo que, assim como nas outras instâncias da vida social, manifestem-se também no momento de lazer e turismo os sentimentos e ações particulares que constroem a pessoa“.

A autora fala de sentimentos “que não se podem solidificar” porque visa à perfeição via sentimentos estéticos ou morais, mas que, no entanto, podem ser sublimados, nesses momentos lúdicos, fora do cotidiano.

Como será vislumbrar nas configurações turísticas, a participação do deficiente considerando que “a disposição e as intenções ou motivações dos viajantes talvez se constituam nos elementos mais importantes para a determinação... da própria existência dos fenômenos considerados essenciais para o turismo...” (Andrade, 2000, p.26).

Na visão do autor, as principais motivações são: “desejo de evasão, necessidade de evasão, espírito de aventura, aquisição de status, necessidade de tranqüilidade, desejo ou necessidade cultural, desejo ou necessidade de compra” (Andrade, 2000, p.90). Andrade comenta sobre a necessidade do homem moderno, vítima de um desgaste, característico da civilização industrial que vivendo em ambientes tumultuados, barulhentos, desumanos e opressores, se vê obrigado a procurar meios de descomprimir, ou extravasar a fim de através de “uma reciclagem, continuar a viver com seu status sem vitimarem-se física ou psicologicamente, nem se tornarem elementos propagadores de desajustes e neuroses sociais...” (Andrade, 2000, p.92).

Na figuração turística como se processa a interdependência e inter-relação do turista deficiente com o não deficiente?

Como são percebidos e quais são as perspectivas para esses indivíduos, quanto à participação das instituições no processo civilizador de eliminação de todas as barreiras, inclusive atitudinais?

Buscando compreender como Omote (1994, p.69) em “Deficiência e Não – deficiência: Recortes do Mesmo Tecido”, que “as pessoas deficientes, mesmo que sejam portadoras de alguma incapacidade objetivamente definida e constatável, não constituem exceções da normalidade mas fazem parte integrante e indissociável da sociedade”.

Então se busca pensar no ambiente acadêmico, como

“A escola e as aprendizagens a que se destina, antes de serem objetos concretos de nosso saber e nosso querer, estão prefiguradas no imaginário social, no campo simbólico da fantasia, onde se espelham os mundos dos possíveis, o remoto, o ausente, o ainda obscuro, os objetos do desejo, o campo avançado das utopias. Somente na ordem simbólica existem as instituições sociais onde se combinam os componentes do imaginário com os da funcionalidade prática, pois é no campo simbólico que se instauram os desejos inscritos nas perspectivas de futuro, antes de se constituírem em projetos manifestos de vida e de ação comunitária” (Marques, 2003, p.145).

Espera-se com este estudo, avançar um pouco, no caminho em direção a proposição de Omote quando diz que: “é a mesma teoria que precisa dar conta da explicação da deficiência e da não deficiência” (Omote, 1994, p.69), assim, julgou-se oportuno eleger a teoria elisiana para responder a essa proposta, considerando ainda o sujeito como Orlandi:

“o sujeito é múltiplo porque atravessa e é atravessado por vários discursos, porque não se relaciona mecanicamente com a ordem social da qual faz parte, porque representa vários papéis, etc.

...A relação eu / tu é reversível. Na linguagem essa é a condição para que haja discurso. Sem a reversibilidade – seja ela real, possível ou ilusória – a fala não se constitui. É porque o eu pode ocupar o lugar do outro (tu) e vice-versa, que o dizer se estabelece.

... há uma instância em que o outro somos nós...”(Orlandi, 1998, p.12).

Essa instância na visão elisiana é a social.

Segundo Elias (2002, p. 13) a sociedade, “somos todos nós”, um conjunto de pessoas juntas, que isoladamente fazem certas coisas, para que ela continue a funcionar, mas que,

apesar disso, não conseguem controlar ou planejar as grandes transformações históricas. A existência desse processo “cego”, não planejado, no entanto, observável empiricamente é o ponto cardeal da teoria do processo civilizador.

Gebara (2000, p. 34) ao definir em linhas gerais o pensamento de Elias, coloca que:

“Se para os marxistas o trabalho é a referencia fundamental para a compreensão dos fenômenos sociais e históricos, para Elias, se além de produzir seus meios de subsistência, o homem não se defender, ele se torna também caça / alimento. O homem, além das relações de produção, vive em cadeias de interdependências, isto é, aproximando-se de outros homens através de laços que se articulam de maneira diversificada. Essencialmente, Elias trabalha com padrões de interdependência um processo de mudanças, rearticulando relações de poder entre indivíduos em sociedade. Estabeleceram-se as configurações sociais móveis, tanto internas quanto externamente, a um determinado grupo. Estão sempre em fluxo, em processo vivencial, as transformações decorrentes, algumas rápidas e efêmeras, outras de longo curso, mais duradouras definem e redefinem a balança do poder entre pessoas e grupos”.

Com isso Gebara quer situar o poder na teoria elisiana, como elemento fundamental de qualquer configuração; alerta para a compreensão do poder não como na teoria marxista “de controle do aparelho de Estado, ou das relações de produção, mas sim como algo que percorre todas as relações humanas de forma multidimensional. O poder não pode ser pensado como componente de uma sociedade fragmentada (esferas, variáveis, níveis), não existem proeminências ou generalizações universais, ou seja, o Estado enquanto síntese de uma determinada concepção de poder, é estratégico nas sociedades industriais. Não obstante, tendo em vista o longo e diferenciado processo de constituição e instauração de formas de poder, outras formas de organização de poder institucional também se verificaram, interagindo com as configurações não planejadas, vividas no cotidiano.

Nesta direção, encontramos um dos elementos básicos de um processo de longa duração, entrelaçando ações não intencionais tanto de grupos quanto de indivíduos. Este processo denomina-se “processo civilizador”.

Entretanto, mesmo admitindo historicamente grandes transformações configuracionais, a mudança na natureza privada do poder, implicando em democratização e representatividade da coisa pública, e até por conta disso, uma ampliação nas relações de interdependência, não só por conta da divisão do trabalho, como também, pelas relações internacionais (Gebara, 2000, p.36).

Contudo, segundo Gebara, “a teoria de Elias torna-se mais clara na medida em que observamos como são sistematizados os controles”, através dos quais se torna possível estabelecer em estágios o desenvolvimento da sociedade, assim sistematizado por ele:

“1) Centralização política, administrativa e controle da paz interna (Surgimento dos Estados).

2) Um processo de democratização, devido ao aumento das cadeias de interdependência, especialmente pelo nivelamento e democratização funcional do exercício do poder.

3) Refinamento das condutas e crescente autocontrole nas relações sociais e pessoais; neste sentido, há um evidente aumento de consciência (super ego) na regulação do comportamento” (Gebara, 2000, p.36-37).

O autor chama a atenção para uma questão central dos “estudos configuracionais” que é o nexos entre poder, comportamento e emoções em perspectivas de processo. Segundo ele,

“há uma rede de relações entre os seres humanos, em que a balança do poder muda constantemente de forma assimétrica, sem dicotomizar autores e atores, indivíduo e sociedade” (Gebara,2000, p.37).

Assim, os indivíduos, são segundo Elias, parte de um mesmo fenômeno, ao qual ele chamou de “sociedade dos indivíduos”.

Elias, afirma que vida social de hoje, somos confrontados pela tensão entre a manutenção da ordem social e a satisfação pessoal e que a questão parece estar em ter que considerar que um dos lados sempre leva a pior. As contradições entre as exigências sociais e as necessidades individuais, são características constantes no processo civilizador e que até hoje, quando se

pensa em acabar com o embate, pensa-se solucionando uma em detrimento da outra.

O autor comenta que essa antítese precisa ser transcendida, uma vez que esse conflito provoca agitação e medo, e que para transcendê-la é preciso considerar que nem a sociedade existe sem os indivíduos, nem os indivíduos isoladamente.

Essa vida social é cheia de contradições, tensões e explosões; não há harmonia na vida dos seres humanos em sociedade. Há um fluxo constante e contínuo de mudanças, as vezes rápidas outras vezes lentas, mas em movimento, cada qual em busca da satisfação dos seus objetivos, porém vinculados a uma ordem social de um determinado lugar ou função.

Essa ordem “invisível” oferece a cada pessoa uma gama restrita de possibilidades quanto a comportamento ou função, pois, vincula cada pessoa a certos complexos funcionais por nascimento. Desta forma cada ser humano se molda, se adapta, se desenvolve de acordo com a posição que ocupa quando nasce, ou seja, “até sua liberdade de escolha é limitada”. Depende largamente do ponto em que ele nasce e cresce na teia humana das funções e da situação de seus pais e em consonância com isso, da escolarização que recebe (Elias, 1994,p.21).

Esta, segundo o autor, presa numa rede de relações e dependências, que não lhe é possível modificar ou romper, senão até onde a própria estrutura dessa dependência o permita.

Assim,

“esse arcabouço básico de funções interdependentes, cuja estrutura e padrão conferem a uma sociedade, seu caráter específico, não é criação de indivíduos particulares, pois cada indivíduo mesmo o mais poderoso, mesmo o chefe tribal, o monarca absolutista ou o ditador faz parte dele, é formada e mantida em relação a outras funções, as quais só podem ser entendidas em termos da estrutura específica e das tensões específicas desse contexto total”. (Elias, 2002:22).

Desta forma, segundo Elias, o que liga as pessoas em associações humanas, é essa rede de funções interdependentes, com peso e leis próprias com uma margem pequena para compromissos firmados sem derramamento de sangue, as eleições, as votações serão provas

não sangrentas da força entre diferentes grupos financeiros. Assim, há entre as pessoas vínculos funcionais, ou seja, umas dependem das outras, aprisionam-se umas as outras, nessa cadeia de constante dependência funcional. Essa rede de funções que as pessoas desempenham umas em relação às outras, ela chama de sociedade. Para compreendê-la é necessário ter uma visão global das relações e funções individuais que unem as pessoas, desta forma, o comportamento de um é determinado pela sua relação com os outros, ou seja, a interdependência das funções sujeita o indivíduo.

Elias (2002, p.26) comenta que as pessoas têm uma inclinação natural à vida em grupo; elas nascem num grupo que já existia antes deles e dos quais precisa para crescer.

No nascimento, as pessoas podem ser diferentes, de acordo com sua constituição natural, mas é na sociedade que ela se transforma e essa transformação depende da estrutura do grupo em que ele acarreta. “Cada pessoa parte de uma posição única em sua rede de relações e atravessa uma história singular até chegar a morte” (Elias, 2002, p.27). Esse processo formador da individualidade está diretamente relacionado com o meio no qual ele se desenvolve ainda que a constituição natural seja significativa. Desta forma,

“O que advém de sua constituição característica depende da estrutura da sociedade em que ele cresce. Seu destino, como quer que venha a se revelar em seus pormenores, é grosso modo, específico de cada sociedade” (Elias, 2002, p. 28).

A essa relação entre pessoas, que por conta dela e através dela, as pessoas permanecem em constante transformação, o autor chama de fenômeno reticular e este não pode ser compreendido senão num processo contínuo e constante, considerando não o adulto rígido,

pouco flexível, mas a criança maleável, adaptável, “somente com base nesse diálogo instintivo contínuo com outras pessoas é que os impulsos elementares e informes da criança pequena tomam uma direção definida, assume uma estrutura mais clara” (2002, p.30). O que em outras palavras, chama-se autocontrole, assim, uma vez que a criança precisa de padrões sociais no seu processo de individualização, a individualidade do adulto só pode ser entendida á partir das suas relações em conexão com a estrutura social na qual se desenvolveu.

Desta forma, a criança é moldada pelo padrão social do grupo em que nasce e cresce. Elias, comenta que não existe um momento em que as pessoas não estejam vinculadas a outras, “o indivíduo sempre existe ..., na relação com os outros, e essa relação tem uma estrutura particular que é específica de sua sociedade”.

O autor esclarece que cada pessoa adquire sua “individualidade” a partir da história das suas relações, ou seja, seu nascimento, numa família determina sua educação, a como se relacionar com os outros, com mais ou menos poder, autonomia, dependendo da posição (função) de seus pais, na rede social e do como eles conduzem os padrões dessa sociedade específica, nação específica, classe social específica.

Ele ressalta a relevância das funções e diz que quando a função deixa de ser importante, ou quando por causa de uma mudança na estrutura social, ela perde valor, a pessoa perde poder, autonomia e que muitos aprendem a se conformar e que essa conformação é histórica na rede de relações. No seu entender, a pessoa se obriga a refrear-se, a controlar seus instintos, seus desejos em função daquilo que no processo civilizado se caracteriza como autocontrole, recalque das tensões entre ordens e proibições sociais por medo.

Portanto, os indivíduos na ânsia de manter suas posições violentam-se deixando morrer sua “verdade interior”.

Segundo Elias, o avanço da divisão de funções e da civilização em certos estágios, acaba impondo uma posição funcional ao indivíduo que nem sempre e na maioria das vezes não satisfaz suas inclinações, mas que ele se submete e que só se modifica quando a tensão e a estrutura da rede de relações as quais ele está vinculado sofrem alterações.

Sendo assim, as redes humanas “nunca” podem ser estudadas em suas unidades individuais, uma vez que, em constante movimento, “como um tecer e destecer ininterrupto das ligações”, o indivíduo não é um começo e além disso é nas suas relações com outras pessoas que ele se forma, assim como, ajuda a formar o outro.

Assim,

“as idéias, convicções, afetos, necessidades e traços de caráter produzem-se no indivíduo mediante a interação com os outros, como coisa que compõem seu “eu” mais pessoal e nas quais se expressa, justamente por essa razão, a rede de relações de que ele emergiu e na qual penetra. E dessa maneira esse eu, essa “essência” pessoal, forma-se num desejo e realização constantes, numa alternância de dar e receber. E a ordem desse entrelaçamento incessante e sem começo que determina a natureza e a forma do ser humano individual. Até mesmo a natureza e a forma de sua solidão, até o que ele sente como sua “vida íntima”, traz a marca da história de seus relacionamentos – da estrutura da rede humana em que, como um dos seus pontos nodais, ele se desenvolve e vive como indivíduo” (Elias, 2002, p. 36).

O autor analisa também a dinamicidade individual, ou seja, assim como “a sociedade humana é produto de um processo sócio – histórico, de uma transformação da estrutura da vida comunitária” (Elias, 2002, p. 36), a pessoa individual também em constante transformação, a medida em que se desenvolve, atravessa as diversas fases do seu desenvolvimento individual, passando pelas modificações funcionais da sua psique, razão, mente, consciência ou ego, ou seja, pela auto – regulação em relação às outras pessoas e coisas.

Assim, considerado, o ser humano pode e necessita se constituir na relação com as outras pessoas e coisas, sendo que sua maior flexibilidade, sua maior capacidade de se adaptar a diferentes relações, sua maleabilidade e mobilidade especiais determinam sua posição na estrutura da rede. A adaptabilidade é condição para a estrutura das relações.

Constata-se assim, que a auto – regulação não é hereditária, é construída nas relações com outros, a partir da estrutura social em que o indivíduo cresce e que isso sujeita as pessoas a rede em que se desenvolve. Segundo Elias (2002, p. 38)

“o fato de a rede humana ter uma ordem e estar sujeita à leis diferentes e mais poderosas do que aquilo que planejam e querem os próprios indivíduos que a compõem. É a maior liberdade das relações humanas, no tocante ao controle exercido por mecanismos automáticos hereditários, que realmente abre caminho para a livre atuação dos mecanismos da rede social. É apenas por estar o comportamento relativamente livre da determinação por mecanismos hereditários, pela transformação gradativa e desigual da chamada auto – regulação “instintiva” na chamada auto – regulação “psíquica” do organismo em relação aos outros, que as regularidades ou leis nascidas do entrelaçamento e da interdependência dos indivíduos assumem sua plena força”.

Sendo assim, a maneira como a pessoa se vê e como conduz sua vida, depende da estrutura social da qual ela é parte, ou seja, das associações nas quais ela aprende a dizer “nós”.

Segundo Elias, as características pessoais congênitas “fornecem um arcabouço para uma infinita variedade de articulações possíveis” (2002, p. 40). Assim, os seres humanos são constituídos por uma ordem natural e uma ordem social. Na visão do autor “cada criança, ao nascer, é produto de um destino que tem uma dimensão social – a história de seus ancestrais, que se perde de vista na obscuridade dos milênios passados” (Elias,2002, p. 40)

Desta forma, por ser o homem, um ser maleável e com mobilidades especiais, ele tem autonomia para na vida comunitária, gerar processos de transformações não planejados, nem pré-determinadas. Esses processos são gerados a partir de tensões de níveis e intensidades específicas, em torno da divisão de funções, na medida em que grupos ou pessoas conquistam um monopólio de bens ou valores sociais de que outras dependam, para subsistência ou para efetivamente proteger seu status social. Desse ponto de vista os seres humanos,

“compõem um continuum sócio-histórico em que cada pessoa cresce – como participante – a partir de determinado ponto. O que molda e compromete o indivíduo dentro desse cosmo humano, e lhe confere todo o alcance de sua vida não são os reflexos de sua natureza animal, mas a inerradicável vinculação entre seus desejos e comportamentos e os das outras pessoas, dos vivos, dos mortos e até em certo sentido do que ainda não nasceram – em suma, sua dependência dos outros e a dependência dos outros para ele e suas funções para os outros” (Elias, 2002, p. 43).

Assim a relação funcional entre os indivíduos se dá na medida da dependência existente entre eles, baseada nas causas naturais, como também, nas sociais. Essa vinculação apresenta níveis variados, mais ou menos necessidade um do outro, mas as tensões, contudo se justificam através de forças propulsoras elementares, como a fome por exemplo, ou através de estímulos considerados pelo autor como “impulsos superegóicos de longo prazo”, como por exemplo o desejo de propriedade, de segurança ou de ascensão social.

Elias (2002, p. 44) comenta que na proporção em que a divisão de funções avança numa sociedade, mais ela vincula as pessoas, mais ela liga umas as outras, “pelo fato de cada uma só poder sustentar a sua vida e existência social em conjunto com muitas outras” (Elias, 2002, p. 44).

Segundo ele em certos estágios do processo civilizador o que garante e efetiva a existência social de certos grupos, subjugando ou explorando outros é a violência, além disso, acrescenta que “as metas de alguns podem realmente exigir que se destrua a existência social e física dos outros” (Elias, 2002, p. 44)

É dessa interdependência que se origina as tensões e da intensidade delas, os conflitos que dão causa as mudanças estruturais nas sociedades. Isso explica, segundo o autor, os períodos históricos de passividade, os turbulentos e revolucionários, os de ascensão ou declínio, “todas essas mudanças tem origem, não na natureza dos indivíduos isolados, mas na estrutura da vida conjunta de muitos. A história é sempre a historia de uma

sociedade, mas, sem a menor dúvida, de uma sociedade de indivíduos” (Elias, 2002, p 45)

É assim que sua teoria explica as mudanças, como sendo geradas no indivíduo em relação aos outros com os quais convive, as transformações nos ambientes que as pessoas formam uma as outras.

Nesse fluxo constante quando a tensão atinge certo grau a rede muitas vezes é instada, a se deslocar para além de si, em direção a uma integração pra não correr o risco de se desintegrar num confronto. Dessa forma, a integração, a ação que conduz a vitória, a nova estabilidade, pode depender de pessoas particulares em situações particulares. Nos momentos de conflito, nas disputas de poder, o que se busca é a possibilidade de controlar as oportunidades dos outros sendo desfeito muitas vezes , determinado pelo grau de energia pessoal, perspicácia e inteligência de um ou mais indivíduos dentro do grupo ascendente. Essa possibilidade surge como oportunidade que pode ser aproveitada ou perdida, uma vez que toda sociedade complexa, apesar de firme é também elástica. Assim, as oportunidades sobre as quais certas pessoas se vêem forçadas a aproveitar “são criadas pela estrutura específica da sua sociedade e pela natureza das funções que as pessoas exercem dentro dela” (Elias, 2002, p. 48).

Seja qual for a sua decisão ela será entremeada pela decisão de outras pessoas, desencadeará conseqüências não previsíveis e que independem de quem lhe deu causa, mas da distribuição do poder e da estrutura das tensões na rede. Depara-se com a situação em que o poder que um indivíduo possa ter na rede humana, na verdade lhe confere uma margem maior ou menor de decisão. É essa extensão da margem de decisão, o que caracteriza o lugar do indivíduo na sociedade a que pertence. Desta forma “a natureza e a extensão da margem de decisão que lhe é acessível dependem da estrutura e da constelação histórica da sociedade em que ele vive e age” (Elias, 2002, p. 49).

Assim, poder é essa variação da margem de decisão, de ação associada a certas posições sociais , é a possibilidade de intervir na auto-regulação e destino de outros. Há sem dúvida, diferentes níveis de poder, há desigualdade de oportunidades e segundo Elias (2002, p. 50), é absolutamente certo que a posição social e o destino desses grupos, dada a enorme discrepância na distribuição dos instrumentos do poder social, só pode ser alterada pela

estrutura e energia especiais de um de seus membros que se haja transformado em líder.

A autonomia individual vincula a alguns e afasta de outros, por conseguinte, prende à distribuição do poder dentro do grupo. Sua importância pessoal enquanto capaz de influenciar os outros, é sem dúvida importante, mas é a autonomia da rede muito mais forte.

Aquele que molda é também moldado pela sociedade, por sua vez, é a auto-regulação deste em relação aos outros que estabelece os limites da auto-regulação destes. Por conta disso, “Individualidade” não pode ser entendida, de forma isolada e independente de um grupo, mas a partir dele e nas relações com ele,

“A sociedade não apenas produz o semelhante e o típico mas também o individual... aquilo que muitas vezes é conceitualmente separado como duas substâncias diferentes, ou duas camadas diferentes dentro do ser humano – sua ‘individualidade e seu condicionamento social’ – não passa na verdade, de duas funções diferentes das pessoas em suas relações recíprocas, nenhuma das quais pode existir sem a outra” (Elias 2002, p. 50),.

Trata-se da dependência que o indivíduo tem dos outros e da dependência que os outros tem dele. É porque o indivíduo entende a si na relação com o outro, que surgem conflitos. A autoconsciência varia de pessoa para pessoa, o grau de compreensão que cada um tem da interdependência de muitos “eus” para formar “nós” é que determinará o grau de autonomia grupal,

“O entrelaçamento das necessidades e intenções de muitas pessoas, sujeita cada uma delas individualmente a compulsões que nenhuma pretendeu... Elas fitam com assombro as reviravoltas e formações do fluxo histórico que elas mesmas constituem, mas não controlam” (Elias 2002, p. 58).

3.1 Problemas da Auto consciência e da Imagem do Homem.

Elias fala da antinomia, da oposição recíproca ou contradições nas análises dos conceitos indivíduo e sociedade, pelas mais diversas correntes

científicas como se fosse possível separá-los ou considerá-los à parte um do outro; comenta que, ainda que se tenha um certo grau de consciência da sociedade como composta por vários “indivíduos”, eles nunca chegam a se unir de forma conceitual.

Os conceitos de “indivíduo” e “sociedade”, ainda dependem, “da forma assumida pelo que as pessoas desejam e temem. Trata-se, segundo Elias (2002, p. 75) de condicionamentos carregados de sentimentos ideais positivos e anti-ideais negativos. Vivenciam esses conceitos como distintos e opostos porque associam essas palavras a sentimentos e valores emocionais diferentes e as vezes contraditórios. São padrões emocionais determinantes em boa medida, de fatos essenciais e fatos sem importância, quando se analisa as pessoas isoladas e as sociedades que formam em conjunto. Quando esse mecanismo seletivo valoriza aspectos individuais e sociais diferentes, é fácil atribuir-lhes um tipo de existência especial, mas nas disputas pelo poder, nos entraves sociais contraditórios, essas expressões adquirem valores adicionais de símbolos emocionais.

A natureza da relação é obscurecida pela questão de qual das duas coisas é mais importante, o indivíduo ou a sociedade, como se possível a um existir sem o outro.

Esse é um falso problema, na visão de Elias e indissolúvel, todos os modos de pensamento e discurso, que levam à utilização dos termos, indivíduo e sociedade, como se eles se referissem a entidades distintas e independentes, sem considerar a relação entre eles, são inadequados e elementares.

Para ele, quando se considera o processo civilizador fica fácil compreender que “a idéia dessa divisão e antítese entre “indivíduo” e “sociedade”, entre o “eu” e os “outros”, de modo algum é a maneira universal e evidente de auto-percepção dos seres humanos que comumente alega “ser” (2002, p. 77).

É possível reconhecer que

“há e houve outras maneiras de vivenciarmos a nós mesmos e os outros. Podemos saber que as formas que conhecemos de auto-consciência, a imagem que fazemos do homem, tiveram uma emergência tardia na história da humanidade, começando lentamente e por um breve período se limitando a pequenos círculos da sociedade antiga, pra depois, no chamado Renascimento, afetar as sociedades ocidentais. Não obstante ela geralmente se afigura como a forma normal e sadia de

percebermos a nós mesmos e a outrem, e uma forma que, ao contrário de outras, não requer explicação...” (Elias, 2002:81).

A crítica da autoconsciência, a necessidade de revisão nas formas de auto-percepção e percepção do outro terá que se haver com uma previsível resistência.

A idéia que fazemos de nós mesmos e das outras pessoas é precondição da nossa capacidade de lidar com elas. Quando ela é questionada ficamos inseguros somos lançados ao mar das incertezas.”Estamos aprendendo a ver nossa imagem, simultaneamente, no espelho da autoconsciência e em outro espelho maior e mais distante” (Elias, 2002, p.86) Elias chama atenção para o “distanciamento” necessário para falar de si mesmo como “eu” e dos outros como “vocês”. Essa etapa da autoconsciência e da imagem humana desponta juntamente com aquilo que as pessoas descobrem de si mesmas, das sociedades e formações naturais.

Uma vez que as investigações de Elias sempre estiveram voltadas para processos de longa duração, estão fundamentadas na estrutura da personalidade e nas mudanças do comportamento, com vistas à disciplinarização do indivíduo. Entretanto, essas mudanças não ocorrem apenas no interior de cada indivíduo, elas estão ligadas ao desenvolvimento das estruturas sociais (Lucena,2002 apud Cidade, 2004. p. 22).

Assim “...essas transformações tanto são históricas, no sentido de que sociedades inteiras passaram ou ainda passam por elas atualmente,

quanto pessoais, no sentido de que toda criança as atravessa ao crescer”. (Elias, 1994, p. 99-100).

Desta forma a criança para nascer necessita da interdependência dos pais, para nascer e para sobreviver necessita deles ou de outros indivíduos, assim como seu processo de aprendizagem se dá num meio de dependências sociais.

Segundo Cidade (2004, p. 23)

“cada indivíduo nasce à mercê da interdependência sexual dos pais, dentro de laços de interdependência de alguma forma de família. E na convivência com as pessoas da família e com outras pessoas, é que esse indivíduo pode perceber-se diferente dos demais”.

Para Elias (1994, p. 160)

“E essa percepção de si como pessoa distinta das outras é inseparável da consciência de também se ser percebido pelos outros, não apenas como alguém semelhante a eles, mas, em alguns aspectos como diferente de todos os demais”.

Assim, pensar a sociedade com Elias, é pensar uma pluralidade de indivíduos interdependentes, sujeitos aos jogos de força, em constante movimento de fortalecimento ou enfraquecimento.

Diante disso, estudar uma configuração, nos põe a par dos indivíduos que a compõem, como também do grupo que formam um conjunto.

Por isso, como argumentado por Cidade:

“Estudar os grupos permite compreender as condições de aparecimento de estruturas de poder, de comunicação, de status, e a expressão indireta de sentimentos percebidos na coletividade. Ou seja, é um lugar privilegiado para investigar não só sentimentos, atitudes e conflitos como também a coletividade mais ampla, no sentido de que é possível perceber no grupo o que pensa e diz a sociedade a seu respeito. Entretanto, é preciso lembrar que o grupo não é uma totalidade fechada que elimina as diferenças, pelo contrário, sua configuração é provisória, dinâmica, rompe-se a todo instante e altera o equilíbrio” (Elias, 1994 apud Cidade, 2004, p. 24).

Pelas razões expostas, cumpre destacar um estudo de Elias e Scotson, no qual eles “...empreenderam uma reflexão teórica ambiciosa, que revolucionou os rumos da teoria social contemporânea. O texto trata sobre os tópicos candentes das desigualdades e das relações de poder delas decorrentes”. (Miceli, 2000 *apud* Cidade, 2004, p. 27).

Em “Os estabelecidos e os outsiders” os autores procuram entender como e porque, numa comunidade da periferia urbana, pequena e homogênea, na qual os indicadores sociológicos usuais (como renda, educação, ocupação, etc) não apontavam significativas diferenças, exceto pelo fato de um grupo estar estabelecido desde longa data enquanto outro tido como “forasteiro” havia se estabelecido recentemente.

A única diferença entre eles, no povoado de Wiston Parva, e que gerava complementariedade e rejeição era a antigüidade. O grupo dos estabelecidos via-se como pessoas “melhores”, dotadas de uma espécie de carisma grupal, de uma virtude compartilhada por todos os seus membros e que faltava nos outros moradores recentes.

O grupo estabelecido atribuía a seus membros características humanas superiores, incluindo o outro grupo do contato social (desprezando-os, não lhes dirigindo a palavra, impedindo-os de ocupar cargos de poder nas associações locais). A fofoca era um instrumento através do qual o grupo estabelecido se afirmava na posição de controle, tratando-se da fofoca elogiosa. A fofoca depreciativa era utilizada pelo grupo estabelecido para enfatizar os clichês, o estigma, para afirmar a identidade anônima do grupo outsider. Esse instrumento demonstra inclusive o grau de coesão do grupo estabelecido, pois

quanto mais unidos forem, melhor será a contribuição dos boatos para a união dos estabelecidos e rejeição dos outsiders.

Segundo Elias e Scotson, “a peça central dessa figuração é um equilíbrio instável de poder com as tensões que lhe são inerentes” (2000, p. 23).

“...é provável que os diferenciais de coesão e integração, como uma faceta dos diferenciais de poder não tenham recebido a atenção que merecem” (Elias; Scotson, 2000, p. 24).

Assim, os grupos estabelecidos vêem seu poder superior, como valor humano superior, enquanto os outsiders, quando o diferencial de poder é grande e a submissão inevitável, aceita a condição de inferioridade de poder vivenciando-a como um sinal de inferioridade humana.

Elias e Scotson (2000, p 32) afirmam que não são as diferenças físicas por exemplo, mas as formas de vinculação que determinam a sociodinâmica das relações. Assim, se os outsiders não tiverem nenhuma função para os grupos estabelecidos, eles serão eliminados ou postos de lado até perecerem. Entretanto, quando há algum vínculo de dependência ou necessidade entre os outsiders e estabelecidos, então, as relações de interdependência tendem a ser mais abertas, “o poder pende um pouco mais para os outsiders” (Elias, Scotson, 2000, p33).

“A estigmatização, como um aspecto da relação entre estabelecidos e outsiders, associa-se, muitas vezes a um tipo específico de fantasia coletiva criada pelo grupo estabelecido, ela reflete e, ao mesmo tempo justifica a aversão – o preconceito – preconceito que seus membros sentem perante os que compõem o grupo outsiders” (Elias, Scotson, 2000, p. 35)

Para além de Wiston Parva, os grupos mais poderosos percebem-se como pessoas melhores, dotadas de um carisma grupal compartilhado por todos os seus membros e que falta nos outros, que não do grupo. No entanto, que meios utilizam para impor sua superioridade humana aos que são menos poderosos?

Segundo os autores, nessa relação estabelecidos – outsiders, é possível perceber em contextos diversas características comuns e constantes. Uma delas é o fato de que o grupo estabelecido tende a atribuir ao conjunto do grupo outsider as características ruins de sua porção pior, enquanto que, a

auto-representação do grupo estabelecido tende a se espelhar na minoria de seus melhores.

Em Wiston Parva, a superioridade de forças do grupo estabelecido se justificava pelo alto grau de coesão das famílias moradoras do povoado há mais de duas gerações, em contraste com os moradores recém-chegados, que sendo estranhos tanto entre os antigos, quanto entre os novos moradores.

Um grupo era integrado, o outro não. A falta de coesão entre os outsiders era o meio utilizado pelos estabelecidos, para excluir e estigmatizá-los.

Outro aspecto importante, apontado pelos autores diz respeito ao custo da participação no carisma grupal. A participação na superioridade de um grupo é a recompensa pela submissão às normas específicas do grupo. Nesse sentido, há um certo grau de coerção sobre os indivíduos que compõem o grupo.

“Assim, a exclusão e a estigmatização dos outsiders pelo grupo estabelecido era a mais poderosa para que este último preservasse sua identidade e afirmasse sua superioridade, mantendo os outros firmemente em seu lugar.”
(Elias, Scotson, 2000, p. 22).

Desta maneira, o preconceito não deve ser pensado apenas no plano individual, mas deve ser percebido simultaneamente, no âmbito grupal.

Elias e Scotson, nesse trabalho de campo em Wiston Parva, combinaram dados oriundos de diversas fontes: estatísticas governamentais, relatórios governamentais, documentos jurídicos e jornalísticos, entrevistas e, principalmente, a observação participante. Desta forma, “com base na evidência documentária Elias assegura que é possível compreender o problema existente entre as estruturas sociais, que assumem respectivamente, um caráter psicológico individual e um certo número de indivíduos interdependentes.” (Souza, 1997 *apud* Cidade, 2004, p. 29).

**Pensar a deficiência dialogando com Elias é,
antes de mais nada, ter que admitir por mais
incômodo que seja, que não há liberdade
individual na sociedade atual.**

A forma configuracional interdependente da organização humana cria “armadilhas” coercitivas. Tais configurações limitam o aspecto das decisões individuais através da força de coerção via de regra resultante apenas da interdependência.

É desconfortante pensar limites para a liberdade individual. Como o próprio Elias afirma, causa medo pelo simples enfrentamento do fato de que as configurações de indivíduos podem ter um poder coercitivo sobre os indivíduos que as formam, e, no entanto, é no enfrentamento, na busca de melhor compreensão da natureza dessa força coercitiva, que reside a esperança de algum controle sobre ela (Elias, 2000, p. 185-186).

Elias demonstra em seus estudos a influência da anomia nos grupos estigmatizados, cita alguns exemplos tais como: o encontro entre grupos de recém-chegados imigrantes, estrangeiros. Comenta que os problemas sociais oriundos desse aspecto migratório da mobilidade social, assemelham-se porque “Podemos tender a concentrar a atenção nas diferenças a princípio” (Elias, 2000, p. 173), contudo, acrescenta o autor “estamos mais acostumados a perceber as questões que lhe estão ligadas como uma multiplicidade de problemas sociais locais do que a encara-las como um problema sociológico” (Elias, 2000, p., 173).

Segundo ele, os aspectos migratórios da mobilidade social são exemplos disso: as vezes são concebidos apenas como “geográficos”, ou quando há diferença na cor da pele, “problemas raciais”, quando as tradições e a língua soa o

diferencial, “minorias étnicas”, sena há diferença de raça, nem grupo étnico, o diferencial é concebido como “problemas de classe” , entretanto em Wiston Parva o único diferencial era o tempo de residência.

Isso demonstra a relevância de se pensar as relações sob a ótica elisiana de estabelecidos – outsiders, porque a coesão dos estabelecidos se mantém graças à organização, as leis internas e ao valor que todos atribuem ao fato de fazerem parte do grupo estabelecido.

O grupo estabelecido carrega sua bandeira, luta pela superioridade, status, poder, pelas suas crenças e padrões e se utiliza dessas mesmas armas para manter os outsiders na condição de inferioridade. São crenças estigmatizantes, esteriótipos verbais degradantes, rótulos preconceituosos, exclusão de qualquer oportunidade de acesso ao poder, enfim, características abstraídas da configuração em que ocorrem (Elias, 2000, p.175)

Não seria exatamente assim a configuração humana em larga escala?

Não seriam esses afetos, essas emoções essa forma de generalização gestáltica, a razão de ser da submissão e incorporação da depreciação pelo grupo outsider?

Não seria viável pensar no baixo limiar de tolerância na dificuldade de adaptação, partindo do pressuposto elisiano de que “por mais útil que seja, o atual conceito de mobilidade social concentra sua atenção em apenas um dos aspectos dela: os deslocamentos das pessoas de uma classe social para outra” (Elias, 2000, p. 176).

O autor demonstra com isso, que mais importante que a mobilidade de uma classe para outra ou dentro da mesma classe é o fato por algum tempo, viver a condição de outsider.

Assim é preciso mudar a atual concepção de adaptação, para uma ordem social em processo constante e permanente de transformação, instável. Abandonar a crença na “ilha da fantasia”. Buscar compreender o preconceito não como “pano de fundo”, mas como elemento integrante das configurações.

É visando assegurar seu valor maior que o homem imprime juízos. São de cunho afetivo essas “armas” que mantêm subjugados ou afastados os grupos menos poderosos, no entanto, apenas enquanto grupo organizado é possível o enfrentamento, isso porque “...enquanto os quadros sociais são relativamente fracos, seu ‘preconceito’ contra os estabelecidos não tem contundência; eles não conseguem traduzi-lo em atos de discriminação, exceto, quem sabe, sob a forma da delinqüência, do vandalismo ou de outras transgressões da lei estabilizada...” (Elias, 2000, p. 177).

Elias chama a atenção para a importância de considerar a anomia e a nomia não como processos antagônicos contraditórios, mas interdependentes e inseparáveis, pois, o que é julgado “ruim” pode decorrer do que é julgado “bom” e vice-versa, de sorte que mesmo que se investigue a interdependência passível de manifestar valores diferentes, “corre-se o risco de separar aquilo que se manifesta em conjunto” (Elias, 200, p. 180)

Assim, este estudo se justifica, pois, admitindo, como Elias admite sociologicamente que a valoração das majorias pode ser mais significativa do que as minorias, de nada adianta, estudá-las em separado, não responde questões como: o que faz o não deficiente acreditar que ele é mais eficiente que o deficiente, quando Torben Grael continua vencendo as provas de iatismo, mesmo depois de ter perdido uma perna? Ou os deficientes aceitam sem protestar como por exemplo o caso relatado no livro “A Viagem” de Janice M. da Silveira (2004)¹⁰, num buffet de um hotel ela, Maria (sua acompanhante) L. M., sua esposa e Tacidme (cuidador de LM) foram almoçar

“não havia ninguém em volta da grande mesa onde estava exposta a comida... L.M. quis ver o que havia nos recipientes fumegantes e pilotando a própria cadeira de rodas foi lentamente olhando tudo com calma... até que surgiu um garçom, não sei de onde e o conduziu com gestos rápidos até uma mesa próxima dizendo polidamente: ‘vou por o senhor aqui, está bem?’... e saiu sem esperar resposta.

Naquela hora rimos muito.... para não chorarmos...”

Na visão gestáltica de Elias, somente nas relações interdependentes nas configurações, é possível compreender que um grupo não se transforma independente do outro. Os papéis se encaixam por causa da interdependência, de sorte que, os valores determinantes do padrão estabelecido são também determinante do valor outsider, por que como “os melhores” se percebem “melhores” e percebem “os piores” como “piores”, também, “os piores” se

¹⁰ Janice M. da Silveira tem uma doença neurológica não diagnosticada, que afeta a coordenação e o equilíbrio. Seu livro foi lançado no Congresso Ibero-Americano de Acessibilidade – Canoas – RS.

percebem “piores”, aceitam se deixam dominar, são subjugados.

Por conta disso, investigar se há formação de profissionais no turismo, aptos a atender com qualidade os deficientes, pode contribuir, nessa luta sutil de resistência, onde as armas são por exemplo “barreiras atitudinais”, imobilizantes afetos..

Na fala de Foucault (2000), p.9, fica claro

“... que em toda sociedade a produção do discurso é simultaneamente controlada, selecionada, organizada e redistribuída por um certo número de procedimentos que têm por papel exorcizar-lhe os poderes e os perigos, refrear-lhe o acontecimento aleatório, disfarçar sua pesada e temível materialidade” .

Hoje acrescenta o autor, a verdade se deslocou do discurso que dizia a justiça e por conseguinte atribuía a cada qual o seu quinhão, ou seja, do ato ritualizado, para o próprio enunciado, para o seu sentido.

Isso nos leva a questionar, por exemplo a função social da Portaria nº 1793 de 27 de dezembro de 1994, aprovada pelo Conselho Federal de Educação e publicada no Diário Oficial da União em 28 de dezembro de 1994, uma vez que o modo de aplicação escolhido foi “a título de recomendação”. Seu texto está assim elaborado:

Art. 1º Recomendar a inclusão da disciplina “Aspectos Ético-Político-Educacionais da Normalização e Integração da Pessoa Portadora de Necessidades Especiais”, prioritariamente nos cursos de Pedagogia, Psicologia e em todas as Licenciatura.

Art. 2º Recomendar a inclusão de conteúdos relativos aos “aspectos Ético-Político-Educacionais da Normalização e Integração da Pessoa Portadora de Necessidades Especiais nos cursos do grupo de Ciências da Saúde (Educação Física, Enfermagem, Farmácia, Fisioterapia, Fonoaudiologia, Medicina, Nutrição, Odontologia, Terapia Ocupacional) no Curso de Serviço Social e nos demais cursos superiores, de acordo com as suas especificidades.

Art. 3º Recomendar a manutenção e expansão de estudos adicionais, cursos de graduação e de especialização já organizados para as diversas áreas da Educação Especial (Brasil, 1994, p. 20767).

CAPITULO 4 - TURISMO E DEFICIÊNCIA

Fazer uma reflexão sobre o turismo tentando situar nela a pessoa deficiente pode ser um tanto quanto ousado, uma vez que não existem dados sistematizados sobre o assunto. Contudo, partir da evolução do ordenamento jurídico pode ser um norte, para este estudo.

4.1 – Aspectos legais.

Assim, a título de previsão legal a primeira vez que o Estado ocupou-se da atividade foi em 1938, através do Decreto-Lei nº 406, autorizando a venda de passagens para viagens marítimas ou rodoviárias.

Dois anos depois, o Decreto – Lei nº 2440/40, tratou exclusivamente das empresas e agências de turismo, impondo condições para funcionamento e prévia autorização governamental para excursões.

Em 1958, o Decreto nº 44863/58 instituiu a Comissão Brasileira de Turismo (Combratur) pelo Decreto nº 572/62.

Em 1966, o Decreto-Lei nº 55 de 18 de novembro instituiu o sistema Nacional de Turismo, criou o Conselho Nacional de Turismo e a Embratur, na vigência da Constituição Federal de 1967 (com as alterações produzidas pela Ditadura Militar).

No mundo, a perplexidade com os horrores de duas grandes guerras mundiais e com as atrocidades cometidas nelas, procura se reorganizar de forma a evitar que se repita, assim, em 1945 foi aprovada a Carta das Nações Unidas que estabeleceu a Organização das Nações Unidas e em 1948, a ONU, atendendo os anseios da humanidade aprovou o tratado internacional intitulado Declaração dos Direitos Humanos.

Essa evolução retrata as mudanças ocorridas na forma como a sociedade vem se organizando, ou seja, em épocas mais primitivas a família era a unidade básica de sobrevivência, não que ela tenha perdido completamente essa função, mas, o Estado, em épocas mais recentes foi aproveitando essa função. Segundo Elias (1994, p. 168), “o nível nacional de integração assumiu, para um número cada vez maior de pessoas, o papel de unidade primária de sobrevivência, papel que parece indispensável e permanente”.

O autor comenta ainda, que o século XX assistiu

“uma integração mais completa de todos os cidadãos no Estado, nas nações pluripartidárias ...somente em conjunto com a representação parlamentar de todas as classes é que os membros do Estado começaram a percebê-lo mais como uma unidade – nós e menos como em grupo –eles. Apenas no decorrer das duas grandes guerras deste século é que as populações dos estados industrializados mais desenvolvidos assumiram o caráter de Nações, no sentido mais moderno da palavra, e seus Estados, o caráter de Estados – nacionais”.

Elias demonstra que a mudança na consciência da maioria dos membros tendo a unidade de sobrevivência de proteção passado da família para o Estado levou a uma identidade grupal nacional que constitui uma das camadas do que ele chama de “habitus social”, firmemente engastada na personalidade do indivíduo e atualmente, essa imagem-do-nós e

do ideal-de-nós permanente ao Estado Nacional e ao habitus social, tem impedido que o desenvolvimento social continue a avançar para a formação de unidades supra-nacionais como parece ser a tendência nos dias atuais.

A pressão tecnológica e econômica, a integração humana a ultrapassar as fronteiras dos Estados, nessa fase de transição, há sem dúvida resistências afetivas com caráter de perda, uma vez que o grupo inferior sofre com a perda da identidade – nós e o superior não é capaz de assumir uma função de grupo-nós que lhe confira um sentido emocional.

Entretanto Elias, (1994, p. 188-189) admite que “falar da humanidade como unidade global de sobrevivência é perfeitamente realista nos dias atuais”, mas a identificação entre subgrupos e “habitus social” limitado pode ameaçar a humanidade, hoje”.

Contudo,

“as pessoas começam a se identificar com alguma coisa que ultrapassa as fronteiras nacionais, ... sua identidade de grupo-nós se desloca para o plano da humanidade. Um desses sinais é a importância que o conceito de direitos humanos aos poucos vai assumindo” (Elias, 1994, p. 188-189) .

Apesar disso, a partir de década de 1940 o isolamento imposto aos deficientes passa a ser questionado, através de conceitos como “integração”, e “normalização”.

Assim foi que na década de 1970, a ONU sob a influência dessa nova concepção da deficiência, estabelece a Declaração dos Direitos do Deficiente Mental e a Declaração dos Direitos das Pessoas Deficientes.

Assim, em 1975, através da Resolução 3447, estava estabelecida a Declaração dos Direitos das Pessoas Deficientes, tendo nesta ocasião sido adotada pela primeira vez um conceito de deficiência, segundo a Organização Mundial de Saúde.

Nesta mesma década, entre as normas que regulamenta, a atividade turística pode-se destacar a Lei nº 6505/77, que identifica os prestadores de serviços turísticos, os quais foram regulamentados por decretos específicos: o Decreto nº 84.934/80 que disciplina as agências de turismo, o Decreto nº

84910/80 que se ocupa dos meios de hospedagem, o Decreto nº 89707/84 que atende À Organização de Congressos, Convenções e Congêneres.

Enquanto isso, no panorama internacional, em 1982, a Assembléia Geral da ONU adotou o Programa de Ação Mundial para Pessoas com Deficiência (World Programme of Action – WPA). Através desse programa estabeleceu-se uma política de atendimento às pessoas com deficiência, orientada para: prevenção, reabilitação e igualdade de oportunidades.

Ainda que muitos países signatários da ONU se mostrassem abertos À discussão do reconhecimento dos direitos das pessoas com deficiência, essa não parece ter sido uma tendência do governo brasileiro pelo menos no que diz respeito a integração da pessoa com deficiência através de atividades turísticas, uma vez que:

“no plano das relações negociais estabelecidas visando a prestação de serviços de turismo há regulamentação específica, constituída pela Deliberação Normativa nº 161/85 da Embratur, onde se percebem disposições conformes ao Direito assim como disposições que se afastam da constituição das leis” (Mamede, 2002, p. 91).

Entre as que se afastam das tendências internacionais pode-se mencionar

“o dever de informar à agência no ato de sua inscrição no programa sobre qualquer restrição ou impedimento seu de deus familiares ou acompanhantes decorrentes de motivo de doença, incapacidade física ou mental, ou outra causa qualquer que possa dificultar o desenvolvimento da excursão, sendo ‘facultado’ ao operador a não aceitação deste tipo de cliente ou seu desligamento, a qualquer época, desde que efetuados os acertos financeiros devidos” (D.N. nº 161/85).

Tendo em vista essa posição segregacionista do ordenamento turístico brasileiro, é possível imaginar a dificuldade que enfrentavam aqueles que ousavam desafiar tal orientação. Dificuldade enfrentada ainda hoje como se pode observar no relato de Janice Maria Silveira, através do livro “A viagem”, publicado em 2004 e lançado no Congresso Ibero-Americano de Acessibilidade no Turismo, contando suas experiências

“a nós, deficientes físicos compete, tanto quanto possível, evitarmos as situações estressantes para nós e para quem está perto de nós... para minimizarmos os pedidos de desculpas. Se eu pedir desculpas seguidamente, posso até me sentir culpada por ser quem eu sou.”

É possível perceber, na fala de Janice, uma certa solidão, uma aflição pessoal negando-lhe a possibilidade de sentimentos autênticos por outras pessoas, uma tentativa de minimizar o impacto de sua imagem no outro, sob o pretexto natural de uma necessidade humana de ser aceita pelo outro e de aceitar o outro, mas de certo modo, com medo da luta pela satisfação dessa necessidade e com certa resistência.

Segundo Elias (1994, p. 165) “o dar e receber das relações afetivas com outras pessoas é uma das condições fundamentais da existência humana”.

O autor coloca que o sofrimento provocado pelo distanciamento é devido ao conflito entre seu desejo de se relacionar com outras pessoas e sua incapacidade de realizar esse desejo, nas suas palavras “um eu desprovido de um nós” (Elias, 1994, p. 156).

Segundo Elias (1994) a singularidade da socialização humana revela-se principalmente na forma como os seres humanos se comunicam. Eles são a única espécie de organismo capaz de se entender, por línguas diferentes e com características faciais pessoais diferentes de todos os outros.

Os seres humanos se comunicam através de símbolos e estes apesar de serem transmitidos geneticamente de uma geração para outra são mutáveis, passíveis de crescimento e desenvolvimento.

No entanto, como apontado por ele, quando alguns traços se desviam demais da norma grupal a percepção dos traços mais marcantes de um grupo estranho, supera a percepção das maneiras menos marcantes e mais sutis que os diferencia.

Além disso, todos os seres humanos presumem-se reconhecíveis por todos do seu grupo, por causa das suas características particulares e pelo nome, isso segundo o autor demonstra

“de maneira inequívoca, como a consciência de nossa reconhecibilidade como distintos de outras pessoas está ligada indissociavelmente à consciência que temos de sermos reconhecíveis por outras pessoas.

Somente por conviverem com outras é que as pessoas podem perceber-se como indivíduos diferentes dos demais. E essa percepção de si como pessoa distinta das outras é inseparável da consciência de também se ser percebido pelos outros, não apenas como alguém semelhante a eles, mas, em alguns aspectos como diferente de todos os demais.” (1994, 160-161)

Essa concepção do autor é complementada pela análise dos Estabelecidos e Outsiders, na medida em que, como observado em Wiston Parva, aquilo que causa estranheza tende a ser rejeitado pelo grupo estabelecido, assim como a rejeição tende a imobilizar o grupo outsider. Desta forma, é possível pensar o não deficiente como estabelecido e o deficiente como outsider, entretanto, dentro das múltiplas teias de relações, formam-se inúmeras configurações alimentadas pelas interdependências relacionais. Se as configurações são sustentadas pela dependência das inter-relações, então, pode-se supor que o poder é instável. Tanto é que na década internacional das pessoas deficientes, mais precisamente, em

1987, uma análise do programa de Ação Mundial para Pessoas com Deficiência (WPA) levou a Assembléia Geral da ONU a estabelecer as Normas Uniformes sobre a Igualdade de Oportunidades para Pessoas com Deficiência, instrumento este que aprovado por ela através da Resolução 48/96 em 20 de dezembro de 1993.

O Brasil em 1988, após um longo período de turbulência política e autoritarismos, através de uma Assembléia Constituinte, visando instituir um Estado Democrático, promulgaram a Constituição Federal e esta em seus fundamentos prevê a integração das pessoas com deficiência, como prescrito em seus artigos (237, §1º, inciso II, artigo 227, § 2º, artigo 244 e artigo 37, inciso VIII).

Desta forma, ainda que no Brasil, a fragilidade dos direitos humanos seja notória a perseguição desses foi consagrada pela atual Constituição Federal e o governo em atenção ao que foi acordado em Viena, 1993, na II Conferência Mundial de Direitos Humanos, após longo processo de consulta à sociedade formulou em 1996 seu Programa Nacional de Direitos Humanos –PNDH, ou seja, uma política pública, um compromisso programático amparado por um arcabouço legal, sendo seu objetivo.:

“eleger prioridades e apresentar propostas concretas de caráter administrativo, legislativo e político-cultural que busquem equacionar os graves problemas que dificultam a implementação dos direitos humanos”

(Almeida, 2001)

O programa prevê medidas de curto, médio e longo prazo. \entre as ce curto prazo o programa prevê a implementação de uma estratégia nacional de integração de ações governamentais

e não governamentais, conforme o Decreto 914/93.

Entre as ações de médio prazo, estão aquelas que dizem respeito a acessibilidade, visando garantir a liberdade de locomoção.

Quanto às ações de longo prazo, pode-se apontar a intenção de criar, fortalecer e descentralizar programas de assistência, visando a integração na sociedade a criação de sistema de informação e capacitação na área de reabilitação e atendimento.

Nesse mesmo ano, 1996, a Assembléia Geral da Unesco convidou os Estados Membros a celebrar o Dia Internacional da Tolerância, tendo para tal estabelecido o dia 16 de novembro. Esta decisão foi consequência do fato de no Ano Internacional da Tolerância, 1995, eles terem aprovado a Declaração de Princípios sobre a Tolerância.

Ações reativas contra a intolerância, vêm sendo desenvolvidas, prova disso, são as políticas sociais, os programas de reintegração e reeducação, entretanto as contradições ainda são notórias.

Isso induz, a questionamentos do tipo trata-se de um processo de inclusão ou de exclusão protegida? Como foi dito por Nieto. (2005)

Segundo ele

“...apesar de o PNDH ressaltar a importância da parceria entre o estado e a sociedade para a proteção e promoção dos direitos humanos... essa parceria ainda está em construção e não pode ser considerada consolidada e institucionalizada no Brasil”.

O autor lembra que na década de 1980, o governo federal além de negar a violação desses direitos, negava ainda sua participação. A partir

de 1985, mais precisamente, na década de 1990, um diálogo entre governo e vários atores sociais teve início. Ele comenta que a transição do autoritarismo para a democracia e internacionalização da política e da economia brasileira, além de ter contribuído para a mudança, tornou mais visível e emergente a demanda por atenção aos problemas de direitos humanos.

Essa política nacional de integração da pessoa com deficiência está balizada na Lei nº 7853/879 e no Decreto 32989/99.

É bom lembrar ainda que o Brasil na década de 1990, mais precisamente no ano de 1992, ratificou o Pacto Internacional dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais.

Através desse pacto, os Estados-membros assumiram o compromisso de garantir que os direitos nele elencados se exercerão sem discriminação alguma.

Vale destacar ainda o Pacto Internacional dos Direitos Civis e Políticos, aprovado pela Assembléia Geral da ONU, em vigor desde 1976 e ratificado pelo Brasil em 1992.

Esse destaque se justifica, na medida em que o Pacto em seu artigo 2º. § 1º, estabeleceu as formas como a discriminação pode ocorrer por motivos de “raça, cor, sexo... nascimento ou qualquer outra situação” e é nesta última, que a discriminação contra a pessoa com deficiência esta implícita, além disso, o artigo 26 assegura o princípio da não discriminação.

Essa mudança na concepção de justiça social começa a se refletir na legislação turística, a partir da introdução de normas construtivas, de

instalação e uso, NBR 9050/1994, para os Meios de Hospedagem, com vistas a atender pessoas com deficiência. Mesmo admitindo um avanço, não se pode deixar de comentar que a norma se limitava aos empreendimentos com registro na Embratur, mas como o registro no referido órgão é facultativo, há que reconhecer que os requisitos listados na Matriz de Classificação dos Meios de Hospedagem da Embratur, tinha alcance limitado, não alcançando todos os meios de Hospedagem.

Segundo Mamede (2002, p. 107)

“Partindo-se da premissa de que o cadastro na Embratur é facultativo, com visto anteriormente, há que se reconhecer que parte dos requisitos que são listados na Matriz de Classificação como mínimos é, a bem do Direito destinada apenas aos empreendimentos cadastrados e não a todos os meios de hospedagem”.

Além disso, o autor comenta que entre outras coisas, no plano da engenharia para os estabelecimentos cadastrados, exige-se

“facilidades construtivas, de instalação e de uso para pessoas com necessidades especiais, de acordo com a NBR 90501/1994, em prédio com projeto de arquitetura aprovado pela Prefeitura Municipal, como meio de hospedagem, após 12 de agosto de 1987. no caso de projetos anteriores, o meio de hospedagem deverá dispor de sistema especial de atendimento. Requerem-se, ademais, áreas adequadas e específicas para acesso e circulação fáceis e desimpedidas nas dependências do estabelecimento inclusive para pessoas com necessidades espaciais” (2002, p. 107)

Ainda na década de 1990, no que diz respeito aos acordos internacionais, foi aprovada em 26 de maio de 1999 a Convenção Inter-Americana para a Eliminação de toda as Formas de Discriminação Contra as Pessoas Portadoras de Deficiência, a Declaração de Washington, em 1999, através da qual diversos países celebram a

aceitação e reafirmaram a filosofia e princípios de Vida Independente a carta elaborada e aprovada no Seminário Internacional da Associação Mundial de Recreação e Lazer – (World Leisure and Recreation Association) – WLRA de Educação para o Lazer, realizado em Jerusalém de 2 a 4 de agosto de 1993 e ratificada pelo Conselho da WLRA em Jaipur/Índia em 3 de dezembro de 1993.

Segundo a WLRA,

“a finalidade desta carta é informar aos governos, às organizações não-governamentais e às instituições de ensino, a respeito do significado e dos benefícios do lazer e da educação para e pelo lazer...”

Através dos acordos internacionais é possível observar a evolução política da concepção de deficiência, é possível perceber que a partir da década de 1980, a pessoa com deficiência, passou a ser vista sob a ótica da capacidade e não da deficiência. Essa mudança de concepção reflete-se na política nacional e conseqüentemente na legislação turística.

Assim, em 28 de janeiro de 1998, a Embratur, através da Deliberação Normativa nº 387/98 aprovou novo sistema de classificação de meios de hospedagem de turismo, incluindo nele as pessoas com deficiência, e em 1999, a Embratur cria o Manual de Recepção e Acessibilidade de Pessoas Portadoras de Deficiência a Empreendimentos e Equipamentos Turísticos.

Segundo Caio Luiz de Carvalho, presidente da Embratur a

“... contínua expansão da atividade turística ao longo desta década, vem possibilitando aos setores público e privado desenvolver novos produtos destinados a atender aos anseios e às necessidades dos diferentes segmentos que conformam o mercado consumidor.

Em virtude da multiplicação de nichos específicos de mercado, a indústria do turismo vem sendo submetida, no entanto, a exigências inúmeras. Muitas delas sequer imaginadas há até poucos anos...

Torna-se fundamental adequar os produtos e serviços que formam a cadeia produtiva da indústria turística às necessidades objetivas e imediatas de segmentos específicos que, por razões diversas, ainda sofrem limitações para a prática do turismo.

Consciente de que os portadores de deficiência não são atendidos... pela indústria brasileira do turismo, a Embratur delegou a um corpo de especialistas a tarefa de elaborar um inédito trabalho técnico no âmbito das atividades turísticas.

Ora desde já obrigatória, este manual de acessibilidade é um guia preciso, seguro, que permitirá aos empreendedores do setor de viagens e lazer contemplar os seus equipamentos com as indispensáveis facilidades que garantirão, afinal, plena cidadania a quem até hoje, ... não teve o direito de ter acesso aos bens fundamentais da indústria do turismo” (Brasil, 1999).

Em 11 de abril de 2001, o Ministério do Esporte e Turismo, através da Embratur, e a Associação Brasileira da Indústria de Hotéis –ABIH, firmam um compromisso, publicado no Diário Oficial da União, em 3 de Julho de 2001, através do qual resolvem aprovar outro sistema de classificação de hospedagem. Revogando o anterior.

Foi então, em 29.11.01 aprovada a Deliberação Normativa nº429/2001, a qual em seu artigo 3º, dispõe:

Art. 3º Os Regulamentos agora instituídos modificam o Regulamento dos Meios de Hospedagem, o Manual de Avaliação e a Matriz de Classificação criadas pela Deliberação Normativa nº 387, de 28 de janeiro de 1998, publicada no Diário Oficial da União nº 27, de 09.02.98, nos seguintes aspectos básicos:

I – modifica o Regulamento Geral dos Meios de Hospedagem;

II – altera integralmente o processo de classificação dos meios de hospedagem;

III – procede a alterações no Manual de Avaliação e na Matriz de Classificação dos Meios de Hospedagem;

IV – incorpora ao Regulamento Geral dos Meios de Hospedagem, como anexos I e II os e impressos denominados, respectivamente, “Ficha Nacional de Registro de Hóspedes – FNRH” e “Boletim de Ocupação Hoteleira – BOH”;

V - Incorpora, igualmente, no Regulamento do Sistema Oficial de Classificação dos Meios de Hospedagem os anexos III e IV, denominados Manual de Avaliação e Matriz de Classificação;

VI – consolida disposição dispersas na legislação, concernente à atividade hoteleira.

Com isso, no atual Regulamento Geral dos Meios de Hospedagem, três artigos forma dedicados à pessoa com deficiência, são eles:

Artigo 7º , inciso I, alínea g;

Artigo 8º, §5º;

Artigo 18.

Os quais determinam: facilidades construtivas de instalação e de uso prioridade de ocupação a pessoa portadora de deficiência, nas unidades habitacionais – UH adaptadas e que os hotéis deverão sinalizar através de placas com símbolo internacional de acesso, quando possuírem as referidas adaptações.

Na atual década, outros acordos foram estabelecidos, entre eles a Declaração de Madri, estabelecendo que a não discriminação e a ação afirmativa resultam em inclusão social e a Declaração de Caracas, proclamada na Primeira Conferência da Rede Ibero-Americana de Organizações Não Governamentais de Pessoas com Deficiência e suas famílias, entre os dias 14 e 18 de outubro de 2002, proclamando adesão à iniciativa mexicana para que a Assembléia Geral da ONU adote uma Convenção Internacional pelos Direitos Humanos e pelo Respeito à Dignidade das Pessoas com Deficiência e convocando os respectivos países a aderirem também.

No final de 2000, o presidente Fernando Henrique Cardoso, sancionou as Leis nº 10048/2000 e 10098/2000, que tratam do atendimento prioritário e da promoção da acessibilidade Às pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida.

Durante três anos o Executivo Federal discutiu com a sociedade a regulamentação desse diplomas legais. Em dezembro de 2003, um projeto de decreto regulamentar das referidas leis foi colocado em consulta pública.

Além disso, o Ministério das Cidades abriu espaço para a sociedade se manifestar através da articulação de debates entre um Comitê de Acessibilidade criado por ele e a sociedade interessada.

A consulta pública foi concluída em março de 2004, quando então, o governo iniciou a análise do material levantado.

Em junho de 2004, o Ministério das Cidades lançou o Programa Brasileiro de Acessibilidade Urbana chamado “Brasil Acessível” visando incentivar e apoiar aqueles municípios que antes mesmo da regulamentação da lei federal já vinham adotando medidas que contemplavam as pessoas com deficiência. 1 – capacitação de pessoas e diagnóstico

O programa contempla a elaboração de Programa Municipais de Acessibilidade e está previsto para ser desenvolvido em três fases:

- 1 – Capacitação de pessoas e diagnóstico;
- 2 – Elaboração de um plano de mobilidade, consubstanciado por uma base legal;
- 3 – elaboração de projetos e intervenções.

Em 02 de dezembro de 2004 o presidente Luis Inácio Lula da Silva aprovou o Decreto nº 5296 que regulamenta as leis nº 10.048/2000 e nº10.098/2000. O Decreto foi publicado no Diário Oficial da União em 03 de dezembro de 2004.

4.2 Alterações no conceito da Deficiência, ao longo do processo civilizador.

O presente subcapítulo tem a preocupação em descrever o que se entendeu e, por conseguinte, se entende por deficiente, desde o início da civilização até os nossos dias.

Tarefa árdua é conceituar sem utilizar vocábulos que fizeram parte da evolução do conceito, quando se relata deficiente, como sendo a pessoa portadora de deficiência, já se está utilizando uma linguagem que possui uma ideologia ligada a um determinado momento, sendo assim será utilizada a definição inicial da Classificação Internacional de Deficiências, Incapacidades e Desvantagens (CIDID), de 1989 que conceitua a deficiência como a perda ou anormalidade de estrutura ou função psicológica, fisiológica ou anatômica, temporária ou permanente, e, a incapacidade, como a restrição, resultante de uma deficiência da habilidade para desempenhar uma atividade considerada normal, que surge como consequência direta ou resposta do indivíduo a uma deficiência.

Ao mesmo tempo há que se levar em conta o que Vizim & Silva (2001) relatam:

“A pasteurização” das pessoas incluídas na categoria de “deficientes” acabou por estabelecer critérios únicos para seres sociais e históricos diferentes, ou seja, permitiu a não diferenciação dos processos de trabalhos e de ações pertinentes às necessidades específicas de cada ser. Consideramos que tal imagem da “deficiência” tem favorecido a imobilidade e a rigidez nas transformações das práticas sociais”.

Com relação à interpretação da deficiência e sua conceituação durante os momentos históricos Giordano (2000) diz o seguinte:

“Os diversos tipos de deficiências eram compreendidos e explicados, historicamente, de acordo com as concepções de que dispunha a sociedade e, conseqüentemente, as atitudes sociais em relação a esses indivíduos eram delas decorrentes”.

Nos primórdios a competição por alimentos e pela sobrevivência condenava a morte pessoas que possuíam algumas limitações físicas, sensoriais, ou mental. Ribeiro (2003) em *Perspectiva da Escola Inclusiva in Educação Especial do Querer ao Fazer*, ao analisar o atendimento aos deficientes acaba por relatar como os mesmos eram definidos:

“A história do atendimento a pessoas excepcionais na antiguidade conta com pequena e esparsa documentação disponível. Sabe-se que era predominante a filosofia da eugenia, e as pessoas excepcionais, consideradas degeneração da raça humana, deveriam ser “expostas” ou eliminadas pelo grande transtorno que representavam para a sociedade”.

Com a formação do núcleo familiar os deficientes foram sendo eliminados. Neste período poucas informações descritas, impedem afirmações relevantes e em especial referente a deficiência mental, como citado por Pessotti(1983)

“Em épocas anteriores à Idade Média, e mesmo nesse período, pouco se pode afirmar sobre as conceituações e atitudes relativas à deficiência mental. Sabe-se, porém, por meio de documentos, que na Antiguidade e Idade Média os portadores de deficiência física ou mental eram vistos como possuidores de alguma força do bem ou do mal, significando que certas deficiências eram consideradas possessões demoníacas e outras como divinas. Esses indivíduos eram coerentes com os ideais de perfeição individual desse período da história”.

Segundo Peranzoni e Freitas, que utilizam a nomenclatura de PNEE (Portadores de Necessidades Educacionais Especiais) para falarem sobre os deficientes:

“Na Idade Antiga, acreditava-se que o “comportamento diferente” da PNEE era conseqüência de forças sobrenaturais, sugerindo a crença em uma origem demoníaca das doenças e, mais especificamente, da deficiência mental. Com o advento da Idade Média, intensificou-se a crença no sobrenatural. O homem passou a ser submetido a poderes invisíveis, tanto para o bem quanto para o mal; a prática de magia e as relações

com o demônio eram parte do cotidiano". (Evolução do (Pré)conceito de deficiência – in Cadernos de Educação Especial –UFSM RGS nº16 – 2000)

Os relatos da Inquisição demonstram que, os deficientes muitas vezes eram condenados por terem um comportamento "demoníaco", pois todo o comportamento que a Igreja não conseguia explicar na época atribuía a influência do demônio. Passado esse período negro, mas com muita influência ainda da Igreja, os deficientes passam a ser novamente segregados e considerados "coitados", "aleijados", dignos de pena e compaixão sendo "acolhidos" em instituições para "tratamento" juntos com loucos.

Com o passar do tempo, final do séc. XIX e início do séc. XX, criam-se instituições somente para deficientes mentais para que não incomodassem tanto os familiares como a sociedade de um modo geral. Nesta época começam a diferenciar os deficientes e surge uma classificação de deficientes envolvendo, a eficiência como conceito. Após as escalas de Binet e as demais classificações, aparecem conjuntamente as primeiras abordagens educacionais voltadas para esta população.

Após a II Grande Guerra houve uma tendência de valorização da vida e conseqüentemente das pessoas, com a criação da ONU vieram as Convenções Internacionais que passaram a normalizar, legislar e orientar nas atitudes políticas e sociais.

Pode-se verificar essa mudança que ocorreu com a Declaração Universal dos Direitos Humanos (ONU, 1948) e como é relatado por Aranha (2004):

"Outras declarações, especificamente voltadas para a questão da deficiência, foram, subseqüentemente, sendo produzidas. Em 1975, promulgou-se a Declaração das pessoas deficientes (ONU, 1975), com o apelo, às nações, de que assegurassem sua utilização como base comum de referencia para a proteção desses direitos...."

Verifica-se que com a Declaração dos Direitos das Pessoas Deficientes tem o modelo médico influenciando como relata Sasaki (2002) que no artigo 7, diz:

"As pessoas deficientes tem direito a tratamentos médico, psicológico, e funcional, inclusive aparelhos protéticos e ortóticos, à reabilitação física, à reabilitação social, à educação, ao treinamento e reabilitação profissionais, à assistência, ao aconselhamento, aos serviços de

colocação e a outros serviços que lhes possibilitarão desenvolver suas capacidades e habilidades ao máximo e acelerarão o processo de sua integração ou reintegração social (ONU, 1975)".

Posteriormente em 1981 a ONU determinou como sendo o Ano Internacional das Pessoas Deficientes gerando a elaboração do Programa de ação mundial relativo às pessoas com deficiência (ONU, 1982) onde o princípio de igualdade e equidade às oportunidades dos demais cidadãos deve ser proporcionada aos deficientes.

Em 1990 o Plano de Educação para Todos contempla a oportunidade de aprendizagem e medidas que "...garantam a igualdade de acesso à educação aos portadores de todo e qualquer tipo de deficiência, como parte integrante do sistema educativo". (ONU, 1990).

Na continuidade das declarações da ONU, encontramos, segundo Aranha (2004) a Declaração e programa de ação de Viena (ONU, 1993), onde é reafirmado que todos os deficientes possuem os mesmos direitos que as demais pessoas e onde todas as pessoas deficientes devem ter acesso a todos os lugares e devendo ser garantido todas as oportunidades, e para que isso ocorra todas as barreiras deverão ser eliminadas quer sejam arquitetônicas, psicológicas ou sociais. Partindo deste ponto foi redigido as Normas sobre a equiparação de oportunidades para pessoas com deficiências, com essas Declarações o espaço e a participação dos deficientes foram ampliados.

Mesmo tendo esse enfoque o modelo médico ainda aparece em alguns documentos como demonstrado por Sassaki (2002) quando cita um documento produzido em 1993 com o título de "Idéias Práticas em Apoio ao Dia Internacional das Pessoas Deficientes: 3 de Dezembro", de autoria de Agnes Fletcher, que explica que o deficiente "...teria que se adaptar à sociedade ou ele teria que ser mudado por profissionais através de reabilitação ou cura" e também com a sua interpretação que diz: "a pessoa deficiente é que precisa ser curada, tratada, reabilitada, habilitada, etc. a fim de ser adequada à sociedade, como ela é, sem maiores modificações" (Sassaki, 1997)

O modelo médico da deficiência tem sido responsável, em parte, pela resistência da sociedade em aceitar a necessidade de mudar suas estruturas e atitudes para incluir em seu seio as pessoas portadoras de deficiência e/ou de outras condições atípicas para que estas possam, ai sim, buscar o seu

desenvolvimento pessoal, social, educacional e profissional. É sabido que a sociedade sempre foi, de um modo geral, levada a acreditar que, sendo a deficiência um problema existente exclusivamente na pessoa deficiente, bastaria prover-lhe algum tipo de serviço para solucioná-lo.

Com a Declaração de Madrid sobre o Ano Europeu de Pessoas com Deficiência em 2003, podemos notar que a denominação passa a ser Pessoas com Deficiência e que tem como tema central a inclusão social através do trabalho. Com certeza esta Declaração produziu um grande movimento em diversos países com relação ao emprego de pessoas com deficiência, inclusive o Brasil, que já havia instituído legislação regulamentando quotas para pessoas com deficiência desde 1988, onde a Constituição Federal dispensou um tratamento diferenciado, ou direitos diferenciados, às pessoas portadoras de qualquer tipo de deficiência dentro do mercado de trabalho, além de outras legislações como podemos ver em Lorentz (2003),

O comando Constitucional de 1988, estabeleceu a proibição de qualquer ato discriminatório no tocante a salário, ou critério de admissão do empregado em virtude de portar deficiência (art.7º, XXXI da CRF/88).

Tal ordem visou a coibir as práticas discriminatórias e possibilitar o acesso ao mercado de trabalho para o deficiente, tendo em vista as contratações regidas pela CLT (Dec.- Lei n.º 5452/43). Esse comando (que deve ser conjugado com a Convenção n.º 159, de 1991, da OIT, ratificada pelo Brasil) foi instrumentalizado, pela legislação ordinária, pelos ditames de clareza solar da Lei nº 8.213, de 1991, art. 93, verbis in verbis:

"a empresa com 100 (cem) ou mais empregados está obrigada a preencher de 2% (dois por cento) a 5% (cinco por cento) dos seus cargos com beneficiários reabilitados ou pessoas portadoras de deficiência, habilitadas, na seguinte proporção:

I - até 200 empregados 2%

II - de 201 a 500 - 3%

III - de 501 a 1000 - 4%

IV - de 1001 em diante - 5%" (Grifos nossos).

É importante esclarecer o seguinte: a quota de reservas de empregos aos portadores não se destina a todo e qualquer deficiente, mas sim apenas aquelas pessoas habilitadas, ou reabilitadas.

O conceito tanto de habilitação, quanto de reabilitação podem ser encontrados na Lei n.º 8.213, de 24 de julho de 1991, art. 89 a 92, na ordem de

serviço n.º 90, dos Ministérios da Saúde e Previdência e no Decreto n.º 3.298, de 20 dezembro de 1999, art. 30 a 33.

As empresas públicas e sociedades de economia mista, apesar de terem seus trabalhadores contratados segundo a égide da CLT (Dec.- Lei 5452/43), por terem a obrigação de realizar concurso público (para cargos de provimento efetivo, art. 37 da Constituição- 88), não deve ser aplicada a quota disposta no art. 93 da Lei n.º 8213, de 1991, mas sim a reserva citada no item 5.2. Isso porque, há a necessidade dessa reserva ser feita dentro das vagas abertas em concursos públicos.

E como se pode notar apesar desta legislação existir a mais tempo foi somente com o exigir da sociedade que a mesma começou a ser colocada em prática a partir de 2004 quando se regulamentou uma série de multas pelo não cumprimento da legislação.

4.3 Lazer, deficiência e mercado.

Como preliminar, se faz necessário uma retrospectiva do mercado turístico e do lazer de modo geral. Busca-se ainda uma teoria interdisciplinar do turismo, a partir das novas práticas sociais desse fenômeno, que vise às diversidades subjetivas e vivenciais dos sujeitos praticantes e não apenas aspectos relacionados ao tráfego de pessoas e movimento econômico.

Segundo Moesch (2002, p.25),

“O turismo está em busca de um corpo de conceitos e categorias teóricas que possibilitem tanto a investigação e crítica de idéias e da práxis quanto à criação de uma linguagem comum a pesquisadores, professores e estudantes”.

Assim, frente à complexidade do termo e sem a pretensão de discuti-lo, mas, admitindo a necessidade de situar para esse estudo, uma definição que lhe fundamente parece ser oportuna a de Moesch (2002, p. 8):

“...antes de ser um fenômeno econômico, o turismo é uma experiência social que envolve pessoas que se deslocam no tempo e no espaço em busca de prazer e diversão que atendam não apenas as suas necessidades físicas imediatas, mas também os seus imaginários”.

Desta forma, pode-se dizer como Trigo (1998, p. 11), “o turismo faz parte de um universo maior denominado lazer”.

Se a conceituação de turismo é discutível, não menos polêmica é a definição de lazer, no entanto, o que se tem em vista é, segundo Marcelino (1990, p 28) “entender o lazer como um campo específico de atividade, em estreita relação com as demais áreas de atuação do homem”.

O que, segundo os autores “Não significa deixar de considerar os processos de alienação que ocorrem em quaisquer dessas áreas“, assim, ainda que se leve em consideração Marcuse (1982) onde ele faz uma distinção entre lazer e “tempo livre”, argumenta que não há liberdade no “Estado de Bem-Estar Social” e que o lazer por mais atraente que possa parecer nas sociedades industriais desenvolvidas, não há nele liberdade por ser administrado política e economicamente, ou que se pese a afirmação de Perrotti (1982, p. 9-27) “a racionalidade de sistema produtivo torna o lúdico inviável, pois o tempo do lúdico não é regulável, mensurável, objetivável”, além disso, segundo o autor “toda tentativa de subordiná-lo ao tempo da produção provoca sua morte”.

Assim, este estudo privilegia a visão de lazer de Marcelino (1990) onde lazer e ócio não se opõem, ao contrário, eles se confundem como opção pessoal desinteressada e que segundo ele

“o lazer como a cultura – compreendida no sentido do mais amplo – vivenciada (praticada ou fruída) no tempo disponível. O importante, com traços definidos, é o caráter ‘desinteressado’ dessa vivência. Não se busca pelo menos

fundamentalmente, outra recompensa além da satisfação provocada pela situação. A disponibilidade de tempo significa possibilidade de opção pela atividade prática ou contemplativa”.

Não menos oportunas são as considerações de Krippendorf (1989, p.17) sobre as motivações que levam as pessoas a viajar, segundo ele

“nos nossos dias, a necessidade de viajar é sobretudo criada pela sociedade e marcada pelo cotidiano. As pessoas viajam porque não se sentem mais à vontade onde se encontram, seja nos locais de trabalho ou seja onde morem. Sentem necessidade urgente de se desfazer temporariamente do fardo das condições normais de trabalho, de moradia e de lazer, a fim de estar em condições de retomá-lo quando regressarem”

Ou ainda, segundo ele

“Para encontrarmos uma compensação a tudo o que nos falta no cotidiano, para tudo o que perdemos ou que desapareceu, viajamos, desejamos nos liberar da dependência social, nos desligar e refazer as energias, desfrutar da independência e da livre disposição do próprio ser, entabular contatos, descansar, viver livremente e procurar um pouco de felicidade.”

Com efeito, segundo o autor, turismo é evasão da rotina, uma válvula de escape que mantém o sistema produtivo estável, em outras palavras a humanização do cotidiano.

Considerando as condições e, que se vive, trabalha, mora e se distrai como fomentadores da necessidade de fuga da rotina pode se falar também em qualidade de vida diretamente relacionada com prazer.

Sob esta ótica quanto melhor a condição, menor será o desgaste e vice-versa.

Nesta perspectiva seria o turismo um dos mecanismos de escape, de fuga da rotina, das pessoas com deficiência?

Se a realidade natural for compreendida segundo a visão de Demo (1980, p.94) como determinada dentro de um conteúdo rígido de causa e efeito, independente da vontade humana e a social como determinável condicionada, pode-se considerar então o seu acontecer tendencioso quando se analisa as quebras das barreiras que restringem as pessoas com deficiência, considerando aqui, não só barreiras arquitetônicas como também barreiras atitudinais.

Não seria possível aventar como causa da manutenção dessas barreiras ou como resistência a transformação das práticas sociais, ao que Silva e Vizim (2001, p. 7) chamaram de “pasteurização’ das pessoas incluídas na categoria de deficientes”, ao desconhecimento das necessidades específicas de cada um, uma vez que, a categorização “acabou por estabelecer critérios únicos para seres sociais e históricos diferentes, ou seja, permitiu a não diferenciação dos processos de trabalhos e de ações pertinentes às necessidades específicas de cada ser”, impedindo critérios diferenciados.

O que se está aventando para análise é a possibilidade de o desconhecimento das especificidades das deficiências dificultam ou impeçam ações ou apenas abordagens necessárias, naquilo que ela precisa considerando apenas sua limitação. Talvez essa falta de compreensão acaba gerando um tal desconforto capaz de criar uma aura de rejeição e hostilidades.

É sabido que o deficiente tem recebido ao longo da história os mais diferentes tratamentos,

do sacrifício nas sociedades gregas, a proteção da igreja cristã na Idade Média (Pissotti, 1984) do assistencialismo (Jannuzzio, 1985) a escola inclusiva (Brasil, 1997) do paternalismo assistido a autonomia sonhada.

Desta forma, pretende-se lançar um olhar sobre o ciclo de reconstituição do homem, pois segundo Krippendorf (1989,p.38) “todo ser humano se vê entre campos de tensão contraditórios, tais como:

- trabalho – descanso
- vigília – sono
- esforço – repouso
- receitas – despesas
- profissão – família
- liberdade – obrigações
- risco – segurança”.

Considerando que a pessoa com deficiência, possa enfrentar ainda um desgaste maior, uma vez que seus campos de tensões contraditórios se ampliam, ao se depararem com as resistências, quando aspectos como – eficiência – deficiência, ou ainda normal – anormal, se fazem presentes: ainda que nem sempre explícitos: no imaginário coletivo, mesmo porque, como foi dito por Banducci Jr. e Barreto (2001, p. 7) atentando-se para o fato que turismo é ao mesmo tempo fenômeno econômico, uma vez que o turista consome seu destino, é também fenômeno social, dado que implica em deslocamento para ambientes outros que não sua residência e também porque faz parte das necessidades criadas pelo mundo moderno. Assim, segundo o autor, “a partir do século XIX, o turismo passou a ser a forma mais procurada de lazer, e, na atualidade, fazer turismo tornou-se uma aspiração de todos os incluídos na sociedade global de consumo”.

Os autores apontam ainda uma estimativa de que dos 68 bilhões de habitantes do planeta, apenas 600 milhões por ano se deslocam de um país para outro¹¹.

Sem desprezar esta valiosa reflexão, mas ousando acrescentar e admitindo que o turismo doméstico até mesmo dentro do próprio estado, possa

¹¹ Os dados disponíveis em nível mundial referem-se ao controle realizado pelas companhias aéreas e aos controles de fronteiras.

ser planejado de forma a minimizar seus custos, tornando-o acessível a uma parcela maior da população, ainda assim, muitos serão os excluídos, não só pela falta de recursos econômicos, o que às vezes, não é esse o caso, mas pela falta de acesso, em função de barreiras, quer sejam arquitetônicas ou atitudinais.

Banducci Jr. e Barreto (2001 p, 10-11), discorrendo sobre a necessidade de um estudo antropológico do turismo colocam que,

“parte dos turistas desloca-se à procura de prazer (...). A maior parte dos anfitriões vê nos turistas fontes de renda e não pessoas. As trocas acontecem entre sujeitos sociais que não enxergam a si mesmos como tais, a não ser como consumidores e prestadores de serviços, respectivamente”.

É possível pensar que isso implique a tímida atenção que vem sendo dada a esta parcela da população; não são pessoas são consumidores, isso porque no que se refere ao reconhecimento como pessoas, a luta é milenar, como consumidores é atual.

Ainda que instituições como a APAE, por exemplo, há mais de 30 anos, esteja desenvolvendo um trabalho de capacitação ao trabalho para a pessoa com deficiência, no início nas chamadas “oficinas” (locais que reproduziam um ambiente de trabalho), a institucionalização do trabalho da pessoa com deficiência ocorreu mesmo a partir da lei nº 7853/89, quando setores organizados da sociedade pressionaram e o governo outorgou a política nacional de reserva de cotas no mercado de trabalho para a pessoa com deficiência. Em julho de 1991 foi aprovada a lei nº 8213, garantindo benefícios da previdência social para as pessoas com deficiência, assim como determinando uma reserva de mercado de trabalho de 2 a 5% nas empresas com cem ou mais funcionários.

Durante oito anos o governo discutiu a quem caberia esta competência, tendo em 1999, entendido que a responsabilidade seria do Ministério do Trabalho. Assim, em 1999, a lei nº 3298 regulamentou a inserção dos deficientes no mercado de trabalho. (universiabrasil,2005)

A lei obriga empresas com cem funcionários ou mais, a reservar postos de trabalho para pessoas com deficiência, como demonstrado pela *Coletânea Educação & Família* na revista Deficiências – a diversidade faz parte da vida! (Del Claro, p. 29)

Segundo informou o jornal O Estado de São Paulo (21.11.2004) em matéria intitulada “multa pesada para quem não contratar portador de deficiência” a partir da publicação da portaria estadual nº 700, a delegacia regional do trabalho de São Paulo, adotou a mesma metodologia utilizada em Osasco, onde 85% das empresas já cumprem a cota de contratação. A DRT de São Paulo vem desde outubro de 2004 convocando cem empresas por semana para assistirem uma palestra de esclarecimento sobre sua situação frente à cota e, para as não regularizadas receberem notificação com prazo para cumprimento da lei. A reportagem aponta uma estimativa da DRT paulista de que apenas 10% das três mil e duzentos empresas com cem ou mais funcionários estão de acordo com a lei.

Segundo a matéria, com esse controle, mil e seiscentas vagas por mês, devem ser criadas para pessoas com deficiência e reabilitados, na Grande São Paulo. A ação devera a partir de janeiro de 2005 se estender através das subdelegacias da DRT, no estado todo.

Quanto ao cumprimento das regras, a auditora-chefe da DRT-SP, Lucíola Jaime, em entrevista a Rodrigo Pereira, jornalista e autor da matéria, diz que:

“O valor da multa é de R\$1.035,93 por PPD não contratada e vou multar toda semana quem não cumprir a cota”, além disso, ela esclarece “não aceito desculpas”...”Se as PPDs encontradas no mercado não se encaixam nos requisitos da empresa, ela terá que baixar esses requisitos. E quem não aceitar os acordos e não contratar vai ser multado”...”As medidas têm que ser duras mesmo para mudar a mentalidade dos empresários. Se for esperar deles, não contratam nunca”.

A matéria comenta ainda a posição do Ministério Público do Trabalho, através da Procuradora do Trabalho Vera Lúcia Carlos que diz ser comum à prorrogação dos prazos para as empresas que se comprometem com a capacitação e criação de novas vagas para as pessoas com deficiência. A empresa em desacordo caberá ação civil pública e indenização por dano moral e coletivo, uma vez que caracteriza discriminação.

Diante disso, é possível considerar a ainda tímida presença da pessoa com deficiência no mercado das viagens e do entretenimento, como um fato a ser revisto, num curto espaço de tempo se admitirmos que esse será um nicho a ser explorado, pois, a pessoa com deficiência passará a ser vista como consumidor independente da sua condição física ou mental.

Segundo Montejano (2001), a melhor definição para mercado turístico é que sua estrutura consiste na parte da economia que estuda e analisa a realidade econômica do turismo para o qual confluem, a oferta de produtos e serviços turísticos e a demanda interessada e motivada em consumir esses produtos e serviços.

Desta forma, como demonstrado na matéria jornalística, haverá em pouco tempo uma grande demanda de pessoas com deficiência, com dinheiro para comprar produtos turísticos e entretenimento sem dúvida um mercado a ser levado a sério, no entanto no que se refere à acessibilidade o mercado está preparado?

Como veiculado na Revista Nacional de Reabilitação, em matéria intitulada “ Turismo – uma conquista, um direito, um setor que cresce a cada dia entre as pessoas portadoras de deficiência...”, no Brasil os últimos cinco anos registram mudanças no setor. São mudanças que apontam para uma percepção internacional, mas que influenciam o mercado nacional.

Segundo Roberto Belleza, agente de viagem, entrevistado pela revista, redes internacionais como, Marriot, Hyatt, Novotel, Accor e nacionais como Atlântica Hotels e Othon, em atenção aos seus programas de responsabilidade social buscaram “atender a todos nas melhores condições possíveis”. Assim,

“dos resorts nordestinos aos hotéis econômicos, têm à disposição suítes bem adaptadas e adequadas às necessidades dos usuários. Mas ainda, está sendo providenciado treinamento e capacitação de recursos humanos aos funcionários e desta forma, se vislumbra um futuro mais tranqüilo para os hóspedes portadores de deficiência em nosso país”.

Roberto aponta ainda esforços da EMBRATUR (Instituto Brasileiro de Turismo), órgão responsável pelo turismo no Brasil, no sentido de informar o mercado sobre as regras internacionais de acessibilidade, com o lançamento do “Manual de Recepção e Acessibilidade” em 1999, mas admite que, apesar dos esforços, são muitas as barreiras e desafios a superar. E acrescenta, “o

ritmo pode ser lento, mas em relação há alguns anos, ocorreram e estão ocorrendo avanços...”.

Sobre este aspecto, a criação de um foro especial para discussão de acessibilidade no turismo é sem dúvida, uma evolução e o Brasil sediar uma discussão ibero-americana é ainda mais significativa, assim foi o Congresso Ibero-Americano de Acessibilidade no Turismo, realizado em Canela, Rio Grande do Sul nos dias 17, 18 e 19 de novembro de 2004, enfocando “O Mercado de Consumo para um turismo sem barreiras”.

4.4 O Congresso Ibero Americano de Acessibilidade no Turismo e a perspectiva de inclusão.

Como destaque espera-se demonstrar que o tema esta ganhando espaço e exigindo atenção, prova disso, é a realização do primeiro Congresso Ibero Americano de Acessibilidade no Turismo, realizado no período de 17 a 19 de novembro de 2004 no qual estavam representados todos os segmentos envolvidos neste trabalho. pessoas umas às outras, uma verdadeira rede de relações ou um todo relacional”.

Canela, Rio Grande do Sul, novembro de 2004, cenário encantador este que acolheu tão expressiva discussão: “Acessibilidade no Turismo. O Mercado de Consumo para um Turismo sem Barreiras”.

Desde 1988, os brasileiros assumiram publicamente o compromisso de promulgar uma carta constitucional capaz de garantir, de “assegurar o exercício dos direitos sociais e individuais, a liberdade, a segurança, o bem-estar, o desenvolvimento, a igualdade e a justiça como valores supremos...” Assim é a parte preliminar da nossa Constituição Federal, onde está anunciado quais valores que lhe dão sustentação:

“...sociedade fraterna, pluralista e sem preconceitos, fundada na harmonia social...”.

Um tanto pretensiosa?

De forma alguma, não há nela nenhuma aspiração infundada, a motivação está de acordo com os anseios, a vivencia deles, nem sempre.

O que se tem em vista com este estudo é compreender as nuances das configurações admitindo que elas possam variar, uma vez que estão em movimento constante, ou seja, como foi posto por Sawaia (2002, p.8):

“A sociedade exclui para incluir e esta transmutação é condição da ordem social desigual, o que implica o caráter ilusório da inclusão. Todos estamos inseridos de algum modo, nem sempre decente e digno no circuito reprodutivo das atividades econômicas...”

Neste sentido, parece razoável analisar como o autor, a exclusão como um descompromisso político com o sofrimento do outro, assim como processo que envolve o homem e suas relações como parte integrante do sistema.

Assim o que se quer dizer é que há um novo status para a pessoa com deficiência, o de consumidor, como se pode observar na matéria publicada na Revista Reabilitação (set/out-2002), sob o título “Turismo. Uma conquista, um direito, um setor que cresce a cada dia entre as pessoas portadoras de deficiência...” quando diz:

“As condições sócio-econômicas das pessoas com deficiência melhoraram em todo mundo através de investimentos governamentais e de acesso ao mercado de trabalho. Melhoraram no mundo, tanto a tecnologia de reabilitação, quanto os instrumentos necessários para que os portadores de deficiência possam exercer com competência as atividades profissionais de maior nível de especialização. No Brasil, por exemplo, com a lei de cotas, muitas pessoas que antes nem sonhavam em viajar de navio ou de avião para o nordeste do Brasil, agora podem fazê-lo...”

Sem dúvida, no que diz respeito à existência de todo um aparato legal, uma política pública, que reconheça o direito da pessoa com deficiência, ao trabalho ou ao lazer, é fato incontestável, no entanto, a fruição desses direitos carece de atenção e análise, uma vez que, não basta a existência das leis, elas por si só não garantem a possibilidade de desfrute, ou ainda, não permitem que a pessoa com deficiência esteja na posse deste direito, o que demanda condições adequadas de acesso, ou seja, “possibilidade e condição do portador de deficiência alcançar e utilizar com segurança e autonomia, edificações e equipamentos de interesse turístico”.(Manual de orientação, 1999)

Cientes da relevância do tema, um grupo de pessoas representantes de vários segmentos da sociedade reunidos em comissões, sob a presidência de Armando Würth – Presidente do Instituto Pestalozzi de Canoas – R.S. e de

Maria Beatriz Würth Lagranha – Coordenadora Geral do CCTW e do Núcleo de Estudos, Pesquisas e Eventos do Instituto Pestalozzi de Canoas – RS. Organizaram e promoveram o evento.

Como filosofia o evento buscou compreender:

- O trade turístico enquanto representante da sociedade, pode contribuir para a melhoria da qualidade de vida e bem-estar das pessoas com deficiência.
- Há um novo nicho de mercado para ser pensado tanto sob a ótica econômica, quanto de cidadania, uma vez que não se trata apenas de solidariedade, mas, estratégia onde todos contribuirão para o desenvolvimento social e econômico do país, conforme suas particularidades.
- Em que medida o conceito de “desenho universal” poderá contribuir na redução de custos associados ao desenvolvimento dos produtos turísticos para as pessoas com deficiência.
- A efetivação dessas atividades de lazer dependem da cooperação de diversos agentes sociais, governamentais e econômicos intervenientes.

Quanto aos objetivos:

*“-Ampliar a promoção do Turismo Acessível.
Promover o intercambio entre países Ibero-americanos.
Sensibilizar empresários do turismo.
Sensibilizar os gestores públicos.
Mostrar a necessidade de implantar programas de capacitação e qualificação”*. (Instituto Pestalozzi – Catálogo)

Estiveram representados no evento:

- Ministério do turismo – SEDH – Secretaria Especial do Direitos Humanos;
- CORDE – Coordenadoria Nacional para integração da Pessoa Portadora de Deficiência;
- FADERS – Fundação de Articulação e Desenvolvimento de Políticas Públicas para PPDs e PPAHs no RS. Secretara de Educação
- Federação das APAE’s do Estado de Goiás;

- ABIH – Associação Brasileira da Indústria de Hotéis – RS;
- Câmara de Turismo – RS;
- Ministério das Cidades – DF;
- UCS – Universidades de Caxias do Sul;
- Governo do Rio Grande do Sul, através da Secretaria do Turismo, Esporte e Lazer;
- Prefeitura de Canela; Society For Accessible Travel & Hospitality – SATH;
- Sociedad Insular para la promoción Del minusválido SINPROMI, Departamento de acessibilidade, Ócio y Cultura.

Além de muitos outros representantes de instituições como Pestalozzi, APAE CIAM – Aldeia da Esperança, CVI – Centro de Vida Independente de Maringá, Núcleo Pró-Acesso – Núcleo de Pesquisa Ensino e Projeto em Acessibilidade e Desenho Universal. Universidade Federal do Rio de Janeiro.

Ainda que instituições como a APAE, por exemplo, há mais de 30 anos, esteja desenvolvendo um trabalho de capacitação ao trabalho para a pessoa com deficiência, no início nas chamadas “oficinas” (locais que reproduziam um ambiente de trabalho), a institucionalização do trabalho da pessoa com deficiência ocorreu mesmo a partir da promulgação da nossa Constituição Federal em 05 de outubro de 1988, contemplando vários avanços no campo social, como por exemplo, a chamada reserva de mercado, que garante às pessoas portadoras de deficiência um determinado número de vagas no quadro funcional dos estabelecimentos públicos e/ou privados, como exposto no seu artigo 37, inciso VIII:

Art.37 – (Omissis)

(...)

VIII – a lei reservará percentual dos cargos e empregos públicos para as pessoas portadoras de deficiência e definirá os critérios de sua admissão.

A partir desta conquista foi aprovada uma lei, com vistas à regulamentação da Constituição Federal sobre a reserva de cotas no mercado de trabalho para a pessoa com deficiência, através da Lei nº 7853, de 24 de outubro de 1989, conforme disposto no seu artigo 2º, parágrafo único, inciso III, alínea “d”:

Art.2º - (Omissis)

Parágrafo Único: Para o fim estabelecido no caput deste artigo, os órgãos e entidades da administração direta e indireta devem dispensar, no âmbito de sua competência e finalidade, aos assuntos objetos desta lei, tratamento prioritário e adequado,

tendente a viabilizar, sem prejuízo de outras, as seguintes medidas:

(...)

III – na área da formação profissional e do trabalho:

(...)

(d -) a adoção de legislação específica que discipline a reserva de mercado de trabalho em favor das pessoas portadoras de deficiência, nas entidades da administração pública e do setor privado, e que regulamente a organização de oficinas e congêneres integradas ao mercado de trabalho e a situação nelas, das pessoas portadoras de deficiência.

Segundo Bolonhoni Jr (2004, p. 52).., o texto da lei nº 7853/89 art.2º, parágrafo único, inciso III, alínea d, demonstra a atenção do legislador a preceitos constitucionais, tais como: princípios de igualdade, justiça social, dignidade humana, bem-estar social, uma vez que possibilitou aos portadores de necessidades especiais, a oportunidade de ingresso no mercado de trabalho.

O autor diz que:

“Assim ganha relevância à ação do Poder Público junto aos portadores de deficiência, cabendo ao Estado desenvolver uma política nacional de integração da pessoa portadora de deficiência, em consonância com o Programa Nacional de Direitos Humanos, respeitando as seguintes diretrizes:

a) desenvolvimento de ação conjunta do Estado e da sociedade civil de modo a assegurar a plena integração da pessoa portadora de deficiência, no contexto socioeconômico e cultural;

b) estabelecimento de mecanismos e instrumentos legais e operacionais que assegurem às pessoas portadoras de deficiência o pleno exercício de seus direitos básicos que, decorrentes da constituição e das leis, propiciem seu bem-estar pessoal, social e econômico;

c) respeito às pessoas portadoras de deficiência, que devem receber igualdade de oportunidades na sociedade por reconhecimento dos direitos que lhes são assegurados, sem privilégios ou paternalismos“ (Bolonhoni Jr 2004, p. 52).

Considerando a determinação da lei, de que o número de vagas no quadro funcional de cada empresa poderá variar de acordo com o número de empregados que integram o estabelecimento, então, conforme a Lei 8213/91, artigo 93, caput e seu parágrafo 1º:

parágrafo 1º a empresa com 100 (cem) ou mais empregados esta obrigada a preencher de 2% (dois por cento) a 5% (cinco por cento) dos seus cargos com beneficiários reabilitados ou pessoas portadoras de deficiência habilitadas, na seguinte proporção:

I – até 200 empregados..... 2%

II – de 201 a 500 empregados..... 3%

III – de 501 a 1000 empregados..... 4%

IV – de 1001 em diante..... 5%

§ 1º a dispensa de trabalhador reabilitado ou de deficiente habilitado ao final do contrato por prazo determinado de mais de 90 dias, e a imotivada, no contrato por prazo indeterminado só poderá ocorrer após a contratação de substituto de condição semelhante.

Segundo Fonseca (2000), também a Lei 8112 de 11 de dezembro de 1990 que dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais, impõe a União uma reserva de 20% das vagas em seus concursos, para pessoas com deficiência, havendo também iniciativas dessa ordem nos estatutos estaduais e municipais, no que diz respeito ao regime dos servidores públicos. O autor menciona também entre os deveres do Estado, o de dar assistência social como determina a Constituição Federal:

Art 203 – (Omissis)

(...)

IV – a habilitação e reabilitação das pessoas portadoras de deficiência e a promoção de sua integração à vida comunitária;

V – a garantia de um salário mínimo de benefício mensal a pessoa portadora de deficiência e ao idoso que comprovem não possuir meios de prover a própria manutenção ou de tê-la provida por sua família, conforme dispuser a lei.

Salientando que a Lei nº 8742, de 07 de dezembro de 1993, em seu artigo 20, regulamenta, essa renda mensal vitalícia. Ele chama atenção também para outros deveres do Estado, entre eles, o de oferecer escolas especializadas para portadores de deficiência, conforme o artigo 208, inciso III da Constituição Federal, assim como para o artigo 227, também da Constituição, inciso II, o qual chama de

“grande momento da doutrina da proteção integral da criança e do adolescente”, uma vez que, reza a lei:

Artigo 227 – (Omissis)

(...)

II – criação de programas de prevenção e atendimento especializado para os portadores de deficiência física, sensorial ou mental, bem como de integração social do adolescente portador de deficiência, mediante o treinamento para o trabalho e a convivência, e a facilitação do acesso aos bens e serviços coletivos, com a eliminação de preconceitos e obstáculos arquitetônicos.

Além disso, Fonseca (2000), acrescenta:

“Regulamentando o dispositivo acima, a Lei 7853, de outubro de 1989, cria a Corde (Coordenação Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência), estabelece mecanismos de tutela dos interesses difusos das pessoas deficientes, pelo Ministério Público, impõe a priorização das medidas de integração dos deficientes no trabalho e na sociedade, institui as Oficinas Protegidas de Trabalho e define como criminosa a conduta injustamente discriminatória de deficientes no trabalho. Dispõe, ainda em seu artigo 2º, inciso III, letra “d”, que cabe ao Poder Público e a seus órgãos assegurar às pessoas portadoras de deficiência o pleno exercício de seus direitos básicos, inclusive do direito ao trabalho,...”

Enfim, ambos autores Bolonhini Jr. (2004), e Fonseca (2000), concordam que a aplicação da lei quer seja a Constitucional ou ordinária, durante algum tempo, foi sendo aplicada de forma casuística. Por oito anos o governo discutiu a quem caberia a competência, de “buscar cientificamente a compreensão dos reais limites da lei” como foi dito por Fonseca (2000). Desta forma, o Decreto 3298/99 foi aprovado regulamentado a Lei 7853/89, dedicando ao assunto vários artigos, do 37 ao 44, traçando novas diretrizes o que se buscou solucionar

problemas de ordem prática, como por exemplo, em que consiste a reabilitação ou habilitação.

O Decreto regulamentar nº 3298 /99, art. 31 dispõe que: “Entende-se por habilitação e reabilitação o processo orientado a possibilitar que a pessoa portadora de deficiência, a partir da identificação de suas potencialidades laborativas, adquira o nível suficiente de desenvolvimento profissional para ingresso e reingresso no mercado de trabalho e participar da vida comunitária” (Brasil, 2004,p. 55).

Quanto à forma de promoção a Lei 8213/91 e o Decreto Regulamentar nº 3048/99 esclarece dispondo que reabilitação e habitação profissional compreende:

- “a) o fornecimento de aparelho de prótese, órtese e instrumentos de auxílio para locomoção quando a perda ou redução da capacidade funcional puder ser atenuada por seu uso, e dos equipamentos necessários à habilitação e reabilitação sociais e profissionais.*
- b) a reparação ou substituição dos aparelhos mencionados no item anterior, desgastados pelo uso normal ou por ocorrência estranha à vontade do beneficiário;*
- c) o transporte do acidentado do trabalho, quando necessário;*
- d) a concessão, no caso de habilitação e reabilitação profissionais, auxílio para tratamento ou exame fora do domicílio do beneficiário;*
- e) avaliação do potencial laborativo;*
- f) orientação e acompanhamento da programação profissional;*
- g) articulação com a comunidade, inclusive mediante a celebração de convenio para reabilitação física restrita a segurados que cumpriram os pressupostos de elegibilidade ao programa de reabilitação profissional, com vistas ao reingresso no mercado de trabalho;*
- h) acompanhamento e pesquisa da fixação no mercado de trabalho”.*

Quanto a quem compete promover, o Decreto Regulamentar nº 3048/ 99, dispõe no artigo 317:

Art.317 – Nos casos de impossibilidade de instalação de órgão ou setor próprio compete ao Instituto Nacional de Seguro Social, assim como de efetiva incapacidade física ou técnica de implementação das atividades e atendimento adequado à clientela da previdência social, as unidades executivas de reabilitação profissional

poderão solicitar a celebração de convênios, contratos ou acordos com entidades públicas ou privadas de comprovada idoneidade financeira e técnica, ou seu credenciamento, para prestação de serviço, por delegação ou simples cooperação técnica, sob coordenação e supervisão dos órgãos competentes do Instituto Nacional de Seguro Social.

Desta forma, como exposto por Bolonhini Jr. (2000 p. 56-57), é incumbência do INSS, promover e desenvolver a reabilitação e habilitação das pessoas com deficiência, através de cursos e ou treinamentos na comunidade, por meio de contratos, acordos e convênios com instituições e empresas públicas ou privadas.

O INSS emitirá um certificado indicando a função para a qual o reabilitado foi capacitado, sem que isso restrinja o exercício de qualquer outra para a qual se julgue apto. Ainda que não constitua obrigação da Previdência Social a manutenção do segurado no emprego ou sua recolocação para a qual foi reabilitado, é função da Previdência Social “a articulação com a comunidade e levantamento da oferta do mercado de trabalho, o direcionamento da programação profissional e a possibilidade de reingresso do reabilitado no mercado formal” (Bolonhini Jr, 2000).

Assim, acompanhamento e pesquisa são ações obrigatórias e com a finalidade de comprovação efetiva do processo de reabilitação profissional; diz a Lei 7853/99 no artigo 8º, inciso

III que:

Artigo 8º - Constitui crime punível com reclusão de 1 (hum) a 4 (quatro) anos e multa:

(...)

III – Negar, sem justa causa, a alguém, por motivos derivados de sua deficiência, emprego ou trabalho.

É função do Estado, assegurar o acesso ao trabalho, às pessoas com deficiência, fiscalizando o cumprimento da lei. Segundo Hultsman, Hegarty

(1990 *apud* Araújo, 2003, p. 102 evidenciam-se aspectos antagônicos no turismo quando ele é relacionado com a ética. Se por um lado, questões como “satisfação do consumidor, responsabilidade, qualidade de serviços, entre outros” são questões com conteúdos éticos, por outro lado a ética aplicada ao setor é a *profit oriented*¹² (Hultsman, 2003, p. 503-567). Por conta disso comenta Araújo (203, p. 102) que “Hegarty faz questão de ressaltar a importância de incluir o estudo de ética no currículo das escolas e dos centros de estudo dedicados ao turismo”.

A autora¹³ comenta também a dificuldade apontada por Hultsman na sua pesquisa sobre as relações da ética com o turismo, em encontrar referências em livros-textos que quando havia a abordagem era superficial. o autor encontrou em jornais, congressos e revistas acadêmicas. Ela concorda com o autor e acrescenta:

“...também observamos que na maioria dos livros-textos de turismo brasileiros consultados por nós, tampouco se faziam questionamentos éticos com a profundidade adequada, de modo que todos os que estudam ou têm interesse no setor percebam a relevância desse assunto e sua importância no contexto do turismo.”

Além disso, Araújo (2003, p. 103), considera também um estudo de Gari Vallen e Matt Casado, no qual os autores analisam a integração da ética ao curriculum do ensino da hospitalidade (Turismo, Hotelaria, Gastronomia, entre outros), no qual eles

“concluem sobre a necessidade de estimular o estudo da Ética entre os universitários que freqüentam cursos relacionados ao setor. Para eles, é na Universidade que os educadores têm, talvez, a última oportunidade de incutir nos estudantes a importância dessa temática. Entretanto, Valle e Casado recomendam que o ensino da Ética em centros universitários ou de treinamento técnico-profissional voltados para o setor turístico não se restrinja à análise de questões conceituais e abstratas e considere também a possibilidade de avaliar casos reais, como forma de tornar o estudo mais estimulante e realista.”

¹² Orientada para o lucro

¹³ Com relação à obra de Hegarty, J.A., mencionada por Hultsman e citada por Araújo, consultar: Hegarty, J.A. Ethics in hospitality education International journal of hospitality management, v. 9, p. 106-109, 1990.

Sendo assim, parece apropriado pensar na possibilidade da pessoa com deficiência estar conquistando um espaço na sociedade de consumo, não por solidariedade, nem piedade, mas por necessidade. Não da pessoa com deficiência, mas do mercado, uma vez que como já foi dito, a ética associada ao setor é a orientada para o lucro (cf. Hultsmam, op cit, p. 106-109, citado por Araújo, 2003, p. 102), o que, ainda que possa parecer contraditório. Não é, pois, uma vez conquistado o direito ao trabalho. Considera-se o segmento com poder de compra e é este o enfoque, isso economicamente falando, independe de quem é a pessoa ou de como ela é, há um nicho de mercado a ser explorado: o dos deficientes e suas necessidades.

Este estudo enfocará as necessidades da pessoa com deficiência, no mercado turístico, com vistas à discussão educacional, ou seja, como estão sendo capacitados os profissionais do setor para trabalharem com este novo consumidor que, apesar de este novo consumidor que apesar de estar sendo incluído na sociedade de consumo com mercado ascendente possui necessidades especiais, ou seja, especificidades até então ignoradas pela sociedade dos homens (Elias, 1994) e que passam a assumir atualmente um caráter até de urgência considerando que a inclusão da pessoa com deficiência no mercado de trabalho está associada a imagem de empresa comprometida com a questão da Responsabilidade Social o que faz crescer o número de contratados, que

conseqüentemente com mais dinheiro passam a ser valorizados.

Isso leva este estudo a analisar a questão sob a perspectiva da evolução histórica elisiana, em que a investigação não parte diretamente do indivíduo e de seus sentimentos refletidos na sociedade, mas como sua imagem e auto-consciência se refletem num contexto mais amplo da evolução histórica.

Desta forma, é possível vislumbrar

“como e porque a estrutura da rede humana e a estrutura do indivíduo se modificam ao mesmo tempo de uma certa maneira ... Então se constata – ao se adotar um ponto de vista mais dinâmico, mais amplo em vez de uma concepção estática – que a visão de um muro intransponível entre um ser humano e todos os demais ... é substituída pela visão de um entrelaçamento incessante e irreduzível de seres individuais, na qual tudo o que lhe confere a sua substância animal a qualidade de seres humanos,... assume a forma que lhe é específica dentro e através de relações com os outros.” (Elias, 1994, p. 34-35)

Considerando a falta de material em livro-texto e assim como a repercussão do evento no segmento das pessoas com deficiência, julgou-se oportuno considerá-lo como parte da pesquisa de campo, por se tratar de um contexto que reuniria representantes de todos os segmentos da sociedade e do *trade turístico*”, assim como e principalmente, pessoas com algum tipo de deficiência; com vistas à discussão de suas necessidades, direitos, experiências, visando criar condições de “acessibilidade no turismo”. Desta forma, sendo essa uma oportuna ocasião para ouvi-las, no tocante às suas percepções, necessidades, dificuldades e sentimentos no trato com os profissionais do turismo e levando em conta a ordem de grandeza do congresso, enquanto

primeiro no Brasil e de caráter internacional a reunir as mais expressivas instituições públicas e privadas representativas dos setores turístico e da pessoa com deficiência.

Elegeu-se dentre os participantes, alguns de diferentes representatividades, com abordagem de diferentes aspectos do mesmo tema: “Acessibilidade no Turismo: O mercado de consumo para um turismo sem barreiras”.

- A Society for Accessible Travel & Hospitality – SATH como organização não governamental. Sediada em New York, fundada em 1976 com a missão educativa de avaliar as necessidades no segmento de viagens das pessoas com deficiência, visando eliminar as barreiras físicas e atitudinais que possam limitar o acesso e a expansão das oportunidades de viagens nos EUA e fora dele. Incluindo neste trabalho, treinamento para os profissionais das viagens, divulgação de informações aos consumidores com deficiência, assim como, capacitações de pessoas e corporações que dêem suporte a essa missão.

Representando a SATH, Jani Nayar, coordenadora executiva, explana sobre o potencial desse mercado em ascensão, no mundo e nos EUA. Segundo ela, são mais de 850 milhões de pessoas no mundo com algum tipo de deficiência (físico, mental, visual, auditiva e de dicção) (Nações Unidas, 1998) que segundo pesquisa realizada para dimensionar o potencial de turistas PPDs (em milhões de pessoas) nos EUA, Canadá e Oeste Europeu, chegou-se a:

MERCADO DE ORIGEM	PPDs	MERCADO POTENCIAL
EUA	49.700.000	39.000.000
Canadá	4.200.000	2.700.000
Oeste da Europa	50.000.000	35.000.000
Total	103.000.000	76.700.000

Fonte: Kéroul, Fouche Ross, SATH

Fala sobre o Mercado de deficientes físicos dos EUA, apontando:

“27 milhões de surdos ou com deficiência auditiva;

14 milhões de cegos ou com deficiência visual;

aproximadamente 8 - 9 milhões com deficiência locomotoras;
4 milhões tem deficiência mental
Milhões de pessoas são dependentes de medicamentos.

Apresenta uma estimativa publicada na Revista Fortune (1996) sobre a renda bruta das PPDs, nos EUA, que superaria \$1 trilhão até 2001, sendo aproximadamente \$220 bilhões de renda disponível para consumo.

Chama a atenção para a geração “Baby Boomer¹⁴ (The Baby Boomer Generation)”, ou seja, pessoas nascidas entre 1946 e 1964, salientando que a cada 7 minutos, mais uma pessoa faz 50 anos.

Outro aspecto apontado pela palestrante publicado na Revista Fortune (1998) é que “24 milhões de pessoas com deficiência física viajariam uma ou duas vezes por ano, se suas necessidades, fossem satisfeitas”

Comentando que esse aumento pode ser explicado em função de conquistas, tais como:

- “grau superior de escolaridade;
- participação maior no mercado de trabalho;
- renda disponível em 1996 de \$220 bilhões”

e pelo aumento na década de 90 da:

- “população com deficiência;
- renda disponível;
- acessibilidade nas instalações e serviços;
- globalização da comunicação – Internet”.

Apresenta, ainda, resultados obtidos pela Open Doors Survey em 2002 executadas por *Hariss Internactive* em conjunto com *SATH e TIA*:

- 13,6 bilhões gastos em um ano de viagem;
- 71% dos adultos PPDs (ou mais de 22 milhões de pessoas) já viajaram pelo menos uma vez nos últimos dois anos.

Isto inclui:

US\$5,6 milhões com viagens de negócios;
US\$21 milhões com viagens de lazer;

¹⁴ The Baby Boomer Generation. Apresenta texto sobre a geração Baby Boomer. Disponível em: <<http://www.netwalk.com/~duchapl/>>. Acesso em 11 de fevereiro de 2005.

US\$5 milhões associando negócios e lazer

Acrescenta que, desse universo de PPDs 55% se hospedaram em hotéis motéis ou pousadas nos últimos dois anos e que eles afirmam que se hospedariam mais de duas vezes por ano se suas necessidades como PPDs fossem atendidas, o que implicaria em 34,5 milhões a mais de hospedagens e duplicação do consumo.

Além disso, segundo a palestrante um PPD raramente viaja sozinho e isso tem efeito multiplicador:

- “se o mercado não satisfizer as necessidades dos PPDs, perderá a possibilidade de atender também, seus familiares e amigos;
- o mercado de viagem para os EUA duplicou para 78 milhões de pessoas;
- o mercado europeu saltou para 75 milhões na estimativa de receita em torno de £ 23.4 bilhões (*Deloitte and Touche apud Nayar, J. 2004*)
- 85% dos entrevistados pelo *Hariss Pool 2002*, informaram que “troca experiências e dicas com outros viajantes PPDEs”
- 14% viajam através de agência ou seja, procuram um agente de viagem para suas viagens.

Nayar (2004) comenta também o crescimento da população mundial de pessoas com mais de 65 anos, segundo o *Wall Street Journal*, nov. 2004, chegará a 472 milhões em 2005, 598 milhões até 2015 e 813 milhões até 2025.

Nos EUA, segundo censo de 2002, são 42 milhões com idade entre 55 e 74 anos, ou seja, 14,7% da população, superará 51 milhões até 2010; 14 milhões têm idade = a 65 anos ou sendo que destes 42% são PPDs.

Segundo a WTO turistas *seniors* formarão o segmento mais importante do mercado europeu e norte americano.

Além disso serão:

- No Japão, até 2010 um em cada quatro com idade acima de 65 anos;
- Na Índia, até 2010, serão 70 milhões chegando a 177 milhões até 2025, ou seja, um em cada sete indianos serão *seniors*.

Desta forma, conclui Nayar (2004), que há “um mercado não explorado e lucrativo” e que o aumento de conhecimento e informação implicará na “melhora de serviço para todos os clientes”.

Representando o Ministério do Turismo, a Secretaria de Políticas de Turismo, o Departamento de Relações Institucionais e a gerencia de Qualificação dos Serviços Turísticos, Milton Silveira Zuanazzi, Secretário Nacional de Políticas de Turismo do Ministério do Turismo e Secretário executivo do Conselho Nacional do Turismo; Doroti Collares, Gerente de Qualificação dos Serviços Turísticos e a Técnica Maria Madalena Nobre.

Convidado a palestrar sobre “A Acessibilidade nas Políticas de Turismo – novos nichos de Mercado”, o Secretário diz que as expectativas para o setor são favoráveis. Comenta que nos últimos 30 anos sob o ponto de vista macro-econômico, não houve nenhum ano, em que simultaneamente ocorresse:

- 1- transações correntes positivas, entrando mais divisas do que saindo;
- 2- contas públicas nacionais e rigorosamente ajustadas, com superávit.
- 3- Inflação sob controle.

Ressaltou que esse ano, o desempenho do turismo no Brasil, foi em média maior do que em qualquer outra época, sob o ponto de volume de dinheiro e aplicação. Além disso, a expectativa é de superação do orçamento preparado pelo próprio Ministério e aceito sem cortes, totalizando R\$308 milhões, 34% a mais que o orçamento de 2004 e que será destinado à promoção e infra-estrutura.

Lembrou também que o Turismo herdou do governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso um orçamento de R\$ 100 milhões e que nos oito anos anteriores ao governo do Presidente Lula, a balança de turismo foi negativa, tendo apresentado um déficit de 19,9 bilhões de dólares na última década. A partir de 1999 até 2002 o déficit caiu para 5 bilhões de dólares.

Em 2003 tivemos U\$ 218 milhões de saldo na balança de turismo e esse ano, já estamos com U\$345 milhões até agora; ocupando o 5º lugar na balança comercial.

Eduardo Sanovicz, presidente da Embratur, acompanhado de seus cinco diretores e de assessores, apresentou no dia 2 de fevereiro de 2005, em Brasília (D. F), um balanço do setor em 2004:

“As viagens internacionais geraram a entrada de US\$ 3,22 bilhões no País, valor 30% maior que o registrado em 2003, informou o Banco Central. O saldo ficou positivo em US\$ 351 milhões em 2004, 61% maior que no ano anterior”.

Como foi dito por Milton, o Mercado turístico é um dos que mais cresce no mundo e o governo Lula tem como prioridade, o desenvolvimento e dinamização da atividade. Dentro do Plano Nacional de Turismo (2003-2007) uma das 7 macro-estratégias é o fomento, assim, é missão do Ministério, dinamizar o mercado turístico, dar incentivo a novos nichos, em especial ao das pessoas com discapacidade. Assim, parece oportuno, abrir um parêntese, para a política de turismo do governo Lula.

Desde sua campanha para a Presidência da Republica, Lula tem demonstrado acreditar na vocação turística do Brasil, tendo nessa ocasião se comprometido a criar o Ministério do Turismo, a profissionalizar a Embratur (Instituto Brasileiro de Turismo) para a promoção, marketing e apoio à comercialização do produto turístico brasileiro no mundo. Assume a presidência e concretiza o compromisso de campanha, colocando o setor “como uma das grandes prioridades do governo, estando integrado à macro-estratégia do país e cumprindo papel fundamental no desenvolvimento econômico e na redução das desigualdades sociais”.

Deixa claro, na sua mensagem de criação do Plano Nacional do Turismo para o período de 2003 a 2007, sua intenção de dinamizar este segmento econômico por acreditar que “a vocação natural do nosso país deve ser transformada em fonte permanente de riqueza, através do turismo”.

O turismo, pela natureza de suas atividades e pela dinâmica de crescimento dos últimos dez anos é o segmento da economia que pode atender de forma mais completa e de maneira mais rápida os desafios colocados. Especialmente se for levado em conta a capacidade que o turismo tem de interferir nas desigualdades regionais...”.

Ressalta como aspecto positivo do planejamento turístico, a possibilidade de gestão participativa, a qual, segundo ele “possibilita a inclusão dos mais variados agentes sociais”.

Além disso, chama atenção também para outros aspectos que o desenvolvimento da atividade pode contribuir: 1 - a distribuição de renda, que segundo ele, como “a grande maioria do setor é constituído de pequenas e médias empresas, ... o desenvolvimento da atividade possa, naturalmente contribuir como fator de distribuição de renda”. 2 – a geração de novos “empregos, uma vez que como dito por ele “a criação de postos de trabalho no setor do turismo exige investimentos de menor vulto se comparados com outros setores da atividade econômica; a agilidade com que se processa a qualificação dos recursos humanos, ... faz do turismo um setor fundamental para o cumprimento das metas estabelecidas pelo governo”.

Admitindo que a geração de novos empregos no Brasil transitará via setor turístico, qualifica a atividade como “estratégica, auto-sustentável e com efeitos sociais evidentes”. Tendo nesta ocasião em parceria com outras instituições, destinado R\$1,4 bilhão para serem investidos no setor nos 12 meses subseqüentes.

Considerando a importância do setor para a economia nacional o presidente através do Plano Nacional de Turismo “vem consolidar o ministério como articulado do processo de integração dos mais diversos segmentos do setor turístico”.

Assim, o Plano Nacional deve ser elo entre os governos federal, estadual e municipal; as entidades não governamentais; a iniciativa privada e a sociedade no seu todo. Deve ser fatos de integração de objetivos ... A perseverança na busca da unidade na nossa diversidade será constante ...”Não menos importante se faz considerar os parâmetros que norteiam a administração do ministro do Turismo Walfrido dos Mares Guia”.

Segundo ele, o Plano Nacional do Turismo para o período de 2003 a 2007 foi concebido de forma coletiva, com ampla consulta às mais diversas regiões brasileiras e os mais diversos setores representativos do turismo, além disso, constitui-se em um processo de construção permanente, uma vez que se trata de uma gestão descentralizada, plantada em uma visão sistêmica e cooperativa entre os diversos atores envolvidos. Trata-se segundo ele, de uma atividade capaz de promover transformações, fonte verdadeira de riqueza econômica e desenvolvimento social, que deve ser fortalecida através do “consumo da sociedade brasileira, permitindo a todos acesso ao lazer e às

férias, respondendo a uma aspiração legítima dos nossos cidadãos e tendo no turismo um fator de construção da cidadania e de integração social”.

Com vistas a construção, consolidação e execução do Plano Nacional do Turismo, o que se tem presente é que o turismo:

- deverá transformar-se em fonte geradora de novos empregos e ocupações, proporcionando uma melhor distribuição de renda e melhorando a qualidade de vida das comunidades;
- ao contribuir para multiplicar os postos de trabalho no território nacional, poderá interferir positivamente no âmbito da violência urbana, fortalecendo a segurança da população;
- deverá transformar-se em um agente de valorização e conservação do patrimônio ambiental (cultural e natural), fortalecendo o princípio da sustentabilidade;
- tornar-se-á um instrumento de organização e valorização da sociedade, articulando seus interesses econômicos, técnicos, científicos e sociais, com o lazer, a realização de eventos, feiras e outras atividades afins;
- poderá, por meio de programas de qualificação profissional, elevar a qualidade da oferta turística nacional, fator essencial para inserir o país competitivamente no mercado internacional;
- atuará como mecanismo instigador de processos criativos, resultando na geração de produtos turísticos apoiados na regionalidade, genuidade e identidade cultural do povo brasileiro, fortalecendo a auto-estima nacional e a de nossas comunidades;
- a partir das novas políticas sociais, poderá configurar-se como uma das mais eficazes expressões do uso do tempo liberado do trabalhador, contribuindo para a sua saúde física e mental;
- ao ser fortalecido internamente pelo exercício contínuo e sistêmico de consumo pela sociedade brasileira, deverá criar as condições desejáveis para a estruturação de uma oferta turística qualificada capaz de atender melhor o mercado internacional;
- para alcançar as metas desejáveis no balanço de pagamentos, exigirá normatização e legislação adequada com visitas á facilitação e o aumento da entrada de turistas estrangeiros;

- por sua dinâmica, necessita de uma constante troca de informações entre os destinos turísticos, a oferta e os mercados consumidores, o que requer investimentos constantes em marketing.

Por fim, é importante salientar que as metas desafiadoras para o período de 2003-2007 requerem entusiasmo e determinação, cujo atingimento somente será possível por meio de um esforço conjunto entre agentes públicos e privados para solidificar uma estrutura turística integrada e duradoura, baseada na força das Parcerias e na Gestão Descentralizada.

O Plano Nacional do Turismo está estruturado em 7 macro-programas estratégicos:

- 1- Gestão e Relações Institucionais
- 2- Fomento
- 3- Infra-estrutura
- 4 – Estruturação e diversificação da oferta turística
- 5- Qualidade do Produto Turístico
- 6- Promoção e apoio à Comercialização
- 7- Informações Turísticas.

Esses macros programas se desdobram em programas visando atender as seguintes metas para o período de 2003-2007:

- 1- Criar condições para gerar 1.2000.000 novos empregos e ocupações;
- 2- Aumentar para 9 milhões o número de turistas estrangeiros no Brasil;
- 3- Gerar 8 bilhões de dólares em divisas;
- 4- Aumentar para 65 milhões a chegada de passageiros nos vôos domésticos;
- 5- Ampliar a oferta turística brasileira, desenvolvendo no mínimo três produtos de qualidade em cada Estado da Federação e Distrito Federal.

Parece importante levar em conta a percepção do professor da Universidade Estadual de Maringá (UEM) e coordenador do curso de turismo na Faculdade Nobel (PR), João dos Santos Filho, na medida em que chama a atenção para:

“Não podemos permitir que velhas fórmulas elitistas de políticas de turismo, permaneçam e que curiosos do *trade*, travestidos de cordeiros

insistam em permanecer dando o tom para a elaboração de uma política nacional de turismo”.

O que o professor ressalta é que o debate permaneça restrito aos gabinetes de políticos de carreira, como ocorreu nos governos anteriores.

Tendo em vista tal objetivo, o professor analisa o Plano Nacional do Turismo, considerando sua base ideológica petista, à partir de alguns pressupostos, os quais não serão abordados neste estudo, exceto aqueles que estão diretamente relacionados com os objetivos da pesquisa.

Assim selecionados:

- *“Criar mecanismos que permitam as classes sociais menos favorecidas praticar o turismo;*
- *Desenvolver roteiros rodoviários, para que o brasileiro conheça o Brasil;*
- *Montar roteiros turísticos para as populações de rendimento de um a cinco salários mínimos, utilizando os equipamentos turísticos do SESC e SENAC em períodos de baixa ocupação;*
- *(...)*
- *Desenvolver a prática do turismo para adolescentes e idosos com a criação de programas vinculados a rede escolar pública e privada;*
- *(...)*
- *Regularizando e permitindo, por meio de apoio político ...que o projeto, sobe a regulamentação dos bacharéis de turismo (turismólogos) seja aprovado”.*

Segundo o professor Santos Filho (2003), “com essas preliminares podemos ensaiar as linhas de uma política nacional de turismo que contemple todas as classes sociais e que de fato coloque o partido a frente das questões de hospitalidade”; para tanto, partindo do discurso do presidente, ressalta tratar-se “de um discurso universalista”, preocupado com a divulgação da imagem do Brasil no exterior, apelando pra a “convivência pacífica entre as raças” e de uma sociedade em que as diferenças são tênues, pois somos um país de todos”.

Além disso, o professor comenta a importância da criação do Ministério do Turismo , o que dá sustentação à Política Nacional do Turismo, mas que transforma a Embratur numa espécie de Convention Bureau Nacional cuja função segundo ele, passa a ser “captar e promover eventos” , função que como foi dito por ele, a entidade já desempenhou nas décadas de 80 e 90, mas que “acabou cultuando no exterior a idéia de país de mulher fácil e do turismo sexual”.

Obviamente que a Embratur se apercebeu desse equívoco e tem nesses anos mudado sua propaganda sobre o turismo brasileiro”.

No entanto, Santos Filho (2003) chama de “falacioso” o discurso de que falta investimento para publicidade do Brasil no exterior. Segundo ele, o que realmente impede que o fluxo de estrangeiros no Brasil aumente, são suas “condições econômicas, políticas e sociais”.

O professor acredita que o melhor seria, desenvolver uma política que aumentasse o fluxo nacional através de incentivos fiscais e desenvolvimentos de projetos sociais.

Essa parece ser também a opinião do Ministro do Turismo, quando diz que o turismo interno “deve ser fortalecido pelo consumo da sociedade brasileira, permitindo a todos o acesso ao lazer e às férias, respondendo a uma aspiração legítima dos nossos cidadãos e tendo no turismo um fator de construção da cidadania e de integração social”.

Apesar disso, Santos Filho (2003), ressalta que “A busca de um novo modelo de turismo para o país, faz presumir que os anteriores não foram tão eficazes a ponto de serem mantidos, então compreender o turismo como atividade capaz de beneficiar a população brasileira só será possível, “por meio de uma política macroeconômica em que o sistema financeiro esteja sob o controle do governo (juros baixos, crédito fácil e proteção integral a indústria brasileira). Em que os planejamentos ...leve em conta a profissionalização e treinamento da mão de obra local, para que o trade possa de fato ser um instrumento de integração e não de exclusão”.

Na visão do professor, a questão da profissionalização técnica, deveria ficar a cargo do SENAC deve de fato assumir seu papel na luta ...e não permitir que outras entidades assumam esse papel ...que foram criadas ,, desde sua fundação em 1946”.

Além disso, segundo ele “O Plano Nacional do Turismo, valoriza e está colocado em programas que serão estimulados para aumentar o fluxo de turistas estrangeiros no país. Tanto o discurso do presidente, como os quatro programas estão voltados na intenção de se aparelharem para receber o fluxo estrangeiro”.

Acrescenta ainda que o programa de financiamento para captação de investimentos no turismo (recursos a fundo de risco), devem garantir as

questões sociais e não de mercado, visando assim, evitar que investimentos estrangeiros sejam priorizados em detrimento dos nacionais.

Alerta ainda que, a condição da Embratur hoje, a empobrece e desqualifica, principalmente no que ela sempre fez de melhor, a normatização.

Parece curioso que o professor Santos Filho, tenha salientado a importância da interlocução entre todos os envolvidos com a atividade turística, que seja, da perspectiva mercantil acadêmica como também social, dentro de um processo democrático, o qual ele enquanto petista, tenha sugerido uma ação tão centralizadora como a profissionalização por conta do SENAC.

Representando a Secretaria Especial dos Direitos Humanos – SEDH, órgão integrante da previdência da república criado pela lei nº10683 de 28 de maio de 2003, para tratar da articulação e implementação de políticas públicas voltadas para a promoção e proteção dos direitos humanos; Carolina Sanchez, assessora técnica da coordenadoria nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, que com simpatia, graça e competência, desenvolveu o tema: “Inclusão Social e Turismo”.

A SEDH se compõe de cinco órgãos colegiados: Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana – CDDPH; Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente – CONANDA; Conselho Nacional de Combate à discriminação – CNCD; Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa Portadora de Deficiência – CONADE e Conselho Nacional dos Direitos do Idoso – CNDI; três órgãos executivos:

- Subsecretaria de gestão da Política de Direitos Humanos;
- Subsecretaria de Promoção dos Direitos da Criança e do Adolescente;

- Subsecretaria de Promoção e Defesa dos Direitos Humanos e um órgão de assessoria, a CORDE – Coordenadoria Nacional para a Integração da pessoa Portadora de Deficiência, além de grupos temáticos que auxiliam na implementação da política nacional de direitos humanos, conforme as diretrizes do Programa Nacional de Direitos Humanos – PNDH, adotado pelo Brasil em 13 de maio de 1996, conforme recomendação da Conferência Mundial de Direitos Humanos (Viena, 1993) e que conferiu aos direitos humanos, status de política pública governamental, elevando os direitos econômicos, sociais e culturais a mesma ordem de importância dos direitos civis e políticos.

Orientando pela Constituição Federal de 1988, inspirado no Pacto Internacional sobre Direitos Econômicos Sociais e Culturais de 1996 e no Protocolo de São Salvador em matéria de Direitos Econômicos Sociais e culturais de 1992, foi à partir de 2002 reformulado o PNDH, que passou a circunscrever ações anuais, definindo as medidas a serem adotadas, os recursos orçamentários destinados a financiá-las e os órgãos representáveis por sua execução. Assim sendo chamado de PNDHII, ele tem sido implementado, desde 2002, com recursos orçamentários previstos no Plano Plurianual, e na lei orçamentária anual, sendo que em 2007 será revisto.

A implementação das diretrizes do PNDH se deu no transcorrer do governo do presidente Fernando Henrique Cardoso, como reconhecimento da urgência de se tratar de alguns problemas relacionados com a garantia dos direitos humanos como questões de políticas públicas sociais e não mais como autora se fazia quando então o cunho era assistencialista.

Diante disso, o que se tem em vista “é uma nova concepção de direitos humanos, segundo a qual esses são direitos universais, indivisíveis e interdependentes”.

O novo PNDH oferece um roteiro a ser seguido, pelo governo pela sociedade, com fins a “construção de um Brasil mais justo”. Como determina a lei nº 10.683/2003 em seu artigo 24:

“Art.24. A Secretaria Especial dos Direitos Humanos compete assessorar direta e imediatamente o Presidente da República na formulação de políticas e diretrizes voltadas à promoção dos direitos da cidadania, da criança, do adolescente, do idoso e das minorias e à defesa dos direitos das pessoas portadoras de deficiência e promoção da sua integração à vida comunitária, bem como coordenar a política nacional de direitos humanos, em conformidade com as diretrizes do Programa Nacional dos Direitos Humanos –PNDH, articular iniciativas e apoiar projetos voltados para a proteção e promoção dos direitos humanos em âmbito nacional, tanto por organismos governamentais, incluindo os Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, como por organizações da sociedade e escrever as funções de ouvidoria – geral da cidadania, da criança, do adolescente, do idoso e das minorias.

Parágrafo único. A Secretaria Especial dos Direitos Humanos tem como estrutura ...”

Segundo notícia veiculada pela Agência Carta Maior em 18 de maio de 2004, “o Programa Nacional de Direitos Humanos completa 8 anos sem ser implantado”.

A matéria comenta o relatório Direitos Humanos no Brasil 2003, divulgado em São Paulo pelo centro de justiça global. Uma das conclusões apontadas é que persiste no Brasil uma prática grave de desrespeito aos Direitos Humanos, tendo por isso sido encaminhada ao presidente Lula uma carta questionando a implementação do (PNDH), o qual tendo já completado 8 anos não foi ainda devidamente executado.

Apesar da atualização do PNDH em maio de 2002, feita pelo governo federal e da seleção de 154 propostas vinculadas a programas e recursos, a maioria delas não foi ainda executada. “ Isso se deve principalmente a cortes orçamentários e a divergências sobre o órgão do executivo que seria responsável por cada uma das ações”, explica Andressa Caldas, membro da diretoria do centro de justiça global.

Segundo ela, há no programa uma previsão de envolvimento transversal de diversas instâncias de poder, uma vez que as ações implicam em políticas públicas em diferentes ministérios.

A matéria “alerta para uma perigosa inversão de valores na sociedade brasileira, onde o excluído passou a ser a grande ameaça. Está em voga o mito das classes perigosas. (...) Ao associar favelados com traficante, sem-terra com crime organizado, preto e pobre com bandidos, todo tipo violação e abuso é justificado ...”

Como foi dito na opinião da Justiça Global, “falta vontade política para por fim aos abusos de Direitos Humanos perpetuados em todo território nacional”, além disso, ainda que se possa dizer que houveram avanços, “o Brasil ainda não reconheceu a competência dos Comitês contra a tortura e de Direitos Humanos da ONU:

Carolina Sanches, representante da SEDH, no Congresso Ibero-Americano de Acessibilidade no Turismo, discorrendo sobre seu tema, fala em inclusão como inserção total e incondicional capaz de produzir rupturas no sistema e beneficiar toda e qualquer pessoa, demandando para tal, mudanças culturais, valorização da individualidade e da diversidade. Segundo ela, inclusão é respeito pelo outro.

Comenta que segundo o censo do IBGE de 2000:

- 24,5 milhões de pessoas têm algum tipo de incapacidade ou deficiência. Isso em 2000 representava 14,5 % da população.

Hoje já chega a 26 milhões.

Segundo ela, um contingente considerável de pessoas precisa de ações afirmativas capazes de combater de forma efetiva o preconceito e a discriminação.

Ressalta que o turismo é um direito social, um direito que todos, independente de qualquer circunstância, o que coloca a pessoa com deficiência na condição de consumidor, contudo, quais são os roteiros ofertados? Onde buscar informações? Há transporte adaptado? Hotéis estão preparados? Quais os serviços ofertados? Então é possível falar em mobilidade? Contudo, esclarece que não existirá oferta enquanto não existe demanda! Essa é a lógica do mercado, se o enfoque é a acessibilidade no turismo – O mercado de consumo para um turismo sem barreiras, então é necessário que um contingente de pessoas com incapacidade ou deficiência ganhe visibilidade.

Carolina comenta ainda que a aprovação do Decreto que regulamenta as leis nº 10048/2000 e nº 10098/2000 esta prevista para dezembro de 2004, ordenando:

- atendimento prioritário às pessoas com deficiência;
- acessibilidade em sistemas de transporte;
- acessibilidade ao meio físico;
- acessibilidade aos sistemas de comunicação;

Assim, talvez seja possível considerar ações afirmativas, como sendo participação, fruição do direito, gozo, posse efetiva ou até mesmo luta política.

Realmente em 02 de dezembro de 2004 o decreto foi sancionado pelo presidente Lula. A regulamentação dessas leis (10048 e 10098 de 2000) representa um passo decisivo para a cidadania das crianças, jovens, adultos e idosos com deficiência ou mobilidade reduzida, tornando a escola, a saúde, o trabalho, o lazer, o turismo, elementos presentes na vida destas pessoas.

Segundo, notícias veiculadas pela Corde “a regulamentação dessas leis possibilita a efetivação dos direitos e a equiparação de oportunidades para as pessoas com deficiência”.

Um aspecto importante dessa regulamentação é a substituição dos veículos de transporte coletivo que hoje circulam por veículos acessíveis, além disso, o decreto preconiza incentivo a pesquisa científica e tecnológica para desenvolvimento de equipamentos, instrumentos e produtos.

A partir da aprovação deste decreto regulamentar, será possível exigir através do Ministério Público respeito às leis, fiscalização e aplicação de punições pelo desrespeito das determinações legais.

Assim, segundo o Decreto nº 5296 de 2 de dezembro de 2004, que regulamenta as leis 10048 de 8 de novembro de 2000, que dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e 10098 de 19 de dezembro de 2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, considera-se, pessoa portadora de deficiência:

Art 5º....

§ 1º Considera-se, para os efeitos deste Decreto:

I – pessoa portadora de deficiência, além daqueles previstos na Lei nº10690 de 16 de junho de 2003, a que possui limitação ou incapacidade para o desempenho de atividade e se enquadre nas seguintes categorias:

a) deficiência física: alteração completa ou parcial de um ou mais segmentos do corpo humano, acarretando o comprometimento da função física, apresentando-se sob a forma de paraplegia, paraparesia, monoplegia, monoparesia, tetraplegia, tetraparesia, triplegia, triparesia, hemiplegia, hemiparesia, ostomia, amputação ou ausência de membro, paralisia cerebral, nanismo, membros com deformidade congênita ou adquirida, exceto as deformidades estéticas e as que não produzam dificuldades para o desempenho das funções;

b) deficiência auditiva: perda bilateral, parcial ou total de quarenta e um decibéis (dB) ou mais, aferida por audiograma nas frequências 500Hz, 1000Hz, 2000Hz e 3000Hz;

c) deficiência visual: cegueira, na qual a acuidade visual é igual ou menor que 0,05 no melhor olho, com a melhor correção óptica; a baixa visão que significa acuidade visual entre 0,3 e 0,05 no melhor olho, com a melhor correção óptica; os casos nos quais a somatória de medida do campo visual em ambos os olhos for igual ou menor que 60°, ou a ocorrência simultânea de qualquer das condições anteriores;

d) deficiência mental: funcionamento intelectual significativamente inferior à média com manifestação antes dos dezoito anos e limitações associadas a duas ou mais áreas de habilidades adaptativas como:

- 1. comunicação;*
- 2. cuidado pessoal;*
- 3. habilidades sociais;*
- 4. utilização dos recursos da comunidade;*
- 5. saúde e segurança;*
- 6. habilidades acadêmicas;*
- 7. lazer; e*
- 8. trabalho.*

e) deficiência múltipla – associação de duas ou mais deficiências; e

II – pessoa com mobilidade reduzida, aquela que, não se enquadrando no conceito de pessoa portadora de deficiência, tenha, por qualquer motivo, dificuldade de movimentar-se, permanente ou temporariamente, gerando redução efetiva da mobilidade, flexibilidade, coordenação motora e percepção.

§ 2º O disposto no caput aplica se. Ainda, às pessoas com idade igual ou superior a sessenta anos, gestantes, lactantes e pessoas com crianças no colo.

Por acessibilidade, segundo decreto nº 5.296/04; pode-se entender:

Capítulo III

Das condições gerais da acessibilidade art.8º para os fins de acessibilidade, considera-se:

I- acessibilidade: condição para utilização, com segurança e autonomia, total ou assistida, dos espaços, mobiliários e equipamentos urbanos, das edificações dos serviços de transporte e dos dispositivos, sistemas e meios de comunicação e informação, por pessoa portadora de deficiência ou com mobilidade reduzida;

II- barreiras: qualquer entrave ou obstáculo que limite ou impeça o acesso, a liberdade de movimento, a circulação com segurança e a possibilidade de as pessoas se comunicarem ou terem acesso à informação, classificadas em:

a- barreiras urbanísticas: as existentes nas vias públicas e nos espaços de uso público;

b- barreiras nas edificações: as existentes no entorno e interior das edificações de uso público e coletivo e no entorno e nas áreas internas de uso comum nas edificações de uso privado multifamiliar;

c- barreiras nos transportes: as existentes nos serviços de transportes; e

d- barreiras nas comunicações e informações: qualquer entrave ou obstáculo que dificulte ou impossibilite a expressão ou o recebimento de mensagens por intermédio dos dispositivos, meios ou sistemas de comunicação, sejam ou não de massa, bem como aqueles que dificultem ou impossibilitem o acesso à informação;

III- elemento da urbanização: qualquer componente das obras de urbanização, tais como os referentes à pavimentação, saneamento, distribuição de energia elétrica, iluminação pública, abastecimento e distribuição de água, paisagismo e os que materializam as indicações do planejamento urbano;

IV- mobiliário urbano: o conjunto de objetos existentes nas vias e espaços públicos, superpostos ou adicionados aos elementos de urbanização ou da edificação, de forma que sua modificação ou traslado não provoque alterações substanciais neste elementos, tais como semáforos, postes de sinalização e similares, telefones e cabines telefônicas, fonte públicas, lixeiras, toldos, marquises, quiosques e quaisquer outros de natureza analógica;

V- ajuda técnica: os produtos, instrumentos, equipamentos ou tecnologia adaptados ou especialmente projetados para melhorar a funcionalidade da pessoa portadora de deficiência ou com mobilidade reduzida, favorecendo a autonomia pessoal, total ou assistida;

VI- edificações de uso público: aquelas administradas por entidades de administração pública, direta e indireta, ou por empresas prestadoras de serviços públicos e destinadas ao público em geral;

VII- edificações de uso coletivo: aquelas destinadas às atividades de natureza comercial, hoteleira, cultural, esportiva, financeira, turística, recreativa, social, religiosa, educacional, industrial e de saúde, inclusive as edificações de prestação de serviços de atividades da mesma natureza;

Desta forma, tendo em vista a recente regulamentação das leis 10048 e 10098 de 2000, pretende-se com este estudo questionar a efetivação desta regulamentação, no que diz respeito a sua eficácia quanto a autonomia, quer seja total ou assistida na função do direito já garantido ao lazer, considerando em especial, barreiras de comunicações e informações e ajuda técnica, uma vez que a formação dos profissionais do turismo, pode contribuir para a eliminação ou perpetuação dessas barreiras como entrave ou obstáculo dificultando a relação entre profissional e portador de deficiência, ou mesmo na formatação de produtos turísticos através da preocupação técnica com a pessoa portadora de deficiência. É possível falar em autonomia de pessoa portadora de deficiência no turismo? Será que as agências de turismo quando criam pacotes turísticos vislumbram a pessoa portadora de deficiência? Será que os destinos turísticos estão preparados para receber este público? Será possível falar em independência ou possibilidade de não sujeição a potências estranhas no segmento turístico para a pessoa com deficiência?

Há sem dúvida uma evolução no setor e ela pode ser sinalizada, por exemplo, através da edição do Manual de Recepção e Acessibilidade de pessoas Portadoras de Deficiência a Empreendimentos e Equipamentos Turísticos, em 1999, no governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso. Nessa ocasião era presidente da Embratur, Caio Luiz de Carvalho, o qual na apresentação do manual declarou:

“torna-se fundamental adequar os produtos e serviços que forma a cadeia produtiva da indústria turística às necessidades objetivas e imediatas de segmentos específicos

da população que, por razões diversas, ainda sofre limitações para a prática do turismo.

Consciente de que os portadores de deficiência não são atendidos e suas necessidades mais elementares pela indústria brasileira do turismo, a Embratur, pioneiramente, delegou a em corpo de especialistas a tarefa de elaborar um trabalho técnico no âmbito das atividades turísticas.

Obra, desde já obrigatória, este manual de acessibilidade é um guia preciso, seguro, que permitirá aos empreendedores do setor de viagens é fazer contemplar os seus equipamentos com as indispensáveis facilidades que garantirão, afinal, plena cidadania a quem até hoje, ...não teve o direito de ter acesso aos bens fundamentais da indústria do turismo". (Brasil, Ministério do Turismo, 1999)

Pode-se perceber, na fala do então presidente da Embratur, uma preocupação em fornecer subsídios ao empresariado, reforçado na justificativa do manual quando se estima a população de portadores de deficiência e reconhecer que “essa parcela da população, tanto pelo lado social como pelo econômico, não pode e não deve ficar marginalizada dos benefícios do turismo”.

Sob o aspecto econômico, é um notável filão consumidor já descoberto pelos países mais desenvolvidos.

No Brasil, contudo, dificuldades econômicas e culturais têm feito com que nossas autoridades públicas e empresários não tenham tido ainda, a sensibilidade para assegurar condições adequadas de...acessibilidade aos portadores de deficiência em áreas, instalações, equipamentos e serviços turísticos”.

Não há como negar a importância do empresariado do *trade* turístico, mas, ele não é auto-suficiente e por conta disso, precisa de mão de obra especializada e que se relaciona diretamente com o consumidor, assim, parece curioso que o manual tenha ignorado a formação desses profissionais, faz supor uma preocupação maior em nicho de mercado a ser explorado, que realmente prepará-lo para, até mesmo numa tarefa como essa, a administração hoteleira entre outras.

Outro aspecto que chama atenção, diz respeito à abrangência do manual:

“O presente manual aplica-se a edificações e equipamentos, de propriedade governamental ou privada, de uso e utilidade pública destinados à prestação de serviços turísticos, tais como:

- meios de hospedagem, de transporte, de alimentação, entretenimento e lazer, de realização de congressos, feiras e eventos turísticos;

- os equipamentos e pequenas construções implantadas em espaços públicos e privados para uso do turista ou viajante;

- os equipamentos turísticos ou de uso dos turistas e viajantes”.

Entre os serviços turísticos, não estão incluídos os serviços de agenciamento turístico, os quais, segundo Mamede (2003, p. 1) “ são a parte principal do turismo: sua cara, sua alma, sua espinha dorsal, respondendo não só pelo estímulo, mas igualmente pela organização desse amplo movimento hoje, global de modo definitivo”.

O trabalho de agenciamento de viagem e turismo realizado pelo agente é segundo o autor

“ parte da infra-estrutura, funciona como suporte do agir turístico individual e/ou coletivo, bem como do movimento turístico em geral. Essa, aliás, é sua obrigação intrínseca, pela qual pode ser responsabilizado contratual ou extracontratualmente.

Seu trabalho é organizar e estruturar a execução do turismo, seja na emissão, seja na recepção de viajantes turísticos ...”. (Mamede, 2003, p. 2)

Além disso, segundo a Lei nº 6505, de 13 de dezembro de 1977, no seu

Art.2º - Consideram – se serviços turísticos, para os fins desta lei, os que, sob condições especiais, definidas pelo Poder Executivo, sejam prestados por:

I – hotéis, albergues, pousadas, hospedarias, motéis e outros meios de hospedagem de turismo;

II – restaurante de turismo;

III- acampamentos turísticos (campings);

IV- agências de turismo;

V- transportadoras turísticas;

VI- empresas que prestem serviços aos turistas e viajantes, ou a outras atividades turísticas;

VII - outras entidades que tenham regularmente atividades reconhecidas pelo Poder Executivo como de interesse para o turismo.

(...)

Também, segundo o Decreto 84.934 de 21 de julho de 1.980,

Artigo 2º, a atuação, das agências compreende:

I- venda comissionada ou intermediação remunerada de passagens individuais ou coletivas, passeios, vagens e excursões;

II- intermediação remunerada na reserva de acomodações;

III- recepção, transferência e assistência especializada ao turista ou viajante;

IV- operação de viagens e excursões individuais ou coletivas, compreendendo a organização, contratação e execução de programas, roteiros e itinerários.

V- Representação de empresas de hospedagem e outras prestadoras de serviços turísticos;

VI- Divulgação pelos meios adequados, inclusive propaganda e publicidade, dos serviços mencionados nos incisos anteriores.(...)

Assim como está exposto na legislação, é possível concluir que a atividade de agenciamento é relevante para o mercado turístico e segundo Duarte (1996, p. 22-3)

“os agentes de viagens respondem, significativamente, pela atividade do mercado de viagens geradas por empresas comerciais ou industriais ...”

Portanto, ainda que escape da abrangência do Manual de Recepção e Acessibilidade de Pessoas Portadoras de Deficiência a Empreendimentos e Equipamentos Turísticos, os serviços turísticos de agenciamento são serviços turísticos imprescindíveis para o segmento turístico, mas polêmico, quando se pretende considerar o envolvimento das pessoas portadoras de deficiência com atividade turística.

Como já foi apontado anteriormente, o Manual, o aspecto econômico, pessoas portadoras de deficiência, como “nicho de mercado” ainda inexplorado e representativo.

Esse apelo a potencialidade de um mercado inexplorado e que atenda às necessidades específicas de consumidores marginalizados, controvérsias, pois no anexo I da Deliberação Normativa 161/1985, da Embratur, há uma recomendação para que o cliente informe

“a agência no ato de sua inscrição no programa sobre qualquer restrição ou impedimento seu, de seus familiares ou acompanhantes, decorrente de motivo de doença, incapacidade física ou mental, ou outra causa qualquer que possa dificultar o desenvolvimento da excursão, incomodar os demais participantes ou implicar cuidados especiais durante a excursão, sendo facultada ao operador a não-aceitação desse tipo de cliente, ou de seu desligamento, a qualquer época, desde que efetuados os acertos financeiros devidos”.(Mamede, 2003, p. 129)

Mamede (2003) chama a atenção para o fato de planificação de viagens para grupos de pessoas permitir que cada participante, individualmente adquira a viagem a um custo significativamente menos que se a viagem fosse planejada individualmente.

Desta forma, segundo Mamede (2003, p. 130), “as situações que fogem ao comum necessitam de atenção especial, de um cuidado especial, incluindo o aparato do apoio (staff), humano e material, que deve ser colocado à sua disposição”.

Segundo o autor, porque possui o

“dever jurídico de prestar um serviço seguro e satisfatório para todos os seus clientes, a recusa de consumidor (o contratante ou qualquer um de seus familiares) que não possua perfil adequado para a viagem, dificultando o seu desenvolvimento e prejudicando terceiros, é legítima e lícita. Do contrário, chegaríamos a uma situação Kafkiana na qual estaria o agente obrigado a tocar uma empreitada que sabe não possuir plenas condições de sucesso e a suportar os ônus civis (inclusive indenizações por danos materiais e morais) pelo fracasso já antevisto”. (Mamede, 2003, p. 130),

“Agora, é fundamental que a recusa não configure preconceito de qualquer natureza, mas que seja fruto de uma avaliação técnica, que possa ser eventualmente demonstrada em juízo, convencendo ao judiciário (árbitro maior das controvérsias entre os sujeitos de direitos e deveres. Entretanto, se esses problemas frutos de omissão, atingirem terceiros, sendo possível demonstrar ter havido um ato ilícito por parte do cliente omissão dolosa), que visivelmente causou danos a terceiros, membro da excursão, haverá responsabilidade civil do cliente (e direito de regresso da agência suportar pedido de indenização aforado por qualquer outro cliente da mesma excursão que tenha sido prejudicado)”. (Mamede, 2003, p. 130-131),

Mamede (2003) ressalta o “caráter limitador” da regra, as responsabilidades e conseqüências e sugere que se apresentem de forma destacada no contrato de agenciamento. (Código de Defesa do Consumidor)

De qualquer sorte, parece estranho às pessoa portadoras de deficiência, p slogan “Brasil, país de todos” , quando se admite como Mamede, o caráter limitador da regra jurídica, então, há que se considerar o quase todos, nem todos ou quem cabe nesse todos?

Contudo, quando o substantivo empregado “consumidor” talvez desapareça qualquer outro conceito agregado restritivo de direitos e então independente de outra condição qualquer, se manifeste apenas a qualidade daquele que consome e que amparado pelo Código de Defesa do Consumidor, faça valer seu direito a produtos e serviços de qualidade, pois segundo Montejano (2001), o mercado turístico é uma estrutura que consiste na parte da economia que estuda e analisa a realidade econômica do turismo no qual

confluem a oferta de produtos e serviços turísticos e a demanda que está interessada e motivada em consumir esses produtos e serviços turísticos no mercado.

Assim, havendo oferta de produtos turísticos e demanda de pessoas com deficiência para estes produtos, estabelece-se o que o autor chama de mercado.

A relação Produtor X Consumidor é protegida pela Lei nº 8.078/1990 que instituiu o Código de Defesa do Consumidor, isso porque a Constituição Federal no seu artigo 5º inciso XXXII, diz que: “O Estado promoverá, na forma da lei, a defesa do consumidor”

Segundo Nunes (2000, p. 106):

“O inciso I do art. 4º reconhece: o consumidor é vulnerável. Tal reconhecimento é uma primeira medida de realização de isonomia garantida na Constituição Federal. Significa ele que o consumidor é a parte fraca da relação de consumo. Essa fraqueza, essa fragilidade é real, concreta e decorre de dois aspectos: um de ordem técnica e outro de cunho econômico”

Talvez a ausência dos serviços de agendamento no Manual de Recepção e Acessibilidade.... se dê em função do caos jurídico-turístico implantado no país desde 1986. Trata-se de um aparato legislativo conflituoso e inconstitucional em grande medida, são muitos os artigos de muitos textos legais ainda em vigor, mas que se conflitam em nossa atual Constituição Federal

Desta forma fica evidente a ambigüidade jurídica-turística.

Mas, como foi dito por Feuz (2003, p. 27) “o direito ao lazer não pode ser desrespeitado, nem pela livre iniciativa em seus empreendimentos, nem quando se tratar de força de trabalho e, principalmente, de relação de consumo” .

Assim, diante do exposto, ainda que Milton S. Zuanazzi tenha demonstrado em sua palestra boa vontade e otimismo, em se tratando de Acessibilidade nas Políticas de Turismo, há muito a ser feito, em especial no ordenamento jurídico do turismo,

Há que se admitir, entretanto avanços em alguns setores, como por exemplo no setor de aviação, o qual através da Portaria nº 676/GC-5, de 13 de novembro de 2000, em vigor a partir de 1 de janeiro de 2001, assegura atendimento às pessoas com deficiência, como pode ser observado na referida portaria:

Capítulo II – Do Transporte de Pessoas

Seção VIII

Do transporte de idosos, doentes, deficientes físicos e mentais, menores acompanhados e desacompanhados.

Art. 18 – as empresas aéreas deverão assegurar prioridade nos atendimentos aos passageiros com idade igual ou superior a 65 anos (sessenta e cinco), aos deficientes físicos e mentais, Às senhoras grávidas e aos passageiros acompanhados de crianças menores de 12 anos.

Art. 19 – é da responsabilidade do passageiro, ou da pessoa que responde legal ou moralmente pelo bem-estar deste, informar à empresa aérea qualquer incapacitação que resulte na necessidade de um atendimento especial.

(...) Capítulo III – Do transporte do coisas

Seção V

Art. 47 – Será permitido na cabina de passageiros, em adição à franquia de bagagem e livre de pagamento o transporte de cão treinado para conduzir deficiente visual ou auditivo que dependa inteiramente dele.

(...)

É bom lembrar que existe uma norma de serviço, a IAC 2508-0796, que prevê as formas de acesso ao transporte aéreo para passageiros que necessitam assistência especial, expedida de acordo com o Decreto nº 65114 de 12 de setembro de 1969, que instituiu o sistema de aviação civil, o Decreto nº 914 de 6 de 6 de setembro de 1993 que instituiu a Política Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência e o anexo 9 à Convenção de Aviação Civil Internacional, que trata da Facilitação do Transporte Aéreo cabendo aos Inspetores de Aviação Civil (INSPAC), aos SERAC; às SAC e Às Superintendências Aeroportuárias fiscalizar seu cumprimento.

Segundo a IAC 2508-0796,

item II – Orientações de caráter geral, sub-item 2.4 – As administrações aeroportuárias cooperarão com, as empresas aéreas e de serviços auxiliares de transporte aéreo a fim de estabelecer ou coordenar programas de treinamento de pessoal visando assegurar a disponibilidade de pessoal especialmente treinado para lidar com pessoas portadoras de deficiência, incluindo-se aí usuários de cadeira de rodas e deficientes sensoriais.

(...)

VI Disposições finais

6.1 – Todo o pessoal diretamente envolvido no atendimento às pessoas portadoras de deficiência durante as diversas fases de uma viagem deverá receber treinamento especializado. O treinamento deve incluir as técnicas de atendimento Às pessoas portadoras de deficiência motora, sensorial e cognitiva.

(...)

Sobre o assunto no Congresso Ibero Americano de Acessibilidade no Turismo. O mercado de consumo para um Turismo sem barreiras, o tema “Transportes aéreos e terrestres: Estamos Preparados?” palestraram João Eduardo Araújo e Ethel Rosenfeld. Ethel vive no Rio de Janeiro é portadora de deficiência visual, é professora especializada na Educação e Reabilitação de Pessoas com Deficiência Visual e consultora na área de Deficiência Visual de empresas com por exemplo Rio Sul e TAM

Ethel falou sobre sua vivência com seu cão guia e sobre a utilização do cão guia no Brasil. Segundo ela, os primeiros cães guias chegaram ao Brasil em 1997, vindos da Nova Zelândia e EUA, onde existem instituições voltadas especificamente para criação e treinamento desses cães, os quais nunca são vendidos, mas sim doados. As raças que mais se adaptam são Labrador, Pastor Alemão e o Golden Retriever.

Fica evidente na sua fala a preferência pelo cão guia a qualquer outro recurso, quando diz que:

“o cão guia se distingue pela capacidade de conduzir o deficiente visual com muita segurança, inclusive enfrentando os desafios do trânsito, a ponto de se instado pelo dono a atravessar uma rua fora da faixa de pedestres, ele só fará pela faixa. Em rua sem a faixa ele atravessará com toda cautela.

O cão guia nunca se irrita com o barulho ou o tumulto do trânsito...

Ele tem também um sentido de direção muito apurado, conduzindo com tranqüilidade e objetividade o seu dono pelas ruas de qualquer cidade.” (Monatran, 2004, p. 24)

Além disso, lembrou que “Deficiência não é doença” “nem todo surdo é mudo”, “nem todo cego é surdo” e concordando com (Caíque) “o ideal seria através dos olhos pudesse enxergar através dos olhos de um cão guia o que lhes garantiria oportunidade de melhorar substancialmente sua qualidade de vida” (Geller1998, *apud* Ir e Vir Direito de Todos, 2004).

Falou divertidamente sobre as dificuldades que os portadores de deficiência visual enfrentam quando se lançam na vida ousando desafiar obstáculos que escapam ao cão, como por exemplo o que está no alto, os orelhões, que são estreitos embaixo e largos em cima, dos tropeções nos mendigos moradores das ruas do Rio de Janeiro, tendo destacado especialmente os entraves humanos como por exemplo, quando foi impedida de entrar no Teatro Municipal do Rio de Janeiro com seu cão guia. Ainda que

estivesse munida como lhe é habitual a legislação que lhe garante o direito de Ir e Vir com o cão guia. Fato este até comum e que ocorre com freqüência, inclusive em hotéis, como apontado por outro deficiente visual portador de cão guia, presente no Congresso de Acessibilidade no Turismo amigo da Ethel e quem a influenciou a fazer uso desse recurso.

Ethel reforça a necessidade de eliminação das barreiras, principalmente as “barreiras humanas” camufladas em frases curtas, como “desce uma cadeira!” Quando tripulantes de uma aeronave dispensava atenção especial a um cadeirante.

Na sua fala é possível perceber um novo olhar da sociedade em relação às pessoas com deficiência: “deixei de ser a ceguinha para ser a senhora dona do cão lindo, olha ela é cega.”

Enfim, como foi dito pela Coordenadora Geral/Corde, Izabel de Loureiro Maior,

“a falta em nosso país de um transporte totalmente acessível, tem sido um impedimento para que as pessoas portadoras de deficiência possam desfrutar dos bens e serviços de sua comunidade como também exercer o direito de ir e vir com segurança. Ações como campanhas de mídia do governo federal têm sido realizadas como instrumento para mudar as condições de trânsito brasileiro, bem como para provocar mudanças atitudinais. No entanto o desconhecimento da população no que se refere às peculiaridades de determinados grupos, tem gerado, mesmo que involuntariamente, discriminação e atendimento inadequado.(...)”

A articulação do Estado com as organizações governamentais e não governamentais, que se dispõem a atuar como parceiros nesse processo pedagógico, mostra-se uma estratégia eficaz no que tange à transmissão de conhecimento e à capacitação de agentes sociais para que a diversidade humana seja respeitada. A informação adequada tem o poder de mudar opiniões preconceituosas e o modo de atuar da sociedade em relação às pessoas com deficiência e com mobilidade reduzida.”

No segundo dia do Congresso, Maria Beatriz Würth Lagranha, Coordenadora Geral do CCTW e do Núcleo de Estudos Pesquisas e Eventos do Instituto Pestalozzi de Canoas – RS, além de Presidente da Comissão Organizadora do Evento em questão apresentou a escritora Janice Maria da Silveira e seu livro em pré-lançamento: “A Viagem”.

Janice teve uma doença neurológica, não diagnosticada, que causou a perda total do equilíbrio corpóreo, uma pequena fragilidade e uma grande descoordenação dos membros, apesar de não apresentar nenhuma

deformação aparente, por conta dessa limitação faz uso da cadeira de rodas e carece de um cuidador. Como ela mesma diz “a vida ampliou minha característica pessoal... Para mim escrever é terapia, hobby, trabalho e acima de qualquer coisa paixão”.

Tanto é assim que já publicou também “Na Periferia da Vida?”

Depoimentos de duas pessoas com deficiência no Congresso IberoAmericano de Acessibilidade no Turismo:

Janice Maria Silveira, 56 anos, advogada, escritora. Aos 46 anos foi acometida de uma doença crônica neurológica que deixou seqüelas motoras graves.

Como Conferencista do I Congresso de Acessibilidade no Turismo, fez o lançamento do seu livro “A viagem” (Silveira, 2003), apresentado na ocasião pela presidência da comissão organizadora Maria Beatriz W. Lagranha, tendo em vista que, a autora após a doença apresenta dificuldades respiratórias e motoras que dificultam muito sua fala.

A relevância da análise se deve ao fato da autora neste livro relatar suas vivências especialmente em dois momentos de sua vida, num curso de jardinagem e numa viagem ao Rio Grande do Sul para participar de um Evento artístico/literário.

A autora relatando suas experiências vai situando os desafios, as dificuldades, as angústias, que experimenta por enfrentar obstáculos arquitetônicos e atitudinais

Elias ao falar da função e das conseqüências das características naturais das pessoas de se comunicarem através de linguagens aprendidas, chama a atenção para dois traços singulares dos seres humanos ligados a comunicação simbólica. Um deles é a capacidade de transmitir um registro simbólico do conhecimento social de uma geração para outra e o outro, é a inexistência de uma forma de socialização biologicamente determinada. Em outras palavras, o que o autor está dizendo é que, sendo o conhecimento mutável ele é passível de desenvolvimento.

O autor sugere que através de uma análise no desenvolvimento das línguas é possível captar as mudanças na posição de cada pessoa dentro de sua sociedade, assim como as mudanças de autopercepção, as quais, segundo ele caminham par e passo com as mudanças sociais.

Elias está querendo dizer que a forma como os pronomes são utilizados, revela a natureza e o grau de auto distanciamento social e que isso se modifica no decorrer do desenvolvimento social.

Ele cita que num poema épico francês medieval, quando o guardião dos portões do palácio ora diz “tu”, ora diz “vós”, faz supor um crescente distanciamento social.

Enfim, ele está dizendo que a balança da identidade-eu, oscila pendendo mais para a identidade-nós, ou mais para identidade-eu, conforme a época. Na Idade Média pendia maciçamente para a identidade-eu, tanto que “mais e mais freqüente se tornaram os casos de pessoas cuja identidade-nós enfraqueceu a ponto de elas se afigurarem a si mesmas como eus desprovidos de nós”. (1994,p. 161).

Assim, a identidade-nós da pessoa, embora presente, pode muitas vezes ser obscurecida ou ocultada, em sua consciência, pela identidade-eu, uma vez que ela está sujeita a auto-percepção e a forma como é percebido pelo outro, no entrelaçamento de sua existência com a dos outros.

Nos textos literários atuais, o despojamento do nós, se constitui em um conflito entre a necessidade humana natural de afirmação afetiva da pessoa para os outros e dos outros para ela e o medo da satisfação dessa necessidade e certa resistência a ela. Desta forma, “aquilo de que parecem sofrer os que carregam em sai a imagem humana de um eu desprovido do nós é o conflito entre seu desejo de relações afetivas com outras pessoas e sua incapacidade de realizar esse desejo” comenta Elias (1994:165).

Desta forma a maneira como a estrutura da pessoa singular se relaciona com as outras, e com o grupo social que determina a composição social, o habitus, porque segundo Elias, “Toda sociedade humana consiste em indivíduos distintos e todo indivíduo humano só se humaniza ao aprender a agir, falar e sentir no convívio com outros”.

O desejo de afeição, o medo da rejeição e a resistência ao risco são patentes na fala de Janice, que aos 46 anos se viu acometida de uma doença neurológica que deixou seqüelas motoras graves, mas que, por outro lado, revelou uma escritora em defesa das pessoas com deficiência, denunciando em especial as barreiras atitudinais. Segundo ela “Para haver inclusão é

preciso antes aceitação. Não se deve impor nenhum indivíduo à sociedade, sem que ela esteja disposta a recebê-lo...”

É possível perceber na sua fala o conflito apontado por Elias, um auto distanciamento e até mesmo um “eu” desprovido de um “nós”, na medida em que, segundo ela, “se formos profissionais da arte e se forem observadas as nossas necessidades individuais em torno do que deve girar a nossa vontade, nós, as pessoas portadoras de deficiência, deixamos facilmente de ser apenas um peso com o qual a sociedade e as nossas famílias têm que arcar e podemos estender nossas mãos para caminharmos lado a lado, com a sociedade e com a família de cada um de nós”. (2003p. 49).

Um “eu” que se identifica com o “nós” na condição de escritora, porque como ela mesma disse “são mais facilmente aceitas”, mas desprovido de “nós” quando não são agraciados com um dom, uma vez que “se Deus respeita a nossa individualidade, por que a aceitação de todos os deficientes (mesmo os que não foram agraciados com algum dom especial...) pela sociedade, como indivíduos é tão difícil?” (Elias 1994 p.165).

Ser deficiente é uma característica que supera qualquer outra que tenhamos” (Elias 1994 p.165) essa parte do seu discurso lido por outra pessoa no Evento Cultural Vital Arte, isso porque ela tem dificuldade de articular a fala, justifica alguns conceitos de Elias. É possível perceber que ela tenta superar a contradição entre sua auto percepção como um eu desprovido de um nós enquanto pessoa portadora de deficiência, um peso para família uma pessoa totalmente isolada e seu engajamento no grupo – nós dos artistas.

Pode-se ainda considerar sua fala sob a perspectiva Elisiana de Estabelecidos – Outsiders, onde o autor comenta que a auto imagem do grupo estabelecido tende a se modelar na minoria de seus “melhores” membros, enquanto que atribui ao conjunto do grupo outsider as características ruins de sua porção “pior”. Isso segundo ele libera o grupo de ter que provar sua superioridade. Rotular um grupo é fazer o rótulo de inferioridade humana prevalecer, são armas poderosas de exclusão e estigmatização, capazes de imobilizar, de manter os outros presos em seus lugares ou condições.

Entretanto, tanto em Winston Parva, como em outros lugares, “viam-se membros de um grupo estigmatizando os de outro, não por suas qualidades individuais como pessoas, mas por eles pertencerem a um grupo coletivamente considerado diferente e inferior ao próprio grupo”, Elias (2000, p. 23).

Desta forma, como apontado pelo autor, é possível perceber a inclusão quando se faz uma relação figuracional, ou seja, quando se considera a natureza da interdependência entre grupos, o que equivale a dizer que,

“somente por conviverem com outras é que as pessoas podem perceber-se como indivíduos diferentes dos demais. E essa percepção de si como pessoa distinta das outras é inseparável da consciência de também se ser percebido pelos outros, não apenas como alguém semelhante a eles, mas, em alguns aspectos, como diferente de todos os demais”. (Elias, 1994 p. 160-161).

Prova disso, é o relato de Janice do ocorrido no almoço de confraternização oferecido pelo Instituto Pestalozzi, aos participantes do Evento Cultural Vital Arte, quando um grupo de surdos quis saber sobre a atividade e a vida de cada expositor. Havia ali uma intérprete da Língua Brasileira de Sinais (Libras) que se incumbiu de traduzir. Havia no nosso grupo um caiderante, e este emocionado com a situação, chorou, fazendo com que uma das deficientes auditivas perguntasse por quê. Sem entender a D.A. ficou pensativa.

Segundo Janice “Eu tenho a impressão de que para aquele grupo de jovens surdos não foi nada agradável ver a própria situação provocar lágrimas num adulto... sentado numa cadeira de rodas...”

Esse fato demonstra como a análise figuracional é relevante, pois, ambos eram pessoas com deficiência, com deficiências diferentes, um auditiva, outro física, além disso, um grupo era jovem e o outro maduro, mas que na balança da identidade eu-nós, pendeu para o “eu” e com o qual ele não se identifica, e até sente pena.

Assim como foi dito por Elias (2000 p. 23-25)

“a peça central dessa figuração é um equilíbrio instável de poder, com as tensões que lhe são inerentes... A complementaridade entre o carisma grupal (do próprio grupo) e a desonra grupal (dos outros) é um dos aspectos mais significativos do tipo de relação estabelecidos – outsiders... pois fornece um indício da barreira emocional erguida... essa barreira afetiva responde pela rigidez, amiúde extrema, da atitude dos grupos estabelecidos para com os grupos outsiders – pela perpetuação do tabu... geração após geração mesmo que diminua sua superioridade social ou, em outras palavras seu excedente de poder”.

Isso é visível no depoimento de Janice (2003 p. 87)

“a inclusão está aquém daquilo de que nós necessitamos, enquanto seres humanos, na medida em que nos nivela... e

insisto em dizer que não somos todos iguais e que há diferenças entre os diferentes”.

Além disso, segundo seu relato, ela prefere o termo integração, porque o termo inclusão, leva a crer que a pessoa com deficiência nasce sem arbítrio e mais,

“entendo incluir como por dentro o indivíduo que está fora... e cada um de nós, as pessoas com deficiência, já está dentro posto que está viva. Basta que a sociedade nos proporcione condições de acessibilidade... e nos aceite como somos para que tenhamos a opção de integrarmo-nos...” (Janice 2003 p. 87)

Ethel Rosenfeld - Professora e Consultora na área de Deficiência Visual – Centro de vida Independente do RJ – CVI – Rio, coordenadora de eventos – Projeto DOSVOX – Núcleo de Computação Eletrônica – UFRJ (RJ). Ethel é deficiente visual.

Falando ainda sobre a análise das relações nas configurações, parece esclarecedor citar novamente Ethel Rosenfeld, que no Congresso Ibero-Americano de Acessibilidade no Turismo, em parceria com Rafael Croiton Azamor, ministraram o mini curso: Mitos e Realidades sobre Pessoas com Deficiência.

Eles questionam a concepção de deficiência da Organização Mundial da Saúde (OMS). Segundo a OMS, “deficiente é toda pessoa que apresenta uma ou mais características perceptíveis que a diferenciem do padrão de normalidade...”

Para Ethel/Rafael não existe um “padrão de normalidade”, porque, segundo eles, parâmetros são relativos. Eles apontam a importância de se considerar a posição do observador e do observado, porque acreditam como Lopes que “cada experiência de olhar é um limite, a gente

não conhece as coisas como elas são, só mediado pela nossa experiência”, e as experiência não são iguais.

Há segundo Elias (1994 p. 67) uma tendência da ciência de tratar o indivíduo singular como algo completamente isolado ou atribuir “a sociedades inteiras uma alma própria, que transcende as almas individuais, uma ‘anima collectiva’ ou uma mentalidade grupal”.

O autor comenta que essa visão fracionada do indivíduo e da sociedade como se entre eles existisse um abismo intransponível é um “absurdo”, porque não existe sociedade sem indivíduos, nem indivíduos sem sociedade, entretanto,

“consciência que temos de nós como sociedade, de um lado, e como indivíduos do outro – nunca chegam a coalescer inteiramente” mesmo sabendo que o abismo não existe na realidade, porque segundo ele “Toda sociedade humana consiste em indivíduos distintos e todo indivíduo humano só se humaniza... no convívio com outros”

(Elias, 1994, p. 67)

Esta parece ser também a opinião da antropóloga Miriam Goldenberg, .(apud Mendonça e Fernandes, 2005, p. 117), quando diz que as pessoas, homens e mulheres, são prisioneiros do olhar do outro. Segundo ela quem não se enquadra é cobrado, direta ou indiretamente e romper com os estereótipos é difícil.

Na perspectiva da antropóloga, as pessoas vão sendo absorvidas por verdades que deixam de ser questionadas, por modelos de comportamento. Na sua perspectiva de análise, é o que Bourdieu chama de doxa – “um modelo tão repetido e aceito que virava um padrão

inquestionável” (Golbenber, M. entrevista concedida à Revista Época).

Entretanto, na visão de Elisiana, isso se dá em função dos temores que ao longo do processo civilizado tem sido imposto a todos.

Para ele, na visão Elisiana, os medos e os desejos prendem as pessoas no âmbito das relações humanas e sociais. Elas, dependendo do nível pessoal de objetividade em seus pensamentos e ações se tornam mais ou menos suscetíveis aos sentimentos e fantasias, tornando-se mais ou menos capazes de suportar os perigos, conflitos e ameaças (Elias, 1994 p. 72).

“Em outras palavras, as ciências humanas e as idéias gerais que as pessoas têm de si como “indivíduos” e “sociedades” são determinadas, em sua forma atual por uma situação em que os seres humanos, como indivíduos e como sociedades, introduzem na vida uns dos outros perigos e temores consideráveis e basicamente incontroláveis. E essas formas de conhecimento e pensamento sobre as pessoas contribuem, por sua vez, para a constante reprodução desses perigos e temores. São causa e efeito dessa situação”. (Elias, 1994p. 72).

É nessa perspectiva que Ethel e Rafael situam as coisas. Ela como coordenadora da Equipe de Capacitação Funlar/SMAS da Prefeitura do Rio de Janeiro e ele, fisioterapeuta e assessor da equipe de Capacitação da FUNLAR/MSAS da Prefeitura do Rio de Janeiro, vêm nos cursos de capacitação de recursos humanos, em especial para companhias aéreas chamado a atenção dos participantes, pois as barreiras de comunicação, as atitudinais, são as mais difíceis e também as mais cruéis.

Ela, assim como Elias, defende que tudo está em constante movimento, em processos de mudanças, em desenvolvimento. Nada é ou está

estático, nem mesmo e especialmente as pessoas assim como suas inter relações .

Assim, se faz necessário compreender que as pessoas não são, elas estão e isso pode ser condição temporária, até porque, a tecnologia promete.

Um paralelo entre, ações da Organização das Nações Unidas (ONU), da Organização dos Estudos Americanos (OEA) e a Legislação Turística Brasileira, com o propósito de buscar compreender em que medida elas influenciam as políticas públicas de inclusão das pessoas com deficiência nas atividades turísticas apesar de ambicioso, como já foi dito anteriormente, parecer ser necessário na medida em que o objetivo desta reflexão é tentar compreender se elas orientam ou determinam, estabelecendo que como orientação entende-se todo um processo de busca de subsídios para atender com eficácia as necessidades das pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida e por determinação, uma imposição que obriga a atender, ainda que o atendimento seja apenas eficaz, ou seja, que produz um efeito, mas, não o efeito desejado pelas pessoas com deficiência, aquele que realmente as incluiria.

Isso parece ser necessário, pois há na legislação turística brasileira, alguns antagonismos, como a Deliberação Normativa nº 161/85, orientando as agências de turismo, sobre as cautelas necessárias ao contratarem com pessoas com deficiência ou familiares, ou mesmo a Deliberação Normativa 429/02 que altera o Sistema Nacional de Classificação dos Meios de Hospedagem, porque apesar de condição para aprovação de empreendimentos de uso público ou coletivo, a acessibilidade e mesmo estando este aspecto presente na referida norma que regulamenta a atividade de hospedagem, não parece haver empenho do Ministério do Turismo, ou de seus representantes, no sentido da promoção da inclusão, uma vez que o Instituto Brasileiro de Turismo (Embratur) não exige de todos alguns serviços ou adaptações que extra-intrapolam as condições mínimas exigidas pela ABNTNBR 9050/94, alterada pela ABNTNBR 9050/04.

Desta forma, alguns serviços, como por exemplo “treinamento do pessoal e adaptação do estabelecimento para pessoas com necessidades especiais física e outros. Colocar idosos e pessoas com necessidades

especiais em UH estrategicamente localizadas, com acesso mais fácil, também faz parte dessa política” (Manual de Avaliação e Matriz de Classificação...), dispostos pelo Regulamento do Sistema Oficial de Classificação dos Meios de Hospedagem, no Anexo III – Manual de Avaliação e Matriz de Classificação, item 1.5.6, são considerados “facilidades de atendimento”, apenas daqueles hotéis que pleiteiam 4, 5 ou 5 SL.

Assim, pode-se pensar que na concepção do Ministério do Turismo, o atendimento às necessidades do hóspede com deficiência, ou necessidades especiais, é luxo, uma vez, somente os hotéis luxuosos são obrigados a oferecer.

Além disso, outros aspectos curiosos e que chamam a atenção, diz respeito a exigência de banheiros adaptados para pessoas com necessidades especiais em áreas sociais. Esta segundo os padrões da matriz de classificação, também parece ser uma “facilidade” “um conforto”, enfim “um luxo” e não uma necessidade de todas as pessoas com limitação, na medida em que, segundo o documento oficial, somente os Meios de Hospedagem com 3, 4, 5 ou 5SL São obrigados a oferecer.

Não menos interessante, é o fato de ser uma obrigação dos hotéis 5 e 5SL Oferecer vagas no estacionamento, para embarque e desembarque de pessoas com deficiência física e/ou com necessidades especiais, em número igual ou superior em 10% o número de (UH) unidades habitacionais, conforme demonstrado abaixo.

Interpretações dos itens/padrões da matriz

1.- Itens Gerais

1.1.- Posturas Legais

<p>Facilidades construtivas, de instalações e de uso, para pessoas com necessidades especiais, de acordo com a NBR 9050 – 1994, em prédio com projeto de arquitetura aprovado pela Prefeitura Municipal, como meio de hospedagem, após 12 de agosto de 1987.</p> <p>NOTA: No caso de projetos anteriores, o meio de hospedagem deverá dispor de sistema especial de atendimento.</p>	1 ★	2 ★	3 ★	4 ★	5 ★	5★ SL
--	--------	--------	--------	--------	--------	----------

Refere-se à existência, na construção do estabelecimento, de instalações e facilidades de uso para pessoas com necessidades especiais física, inclusive no setor habitacional.

No caso de projetos anteriores a 12/08/87, o estabelecimento deverá possuir sistema especial de atendimento, como por exemplo, rampas móveis, cadeiras de rodas ou pessoal especificamente treinado para atender este tipo de cliente.

1.5 Atendimento ao Hóspede

<p>Facilidades de atendimento para minorias especiais (fumantes, idosos, pessoas portadoras de deficiência e/ou com necessidades especiais, alimentação especial, etc.)</p>				4 ★	5 ★	5★ SL
--	--	--	--	--------	--------	----------

Refere-se à definição de política e procedimento para atendimento a minorias especiais.

Exemplo: andares para não fumantes, treinamento do pessoal e adaptação do estabelecimento para pessoas com necessidades especiais física, e outros. Colocar idosos e pessoas com necessidades especiais em UH estrategicamente localizadas, com acesso mais fácil, também fazem parte dessa política.

2.- ITENS ESPECÍFICOS

2.2.- Acessos e Circulações

Áreas adequadas e específicas para acesso e circulação fáceis e desimpedidos nas dependências do estabelecimento, inclusive para pessoas portadoras de deficiência física e/ou com necessidades especiais.	1 ★	2 ★	3 ★	4 ★	5 ★	5★ SL
---	----------------	----------------	----------------	----------------	----------------	------------------

Refere-se à existência de rampas, elevadores e demais facilidades de acesso para pessoas com necessidades especiais, assim como escadas e rotas de fuga desimpedidas para utilização em casos de emergência.

2.4- Áreas Sociais

Banheiros sociais, masculino e feminino, separados entre si, com ventilação natural ou forçada, com compartimento especial, adaptado para pessoas com necessidades especiais,			3 ★	4 ★	5 ★	5★ SL
--	--	--	----------------	----------------	----------------	------------------

respeitando as normas e leis em vigor.						
---	--	--	--	--	--	--

Refere-se à verificação da existência de banheiros sociais, masculino e feminino, nas áreas sociais.

Os banheiros sociais masculino e feminino separados, compõem-se, no mínimo de: lavatório e bacia sanitária, sendo que no masculino é recomendável acrescentar-se mictórios independentes. Eles deverão estar equipados ainda com acessórios mínimos, tais como? Espelho de “toilet” sobre o lavatório, sistema de secagem de mão, saboneteira e cesta de papéis.

Os pisos e paredes deverão ser revestidos de material impermeável e de fácil limpeza. A iluminação poderá ser artificial e a exaustão, quando não houver aberturas para o exterior, por meio de dutos. O banheiro social, com facilidades para pessoas com necessidades especiais, pode ser uma unidade específica para uso exclusivo dos mesmos, ou o banheiro de uso comum dotado de padrões de acessibilidade que permitam a utilização, pela pessoa com necessidades especiais, de pelo menos uma peça de cada tipo, obedecendo as leis em vigor.

Critério a ser utilizado: verificar a existência dos banheiros sociais, separados por sexo, e a possibilidade de sua utilização por pessoas com necessidades especiais, caso não haja banheiros específicos para seu uso. A exigência quanto a pessoas com necessidades especiais deve observar o item 1.1.5.2.4.3

Estacionamento com número de vagas igual ou superior a 10% do						5★ SL
--	--	--	--	--	--	------------------

número total de UH com local apropriado para embarque/desembarque de pessoas portadoras de deficiência física e/ou com necessidades especiais, devidamente sinalizado, prevendo manobreiro.						
--	--	--	--	--	--	--

Refere-se à verificação da existência de vagas à disposição dos hóspedes (cobertas ou não), localizadas no próprio prédio, ou ainda fora do estabelecimento, desde que haja contrato de locação e manobrista habilitado. No local para embarque/desembarque de pessoas com necessidades especiais devem existir placas indicativas (com simbologia internacional) colocadas a uma altura que permita sua rápida identificação. Havendo diferença de nível entre a rua e a entrada social do estabelecimento, ou para o ingresso ao seu interior, o desnível deverá ser vencido através de rampas, ou, dependendo da data de aprovação do projeto (após 12/08/87), deverão existir meios para o atendimento deste requisito.

Isso tudo, leva a questionamentos, sobre qual é a concepção de inclusão do Ministério do Turismo?

Seria possível pensar que na concepção do órgão responsável pelo turismo no Brasil, se a pessoa com deficiência ou mobilidade reduzida for de uma classe social abastada, ela será percebida como estabelecido, caso contrário, como outsider.

Seria a condição econômica parâmetro para identificação da pessoa com deficiência entre os melhores não deficientes?

Poderia então, se pensar como Elias na identificação do hóspede deficiente não abastado com as características piores dos que não tem acesso a hospedagens caras?

Desta forma, há que se admitir que a atividade turística está longe de ser considerada inclusiva, como bem disse, Mariana Ceratti da equipe do Correio Brasiliense, em matéria veiculada em 18/06/2003, intitulada “Cadê a Rampa”. Segundo ela,

“no Brasil, o que deveria ser direito é exceção”. Ceratti chama a atenção para “a dificuldade de quem não consegue passar pela porta de um quarto. A chateação que é depender dos outros só para subir no ônibus ou chegar ao avião. Sofrer para transpor degraus que todo mundo sobe e desce na maior facilidade. E ainda ter que virar contorcionista para realizar o que é mais natural para todo mundo, como tomar banho ou fazer xixi! No Brasil, onde a liberdade de ir e vir e o direito ao lazer são garantidos pela Constituição, encontrar equipamentos turísticos que atendam às necessidades das pessoas com deficiências físicas é quase impossível. Falar de agência que se dediquem a esse pública, então... nem se fala”. Matéria disponível no site: <http://www.deficiente.com.br/imprimir_artigo_157.html> acesso em 24/04/05.

Ela comenta também, que:

“Poucas medidas até hoje foram tomadas para facilitar a vida desse público. A mais visível e recente foi a inauguração de elevadores e escadas rolantes que dão acesso ao Cristo Redentor, no Rio de Janeiro. Outra, de caráter governamental e mais antiga, prevê que deficientes têm direito a passagens de ônibus interestaduais de graça. No entanto, a burocracia para ter acesso ao benefício é grande e o conforto, nenhum. Nem ônibus nem rodoviárias estão adaptados para receber deficientes.”

Além disso, coloca que:

“Se essas dificuldades não bastasse, para fazer turismo no Brasil, o portador de deficiência ter que ser rico, ou pelo

menos capaz de pagar diárias em hotéis de quatro ou cinco estrelas.

Explica-se: de acordo com o Matriz de Classificação Hoteleira, quanto mais facilidades de acesso o hotel tem, maior número de estrelas ele recebe da Associação Brasileira da Indústria de Hotéis (Abih) e da Embratur. É claro que o preço sobe na proporção em que a graduação aumenta.

O documento estabelece, por exemplo, que um hotel que apresente sinalização e facilidades de atendimento para as chamadas “minorias especiais” recebe no mínimo três estrelas. Já as instalações e equipamentos capazes de assegurar completa mobilidade e independência para esse público são luxos próprios de cinco estrelas e cinco estrelas super luxo”. Matéria disponível no site:

*<http://www.deficiente.com.br/imprimir_artigo_157.html>
acesso em 24/04/05.*

Ceratti comenta ainda, que, apesar do Ministério do Turismo já ter um Manual de Recepção e Acessibilidade de Pessoas Portadoras de Deficiência a Empreendimentos e Equipamentos Turísticos desde 1999, há entre a intenção e a ação um longo caminho. Cita como exemplo uma pesquisa realizada por Sergio Ortega, empresário, dono de uma agência de turismo de São Paulo que atende pessoas com deficiência ter apurado 200 estabelecimentos, no Brasil, com quartos adaptados, esse número não pode ser considerado definitivo, pois, Ortega constatou que há pouco conhecimento das reais necessidades desse público, segundo ele “muitos consideram que ter instalações adaptadas aos deficientes significa ter um vão de porta maior para a passagem de cadeiras de rodas – mas não dispõem, por outro lado, de elevador ou rampa para vencer os degraus que levam aos quartos” (Isto É, nº 1562 de 8 de setembro de 1999 disponível no site: (<http://www.terra.com.br/istoé/comport/156223.htm> .)

Essa é também a opinião da Deputada Célia Leão, como é possível constatar, através da matéria intitulada “Berro no Avião” veiculada na Revista Isto É em 8 de setembro de 1999 de Carolina Trevisan:

“A deputada Célia Leão (PSDB-SP), paraplégica há 25 anos e conhecida lutadora pelos direitos dos deficientes, já viajou muito. Mas para ela é mais fácil ser turista na Holanda que em seu próprio país. Até porque os hotéis que oferecem hospedagem especializada aqui são justamente os mais luxuosos. É o caso do Renaissance, o mais sofisticado de São Paulo e um dos poucos a prever uma acomodação adaptada desde a planta. “Os turistas deficientes não têm condições reais de participar desse espaço. Os hotéis mais simples são uma desgraça”, afirma a deputada. O professor Ricardo Nakasato, 34 anos, surdo desde que nasceu, já passou por tantas situações constrangedoras, que aprendeu a ensinar os outros como tratá-lo. “Quando viajo de avião aponto o ouvido ou escrevo para dizer que sou surdo. A única vez que recebi um tratamento diferenciado foi na Inglaterra”, conta. Dorina Nowill, 80 anos, criadora da fundação que leva o seu nome, cega desde os 17 anos, gosta de visitar os museus. Em São Paulo, no Museu de Arte Moderna, onde as explicações das obras também estão em braile, ela pode tocar algumas esculturas. “Em museus onde não é permitido, vivo fugindo dos fiscais”, brinca. Porém, o despreparo é evidente em outros casos. Dorina lembra que num vôo, quando a comida foi servida, a aeromoça, em vez de oferecer a

refeição a ela, gritou para a sua filha que estava do outro lado do avião: “Diz para ela que a comida está pronta.”

São as principais preocupações desse público, e as maiores ameaçam à vontade de viajar.

A empresária fala do seu trabalho. Ele consiste em identificar hotéis e passeio acessíveis, mas, confessa “O grande problema é que tudo não depende apenas do meu trabalho, mas do receptivo, que nem sempre atende bem os deficientes”.

Além disso, a dona da agência Hondatur, coloca que, ao contrário do que acontece no Brasil, no exterior o respeito às diferenças é mais disseminado”, não só pela sociedade como também, pelo próprio “trade”, uma vez que, como ela conta “nos cruzeiros que passam pela costa brasileiro, por exemplo, os navios tem em média 4 cabines adaptadas, mas as operadoras abrem a venda para passageiros comuns. Ou seja, não se importam”.

A mesma observação foi feita, por Laura Fernandes, presidente da Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (Oscip) Cidadão Eficiente, que é também diretora da Comissair Congressos, Eventos e Turismo de mais recentemente, dia 1º de Maio de 2005, o Jornal Correio Popular de Campinas, no Caderno Cidades, apresentou a matéria “Turismo é desafio para deficientes físicos. Ainda são poucas as opções de viagens de lazer para quem utiliza cadeiras de rodas, mas já existem agências especializadas” de Sammya Araújo correspondente da Agência Anhangüera.

Na reportagem, a jornalista comenta que “os obstáculos no caminho dos turistas deficientes físicos continua, muito presentes no século 21”. Segundo ela, os empresários do setor admitem o crescimento desse mercado, entretanto “a falta de treinamento e de adaptação das estruturas de hospedagem ainda são realidade e refreiam os ímpetos de quem quer conhecer o mundo a bordo de uma cadeira de rodas”.

Entrevistando Ana Lúcia Honda, proprietária da agência Hondatur de Campinas que atende preferencialmente pessoas com deficiência, Araújo, constatou que “Esse é um nicho de mercado inexplorado” e que a grande carência de informações e também a falta de costume de ser bem recebido, São Paulo, acrescente Araújo.

Segundo a diretora da Cidadão Eficiente, que atua no desenvolvimento de projetos, na capacitação de pessoal e na consultoria para o mercado de viagens,

“O setor de turismo em geral não está preparado para atender adequadamente a todos e muito pouco é oferecido nos destinos para a pessoa com deficiência ou mobilidade reduzida. Apesar da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) já ter disponibilizado a NBR – 9050 (Norma Técnica que estabelece critérios para a acessibilidade de deficientes em edificações, espaço mobiliário e equipamentos urbanos), ainda não há investimentos suficientes que permitam o acesso.”

Numa outra matéria, também da correspondente da Agência Anhangüera, Sammya Araújo e veiculada pelo mesmo jornal e no mesmo dia, com o título “Falta infra-estrutura para visitantes”, a jornalista conversou com Julie Nakayama Hasushi, 18 anos, de São Paulo, estudante universitária e que tem paraplegia flácida, portanto, cadeirante e com Kátia

Fonseca, 48 anos de Campinas, jornalista, presidente da Organização Não Governamental (ONG) Centro de Vida Independente (CVI) e que tem nanismo.

Ambas criticam as estruturas turísticas do Brasil e da Europa, entretanto, “uma das grandes diferenças no turismo do lado de lá do Atlântico é a solidariedade”. Coloca Araújo, parafraseando Kátia. “Você chega ao pé da escadaria e sempre vem alguém te oferecendo ajuda” afirma.

Outro aspecto apontado, é que as condições de acessibilidade variam conforme o orçamento, segundo Kátia

“Eu tenho pouca grana e fico em hotéis de categoria turística, mas imagino que os de luxo seja bem melhores para as pessoas com deficiência. Mas importante é dizer que enfrentamos dois tipos de barreiras: além da arquitetônica, a atitudinal, que às vezes é bem pior”.

CAPITULO 5 – ANÁLISE DA REGULAMENTAÇÃO PROFISSIONAL DO BACHAREL EM TURISMO (TURISMÓLOGO) E DA FORMAÇÃO EM CINCO INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR COM CURSOS DE GRADUAÇÃO EM TURISMO.

5.1 – REGULAMENTAÇÃO PROFISSIONAL DO BACHAREL EM TURISMO (TURISMÓLOGO).

O bacharel em Turismo é egresso de curso superior de Turismo que obtém o primeiro grau de formatura. Nem todos os cursos superiores de turismo existentes no Brasil, são reconhecidos pelo Ministério da Educação, assim, alguns egressos, colam grau, mas seus diplomas não podem ser registrados no MEC. Além disso, a profissão de bacharel em turismo não é regulamentada a exemplo do que ocorre com outras profissões, como Jornalismo, Publicidade e Propaganda, entre outras.

Mesmo áreas com “*reserva de mercado*” são pressionadas quanto a contratação de profissionais sem habilitação específica, ou ainda, sem qualquer habilitação em curso superior, ainda que, em outras áreas.

Atribui-se esse descompromisso, esse desinteresse do setor empresarial, com a contratação de profissionais habilitados, nas áreas específicas e por faculdades reconhecidas pelo MEC as tendências do mercado, em evolução como as tercerizações, privatizações e desregulamentações (Trigo, 1999, p. 205).

Trigo (1999) entende que nesse momento econômico globalizado marcado pelo avanço tecnológico e pela exarcebada competitividade, o profissional de turismo tem que se impor pela “competência e eficiência”. Segundo ele, “*É necessário também que esse profissional tenha uma postura ética e não subestime a capacidade e as aptidões dos outros profissionais, graduados em diversos cursos superiores e que disputam empregos no turismo*”.

Essa parece ser também a visão de Beni (2002, p. 93) quando diz que “O profissional de Turismo é gerente dele mesmo.(...) empregos para a vida toda e com estabilidade já acabaram”.

O autor acredita que “capacidade e conhecimento, são hoje valores determinantes de empregabilidade, no entanto, vínculos empregatícios duradouros, “para sempre”, é que estão sendo ameaçados. Como ele diz, ou “os profissionais caminham para o futuro com suas próprias pernas ou serão colocados para lá” Beni (2002, p. 94).

Para Beni (2002), o mercado vive hoje outro tipo de lógica a lógica da estratégia. Sua visão da economia global supera as tecnologias, “valor preponderante ainda ontem, há muito esta ao alcance de todos”, atribuindo às estratégias, um valor de atração e captação de consumidores, como diferencial que distingue uma empresa de outra, um profissional de outro.

Dessa forma, o que se percebe na sua concepção, é que o próprio profissional se auto-gerencia, administrando seus “conhecimentos” seu “capital intelectual” e sua “inteligência”, considerando a inteligência como “capacidade de antecipar, de planejar cursos de ação até então inéditos, (...) é olhar para frente de forma criativa, e visualizar o que ainda não é obvio” (Beni, 2002, p. 94).

Ansarah (2002, p. 47) deixa claro qual é sua compreensão dos elementos necessários para a atuação profissional dos bacharéis em Turismo, elegendo qualidades eficazes para o exercício profissional, nas empresas do setor, “além da competência, o profissional precisará de determinação, criatividade, visão, disposição para inovar, confiança em si mesmo e nas suas idéias, paciência e preparação apropriada”.

Além disso, ela diz que “a satisfação do turista é essencial para o sucesso de qualquer empreendimento ou atuação” (2002, p.41), assim como, Ruschman (1989, p. 123-32) que atribui a “felicidade das pessoas”, ao bom desempenho desses profissionais.

Parece ser na concepção de Ansarah (2002, p. 47) que política-social e econômica, necessário a integração das instituições de ensino a órgãos de classe e governo, mas não essencial, uma vez que ao citar Trigo (*apud* Lage e Milone, 2000, p. 255), leva a crer que comunga com o autor:

“Muito difícil regulamentar profissões nas áreas de turismo e hotelaria, devido à multiplicidade de possibilidades na atuação profissional (...) em nenhum país do mundo o profissional em turismo é regulamentado (...). O que pode garantir legitimidade e espaço no mercado ao profissional não são atitudes corporativistas de reserva de mercado ou de protecionistas (...), mas a formação sólida, profunda e permanente; a ética; o constante aperfeiçoamento das habilidades; seriedade profissional; o respeito aos prazos e obrigações. Em consequência de diversos fatores, a percepção do setor do turismo como área de trabalho surge complexa e geralmente muito imprecisa, quer para muitos candidatos a emprego, quer para muitos dos empregados, quer até para organismos de regulamentação pública e associativa que compreendem o conjunto do setor (Estado, associações patronais, associações sindicais e associações profissionais de outras áreas), e ainda para os negociadores dos instrumentos de regulamentação coletiva do trabalho, para os promotores de formação profissional e para instituições de ensino”

No que diz respeito à legitimidade, talvez seja oportuno considerar, que este é o aspecto discutível no processo de regulamentação dessa profissão, sendo que, os mecanismos de legitimação não são únicos. Legitima-se coercitivamente ou coesivamente, segundo o Dicionário de Sociologia, Guia prático da Linguagem Sociológica, de Allan G. Johnson (1997, p. 134-135):

“Legitimação é o processo através do qual um sistema social ou algum aspecto do mesmo vêm a ser aceitos como justos e são em geral apropriados pelos que deles participam. Uma vez que é difícil manter por muito tempo um sistema pela coerção, a maneira mais eficaz para conservar a coesão social consiste em fazer com que as pessoas acreditem no sistema e o aceitem como ele é”.

A não aceitação do sistema e o reconhecimento da importância da regulamentação da profissão de bacharel em turismo é notória na fala de alguns docentes da área como Matias (2002, p. 32-33):

“A regulamentação da profissão de Turismólogo é importante porque dará:

- condições de defesa jurídica para assuntos trabalhistas;*
- defesa, e certa reserva de mercado para os Turismólogos sem destacar a questão do provisionamento (segundo Lei Federal);*
- identidade profissional reconhecida pelo Ministério do Trabalho;*
- caminhar para a organização política e sindical em prol da categoria;*
- reconhecimento da importância dos Turismólogos.”*

Segundo esta autora, a desregulamentação provoca mal estar e conseqüentes problemas como a desarticulação da categoria e desmotivação profissional, enfraquecendo a participação destes profissionais no próprio setor de trabalho, uma vez que, mina-se esta possibilidade via construção de uma imagem negativa da profissão quando se aceita que qualquer profissional possa atuar na área.

Ruschman (2002, p. 6) analisando o mercado de trabalho do turismólogo, elenca vários tipos de empresas e atividades, com serviços especializados nos quais esse profissional atua. Através desse mapeamento a autora, coloca em questão, como num mercado tão abrangente pode haver obstáculos na absorção dos bacharéis em turismo.

Atribui a crise econômica; ao fato das empresas do setor existirem a mais tempo que os cursos de Turismo em nível superior, o que faz com que o empresariado do setor julgue desnecessária a formação específica na área e ou de nível superior.

Desta forma, salienta a autora “o grande desafio dos estudantes e bacharéis em turismo, se situa no reconhecimento de sua profissão e na valorização de seus conhecimentos”.

Neto e Maciel (2002, p. 60) alertam para o “que vem sendo, proposto, em termos de legislação e sociedade”, alertam para a necessidade de se compreender as relações estabelecidas e seus vínculos. Isso, os autores chamam de competência: “saber se situar dentro dos interesses dessa sociedade (...)”

A regulamentação de uma atividade profissional, seja ela qual for, passa por ampla discussão política, segue etapas processuais determinadas em lei, assim esquematizadas por Matias (2002 p. 32):

“a) Origem

Projeto de Lei – Iniciativa do Executivo;

Projeto de Lei – Iniciativa do Legislativo,

Interessados redigem proposta.

b)Parlamentar

Câmara Federal;

Senado.

c) Forma mérito

Comissão de Constituição e Justiça;

Comissão de Esportes e Turismo;

Comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público.

d)Senado

e)Posição do Executivo

aprovação

veto

f) No caso de aprovação

Lei publicada no Diário Oficial da União.

g) 90 dias – Decreto de Regulamentação

h) No caso de veto

arquivamento do processo e aguardo da nova legislatura”.

Do que foi exposto, pode se pensar a questão como uma arena política onde os holofotes refletem a força dos gladiadores, protagonistas do poder hegemônico de grupos dominantes.

“(...) uma lei, quando discutida põe em campo um embate de forças e traz consigo uma série de expectativas e até mesmo de esperanças válidas para todos os sujeitos interessados.

Se aprovada, gera a adesão imediata, nos que apostaram em tais expectativas. Para os que não apostaram nesta, resta o caminho de uma crítica

que se ofereça como alternativa criadora, sob a qual esta posta a possibilidade de uma mudança, para o futuro a partir do presente.

Em ambos os casos o caminho, por sinal, é íngreme, se inicia como estudo minucioso do (inter) texto da lei” (Cury, 2001, p. 12 apud Shigunov Neto e Maciel, 2002, p. 23).

Fica claro, que qualquer projeto de lei a ser aprovado será alvo de discussões, de negociações compensatórias, mas que em ultima instancia, atenda aos interesses do bloco hegemônico.

A luta pela regulamentação da profissão de bacharel em turismo, não é recente. Começou logo após a formatura da primeira turma da Faculdade Ibero-Americana de Letras e Ciências Humanas em 1975.

Segundo Matias (2002), esses recém formados, atribuíam as dificuldades enfrentadas no mercado de trabalho a inexistência da profissão, assim, elaboraram um ante projeto de regulamentação da profissão de bacharel em Turismo, que foi apresentado para análise aos parlamentares pelo Deputado Amaral Furlan, sob numero 64/75, tendo sido posteriormente, apensado ao projeto de lei nº466/75, do Deputado Pacheco Chaves e arquivado por decurso de prazo. Alguns anos depois, 1979, Pacheco Chaves entra com um outro projeto de lei, o de nº881/79, pleiteando a regulamentação da profissão de Técnico em Planejamento Turístico. Obteve sucesso nas duas casas parlamentares, tendo chegado ao Executivo como projeto de lei nº54/83 e sido vetado pelo então Presidente João Batista Figueiredo, por entendê-lo “contrario ao interesse publico” (ibidem, p.26).

Em 1984, o então Deputado Márcio Braga, coordenador de Turismo do Governo Tancredo Neves, pleiteou a regulamentação da profissão de Técnico em Planejamento Turístico, através do projeto de lei nº4109/84 o qual acabou sendo modificado por intermédio do Deputado Roberto Rollemberg, então relator da Comissão de Esportes e Turismo do projeto do Dep. Marcio Braga, a pedido *do trade* representado pela Comissão Intersetorial, criada em 1983 pelas associações de estudantes, bacharéis e Faculdade Anhembí/Morumbi, com o objetivo de lutar pela regulamentação.

A proposta de alteração no Projeto de Lei nº4109/84, que dizia respeito, ao titulo escolhido pela categoria o qual seria Turismólogo e a alguns itens de competência profissional; foi acatada em parte, tendo sido, substituído pelo Projeto nº4109-A/84, no entanto, o titulo Turismólogo não constou do projeto

substitutivo, tendo permanecido o de Técnico em Planejamento Turístico. Esse projeto nunca foi votado (Ibid, p.27).

Em 1991, o Senador Marco Maciel, solidário com a luta, encaminhou a Casa um Projeto de Lei nº57/91 sobre o exercício da profissão de Técnico em Turismo.

Como relata Matias (2002, p. 27) a categoria, nesse momento representada pela Associação dos Bacharéis em Turismo – ABBTUR/Nacional, decidiu encabeçar o projeto N°57/91, uma vez que, o projeto nº4109-A/84 tramitava lentamente. Assim, o projeto de lei nº 57/91 passou por todas as comissões da Câmara e do Senado e em 1996, o Presidente Fernando Henrique Cardoso, após ouvir o Ministério do Trabalho vetou o Projeto dando o mesmo parecer de João Batista Figueiredo.

Em 1997 o Deputado Ricardo Heráclito fez alterações no projeto do Senador Marco Maciel e encaminhou-o ao Congresso Nacional. O Projeto recebeu o nº2731/97, contudo foi arquivado sem ter tramitado pelas Comissões da Câmara.

Em 1998, a ABBTUR/Nacional busca apoio junto às diversas entidades do setor de turismo, inclusive ao Instituto Brasileiro de Turismo (EMBRATUR). Por conta dessa articulação, duas Deliberações Normativas foram criadas, a D.N. nº390/98 que regulamenta a atividade do Bacharel em Turismo e a D.N. nº395/98, que institui o sistema de cadastramento de Bacharéis em Turismo junto a EMBRATUR.

Cabe observar que, uma Deliberação Normativa é um ato administrativo e como tal, tem alcance limitado a órbita da administração pública o que faz crer na “boa intenção” da EMBRATUR, mas, distante da ação esperada pela categoria, como demonstrado pela autora: “Esse resultado pode não ser o esperado pela categoria, mas representa alguns degraus conquistados durante todos esses anos de luta” (2002, p.27).

Em 1999 a Deputada Maria Elvira, PMDB-MG, com o apoio da ABBTUR/Nacional, apresentou em 06 de outubro, um projeto de lei nº 1830/1999, cuja ementa dispõe sobre o exercício da profissão de turismólogo e autoriza a criação do Conselho Federal e dos Conselhos Regionais de Turismo.

Segundo Matias (2002) este projeto depois de apresentado em plenário, aguardou o prazo para receber emendas sem que estas fossem apresentadas, assim, encontra-se em tramitação.

Ainda em 1999, outros projetos foram apresentados, dispendo sobre a criação de Conselhos Federal e Regionais de Guia de Turismo. Esses projetos foram os de nº 1840/99 da Deputada Nair Xavier Lobo; o de nº 1991/99 do Deputado Ronaldo Vasconcelos e o de nº 2034/99 da Deputada Maria Abadia, sendo determinado o apensamento dos dois últimos (nº 1840/99 e nº 2034/99) ao primeiro (nº 1840/99).

No ano 2000, o Deputado Eber Silva, PDT-RJ, apresentou no Congresso Nacional, através do Deputado Roberto Pessoa, o projeto de lei nº 2296/2000, também propondo a regulamentação da profissão de turismólogo e a criação dos Conselhos Federal e Regionais de Turismo. Este projeto de lei recebeu em 05/12/2001 um despacho determinando seu apensamento ao projeto principal, o projeto de lei nº 1830/1999 da Deputada Maria Elvira, conforme Parecer do Relator Deputado Arnaldo Faria de Sá, disponível em http://www.camara.gov.br/internet/sileg/prop_detalhe.asp?id=17278, acessado em 22/08/2004.

Segundo Matias (2002, p. 28)

“ao Projeto de Lei 1830/99, da Deputada Maria Elvira, foram apensados os Projetos de Lei 1840/99, 1991/99, 2034/99 e 2296/00. Esse fato entrou um pouco a tramitação do projeto pelas diversas comissões da Câmara dos Deputados, porque ofícios e requerimentos foram encaminhados à mesa diretora da Câmara, solicitando a desapensação dos projetos”.

Como exposto pela autora, apenas os ofícios nº 138/00 de 13/06/00 e o nº 234/00 de 17/11/00, da Deputada Maria Elvira, solicitando respectivamente, o desapensamento dos Projetos de Lei 1991/99, 2034/99 e 1840/99, foram deferidos. Os dois primeiros em 18/08/00 e o outro em 27/12/00.

Em 3 de julho de 2001, o Diário Oficial da União publicou uma Deliberação Normativa da Embratur de nº 421/01, a qual estabelece critérios para obtenção de recursos para projetos do Programa Nacional de Infra-estrutura Turística (PROINTUR). O que torna relevante essa discussão é que ela sinaliza de certo modo, uma mudança de rumo na posição da autarquia quanto a regulamentação da Profissão, quando comparada com a Deliberação Normativa nº 390/98, como se pode observar através do exposto:

Deliberação Normativa nº 421/01, artigo 2º :

Somente serão analisados por este Instituto os projetos pelos Conselhos Municipais de Turismo.

Parágrafo Único – Para os Projetos, cujos municípios ainda não criaram o Conselho Municipal de turismo, sra aceito parecer técnico favorável emitido por Bacharel em Turismo.

Deliberação Normativa nº 390/98, artigo 3º :

Os pedidos de apoio, institucional ou financeiros oriundos de estados e de municípios turísticos ou de potencial turístico, assim definidos por deliberação específica, terão prioridade de análise e atendimento, quando tiverem como interlocutor profissional egresso de cursos superiores de Bacharel em Turismo.

Segundo Matias (2002, p. 29) "Isto demonstra um certo retrocesso nas conquistas dos bacharéis em turismo perante a EMBRATUR".

O Senador Federal Moreira Mendes PFL-RO, também apresentou uma proposição de regulamentação da profissão de turismólogo, conforme projeto de lei do senado nº 290/2001. Este projeto foi apresentado a Câmara dos Deputados em 03/06/2002 tendo recebido o nº 6906/2002. Em 05/07/2002 a Mesa Diretora da Câmara dos Deputados apensou a este os projetos de lei 7010/2002 do Deputado José Carlos Coutinho, PDT-RJ, e, em 13/05/2003 o projeto de lei 812/2003 do Deputado Marcelo Teixeira, PMDB-CE.

Em 31/07/2003 a Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público (CTASP) segundo parecer do relator, Dep. Arnaldo Faria de Sá, decide pela aprovação do Projeto de Lei Nº 6906/2002, com emenda e pela prejudicialidade dos projetos PL 7010/2002 e do PL 812/2003, apensados, ambos visando também à regulamentação da profissão de turismólogo.

Em 26 de novembro de 2002, o Deputado Federal Edir Oliveira, PTB-RS, através de requerimento ao Presidente da Comissão de Constituição e Justiça e de Redação, com base no regimento interno da referida casa, solicitou a preferência de votação do projeto de lei nº 1830 de 1999, disponível em http://www.camara.gov.br/internet/sileg/propi_detalhe.asp?id=98937 acessado em 22/08/2004. Ainda através das informações obtidas nesse endereço eletrônico, em 16/05/2003 o projeto de lei 1830/1999, foi enviado ao Senado Federal, conforme ofício nº PS-GSE/386/03.

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) do Senado aprovou em 16/08/2004 o projeto de lei que propõe a regulamentação da profissão de turismólogo e que tramita nesta casa sob o nº 24/2003, originário da Câmara dos Deputados e de Autoria da Deputada Maria Elvira. Esse projeto foi aprovado com emenda e será examinado posteriormente pela Comissão de Assuntos Sociais (CAS) do Senado Federal.

Diante do exposto, podemos perceber que há mobilização de alguns de nossos representantes parlamentares, no sentido da regulamentação da profissão de turismólogo, o que faz crer que eles comungam com o Senador Leonel Pavan, PSDB-SC, quanto à relevância do assunto. Segundo notícias veiculadas no Informativo Semanal das Atividades Parlamentares do Senador Leonel Pavan, Ano II, nº55, atividades de 14 a 18 de junho de 2004, no site www.leonelpavan.com.br ,

“O Senador falou da importância da profissionalização do turismo no Brasil, lamentando que esta atividade não tenha merecido até hoje uma política mais agressiva. Disse que num mundo globalizado aonde a qualidade e a excelência de bens e serviços vem se sofisticando cada vez mais, deve ter habilitação especializada, pois esta área não mais comporta amadores ou aventureiros de primeira viagem”.

João dos Santos Filho (2003) em seu artigo: *27 de Setembro Dia do Turismólogo: Festejar ou Organizar?* Destaca o pioneirismo da Faculdade Morumbi, atual Faculdade Anhembí Morumbi e também da Faculdade Ibero-Americana de Letras e Ciências Humanas, atual Centro Universitário Ibero-Americano/Unicentro, mas entende que o fenômeno turístico só foi visto epistemologicamente, como objeto de estudo acadêmico e científico, após a criação do curso de turismo em 1973, na Universidade de São Paulo – Escola de Comunicações e Artes – USP/ECA.

O Professor destaca também a necessidade de se levar em consideração o momento político em que o curso de turismo foi proposto e aprovado pelos órgãos governamentais competentes. Ele relembra os idos da década de 70, como

“um dos momentos mais sangrentos da política brasileira, período extremamente conturbado no jogo das liberdades democráticas e da expressão. A imposição de uma universidade plasmada pela ideologia da Escola Superior de Guerra – ESG (...)”.

Assim, entende que da banalização do Congresso, instrumentalizado para atender a interesses próprios de políticos a serviço de multinacionais, nasceu o curso como um segmento de mercado da educação. Segundo ele, a intenção do antigo Conselho Federal de Educação, que através da “resolução s/n de 28/01/71 fixou conteúdo mínimo e a duração do curso superior de turismo” (Matias, 2002, p. 4 *apud* Santos Filho, 2003), era de incorporá-lo ao curso de administração, ampliando o leque das ênfases do curso de administração, o qual na época vivia um declínio na sua demanda. Na sua concepção, “Turismo era sinônimo de viagem e entendido como atividade eminentemente técnica (...)”.

Dessa forma Santos Filho demonstra que a demora da regulamentação da profissão de turismólogo é parte do processo de despolitização do neoliberalismo, que visa manter o profissional cego no que diz respeito à ampliação de mercado e débil como elemento transformador da sociedade.

5.2 – FORMAÇÃO DO PROFISSIONAL DE TURISMO.

Considerando que apenas muito recentemente, década de 1990, a atividade turística, tenha ganho destaque entre as políticas públicas e que foi somente a partir da década de 1960, que a atividade começou a ser considerada como merecedora de um aparato institucional para sua gestão, e que, muito mais recente ainda, é a participação das pessoas com deficiência nessas atividades, decidiu-se por realizar uma pesquisa exploratória, uma vez que como apontado por Gil, (1999, p. 43) “Pesquisas exploratórias são desenvolvidas com o objetivo de proporcionar visão geral acerca de determinado fato. Este tipo de pesquisa é realizado especialmente quando o tema escolhido é pouco explorado e torna-se difícil sobre ele formular hipóteses precisas e operacionalizáveis”.

Desta forma, foi feito um levantamento bibliográfico, documental, e entrevistas semi-estruturadas, com o objetivo de “não forçar o respondente a enquadrar sua percepção em alternativas preestabelecidas “ (Gil, 1999, p. 131).

Portanto, como os objetivos desse estudo são:

- identificar como se constituem as interdependências e as relações estabelecidas na dinâmica figuracional pedagógica, do deficiente no turismo.

- avaliar em que nível e de que maneira, essas instituições reconhecem a necessidade de formação específica para o atendimento das necessidades desse segmento populacional, assim como, avaliar se os cursos de Turismo estão atendendo a recomendação do MEC, Portaria nº1793 de 27 de dezembro de 1993, para que seja incluída disciplina ou conteúdo relativo aos aspectos ético- político- educacionais da normalização e integração da pessoa com deficiência.

-dimensionar enquanto fenômeno social o turismo para deficientes na visão acadêmica e na mercadológica.

Para atingir tais objetivos, definiu-se, alguns procedimentos, são eles:

– coleta de documentos: projetos pedagógicos e ementas das IES escolhidas.

– seleção da amostra;

– caracterização da amostra selecionada;

- elaboração e aplicação de entrevistas;

– análise dos resultados sob a ótica elisiana

A AMOSTRAGEM

A seleção da amostra levou em consideração que o maior número de Instituições de Ensino Superior - IES, pertencem ao setor privado. Das 1859 IES existentes, 207 são públicas e 1652 são privadas, ou seja, 88,9% (Dias – Barra Unimep).

Das 1652 IES privadas, 1302 são particulares, 78,8%, enquanto que 350 são comunitária, confessional e filantrópica, 21,1% (Dias – Inep/MEC). Além disso, o maior número destas instituições se concentram no sudeste do país, são 857 instituições.

Outro aspecto importante a ser considerado é o fato da região sudeste concentrar 42,4% da população do país e 49,3% das matrículas em IES, sendo que 54,3% das vagas em Instituições privadas, são oferecidas no interior. (Dias – Inep/MEC).

Segundo o Censo 2003 do sistema educacional do INEP/MEC, há no Brasil 16453 cursos de graduação presenciais, destes 10791 são oferecidos no setor privado, conforme informação obtida no site: www.inep.gov.br.

Ainda, segundo o referido censo, são 3.887.771 alunos de graduação presencial em Instituições públicas e privadas, desse número, 54,3% no interior e 45,7% nas capitais.

Dos 3.887.771 alunos de curso de graduação presencial, 76.635 alunos, 2,3% estavam matriculados nos cursos de turismo e 7.281 alunos, 0,2 % nos cursos de hotelaria.

Segundo consulta no site : www.edudatabrasil.inep.gov.br, no ano de 2002, havia no Brasil, na área de serviços, em especial na área de viagens, turismo e lazer, um total de cursos, assim distribuídos:

Programa ou curso de eventos:	2
Programa ou curso de lazer e turismo:	2
Programa ou curso de recreação e lazer:	3
Programa ou curso de turismo:	377
Programa ou curso de turismo ou hotelaria:	18
Programa ou curso de viagens e turismo:	1.

Entretanto, em consulta ao site www.educacaosuperior.inep.gov.br, acessado em 18.04.05, constatou-se que há no Estado de São Paulo 180 cursos de turismo, destes 8 estão sendo oferecidos na região administrativa de Campinas.

Considerando que a Região Administrativa de Campinas é composta por 90 municípios, organizados em sete Regiões de governo e que ela representa a 2ª maior concentração populacional do interior do estado de São Paulo e responde por 10,26% do Produto Interno Bruto do estado, como constatado no site da Unicamp http://www.unicamp.br/unicamp_unicamp_cidades_campinas.html acesso em 18.04.05

Do que foi exposto, conclui-se que o maior número de cursos oferecidos estão na região sudeste do país e por instituições de ensino do setor privado, concentrando-se o maior número deles nas particulares 78,8% e 21,2% nas comunitárias, confessionais, filantrópicas.

Como a Região Administrativa de Campinas tem o segundo maior contingente populacional do estado seu Produto Interno Bruto é expressivo e abriga oito cursos de Turismo, julgou-se apropriado adotar a amostragem por tipicidade, ou seja, do universo de oito instituições privadas na Região Administrativa de Campinas, selecionou-se cinco, três dos quatro tipos

existentes, os quais segundo o parecer CNE/CES 1366/2001, aprovado em 12/12/2001 são: Universidades, Centros Universitários, Faculdades Integradas, Faculdades e Institutos ou Centros Superiores, os quais são categorizados como instituições não universitárias. Como demonstrado no quadro abaixo:

Instituição	Cidade
Centro Universitário – SENAC – SENAC	Campus Águas de São Pedro
Instituto Superior de Ciências Aplicadas – ISCA	Limeira
Centro Salesiano de São Paulo – UNISAL	Campus Dom Bosco – Americana
Pontifícia Universidade Católica – PUC	Campinas
Universidade Metodista de Piracicaba - UNIMEP	Piracicaba

CARACTERIZAÇÃO DA AMOSTRAGEM

CENTRO UNIVERSITÁRIO SENAC – CAMPUS ÁGUAS DE SÃO PEDRO

O regulamento de implantação da Faculdade Senac de Turismo e Hotelaria de Águas de São Pedro foi aprovado pelo Decreto nº 61843/67.

A Faculdade atuava nas áreas de Turismo, Hotelaria e Gestão Ambiental, nas quais oferecia cursos de Tecnologia.

O curso superior de “Tecnologia em Turismo” teve início em janeiro de 1999 e foi reconhecido pelo MEC em novembro de 2001. Em 03 de agosto de 1999, foi publicado no DOU o novo regimento da Faculdade Senac de Turismo e Hotelaria de Águas de São Pedro, conforme portaria nº 1223 de 30 de julho de 1999 atendendo aos preceitos da LDB 9394/96.

Deixou de ser oferecido em 2004. Atualmente, após reestruturação a instituição educacional Senac, passou a Centro Universitário e o campus Águas de São Pedro em nível superior de graduação, passou a oferecer curso de tecnologia em Hotelaria, Gastronomia e Gestão Ambiental.

Em função disso foi eliminado do universo selecionado para amostragem.

**ISCA – FACULDADES – INSTITUTO SUPERIOR DE CIÊNCIAS
APLICADAS DE LIMEIRA**

Missão da Instituição Assegurar aos indivíduos qualificação para interagir na sociedade de maneira ética, participativa, justa e compromissada com o desenvolvimento contínuo.

Desenvolver o Ensino e a Extensão. Pesquisa – iniciação científica.

Credenciamento do 25 de julho de 2000

curso

Nível de graduação

Ênfase do curso

Bacharelado

Nas áreas de História, Lazer, Eventos e Ambiental. Os conteúdos da organização curricular foram desenvolvidos dentro de uma perspectiva teórico – metodológica que conduz a uma formação holística e multidisciplinar ao mesmo tempo generalista e voltada ao turismo histórico, de lazer e em meio ambiente. O curso de Turismo do Isca adequou os programas de ensino da grade curricular às necessidades de qualificação do mercado a integração empresa-escola.

Valores decorrentes da missão da Instituição

Solidariedade

Ética

Compromisso com a comunidade

Justiça Social

Sustentabilidade ambiental-econômica-social

Compromisso com a demanda do mercado

Compromisso com a formação para uma sociedade inclusiva

Respeito à diversidade

Organização

Acadêmica

Categoria

administrativa

Faculdade

Privada – particular em sentido estrito

UNISAL –CENTRO SALESIANO DE SÃO PAULO CAMPUS DOM BOSCO

Missão da Instituição

O Centro Unisal, fundado em princípios éticos, cristãos e salesianos, tem por missão contribuir na formação integral de cidadãos através da produção e difusão de conhecimento e da cultura em um contexto de pluralidade.

Valores decorrentes
da missão da
Instituição

- 1 – amorevolezza
- 2 – diálogo
- 3 – ética
- 4 – profissionalismo

5 – solidariedade

Credenciamento do curso	Resolução CDNSU 02/97 início em 1998
Nível de graduação	Bacharelado
Ênfase do curso	Planejamento e administração de empresas turísticas, organização de eventos, ecoturismo e turismo regional.
Organização Acadêmica	Centro Universitário
Categoria administrativa	Privada – Confessional - Filantrópica

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE CAMPINAS – PUC

Missão da Instituição

A Pontifícia Universidade Católica de Campinas, a partir de valores éticos-cristãos, considerando as características sócio-culturais da realidade tem como missão produzir, sistematizar e socializar o conhecimento por meio de suas atividades de ensino, pesquisa e extensão, visando a capacitação profissional de excelência À formação integral da pessoa humana e à contribuição com a construção de uma sociedade justa e solidária

<http://www.puc->

	campinas.edu.br/institucional/index.asp acesso em 16.04.05.
Credenciamento do curso de Turismo	Foi credenciada pelo MEC/CFE através da portaria nº 335 de 28 de maio de 1980.
Nível de graduação	Bacharelado
Ênfase do curso	Planejamento e Administração de empresas turísticas
Valores decorrentes da missão da Instituição	Solidariedade
	Respeito ao pluralismo e à diversidade
	Responsabilidade com o meio-ambiente
	Desenvolvimento com sustentabilidade econômico-financeira
	Pró-atividade
	Participação e co-responsabilidade
	Excelência
	Compromisso social
	Universidade
	Organização Acadêmica
Categoria administrativa	Privada – comunitária –confessional – filantrópica

UNIVERSIDADE METODISTA DE PIRACICABA

Missão da Instituição	<p>“é a filosofia de oferecer ensino de qualidade propiciando a melhor preparação daqueles que escolhem a Unimep para sua formação. A escola coloca os alunos como prioridade e busca servi-los, responder a seus interesses, qualificando-os para inserirem-se em um mercado de trabalho cada vez mais exigente e globalizado. Porém, na UNIMEP também se transmite aos estudantes a preocupação com a responsabilidade social, o compromisso de atuar em favor da comunidade. Queremos que nosso aluno seja capaz de olhar para além de si mesmo,</p>
-----------------------	---

enxergando o interesse coletivo e integrando-se ao processo de construção de tempos mais justos e solidários. Para tanto, as ações da Universidade são reforçadas por políticas institucionais de efeitos práticos, como a de capacitação de professores; de atuação nas áreas do ensino, pesquisa e extensão; de investimento em nossos “campi”, com suas bibliotecas e laboratórios; de aproximação com outras instituições em todo o mundo através de acordos de cooperação e intercâmbio; de valorização da cultura e da preservação da memória”

Mensagem do Reitor contida no site da instituição:<<http://www.unimep.br/php/index.php?acesso> em 16.04.05

Criação do curso

Junho de 1999

Reconhecimento

Portaria nº 1490 de 13.06.03

Nível de graduação

Bacharelado

Ênfase do curso

“O curso de turismo da Unimep assumiu o compromisso de alavancar os pilares institucionais da pesquisa, da docência e da extensão, com o intuito de se constituir um ponto de referência do pensamento turístico nacional”

Valores decorrentes da missão da Instituição

- 1 – Promoção humana
- 2 – Promoção do desenvolvimento econômico/social
- 3 – Responsabilidade social
- 4 – Solidariedade
- 5 – Justiça
- 6 – Compromisso com a comunidade
- 7 – Pró-atividade
- 8 – Excelência

Organização

Universidade

Acadêmica

Categoria

Privada – comunitária – confessional – filantrópica

administrativa

Habilitação

Turismo

Organização da
formação

Graduação

PESQUISA EM CINCO INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR COM CURSOS DE GRADUAÇÃO EM TURISMO

ROTEIRO PARA ENTREVISTA

1) O projeto pedagógico do curso de Turismo desta instituição atende a Portaria N°1793 de 27 de dezembro de 1994 do MEC, no que determina:

Art. 2º - Recomendar a inclusão de conteúdos relativos aos Aspectos Ético – Político – Educacionais da Normalização e Integração da Pessoa Portadora de Necessidades Especiais... nos demais cursos superiores, de acordo com suas especificidades.

2) Na grade curricular do curso de Turismo desta instituição, quais disciplinas explicitam conteúdos, que atendem a Recomendação do MEC, Portaria nº 1793/94?

3) Com relação a inclusão da pessoa com deficiência no turismo, o curso de turismo, atende com:

a – informações específicas sobre o tema?

b – discussão e propostas de atuação prática em favor do tema?

c – capacitação específica dentro do curso ou em extensão para atendimento desse público?

d – discussão sociológica e filosófica sobre a inclusão de forma geral?

4) Segundo Mamede (2002:96) a Deliberação Normativa nº161/85 da Embratur prescreve que o cliente tem “o dever de informar a agencia no ato de sua inscrição no programa sobre qualquer restrição ou impedimento seu, de seus familiares ou acompanhantes, decorrentes de motivo de doença incapacidade física ou mental ou outra causa qualquer que possa dificultar o desenvolvimento da excursão, incomodar os demais participantes ou implicar cuidados especiais durante a excursão, sendo facultado ao operador a não aceitação desse tipo de cliente, ou seu desligamento, a qualquer época, desde que efetuados os acertos financeiros devidos”. Qual a orientação nesse sentido?

5) Ainda considerando, o que foi dito por Mamede (2002:96).

A Deliberação Normativa nº161/85 da Embratur, orienta ainda as agencias, para que a anotação de tal observação seja feita de forma destacada em contrato, respeitando assim o código de defesa do consumidor, sendo que a anuência do cliente, conduz à exoneração das responsabilidades da agencia

para com ele por problemas que resultem de qualquer omissão. Qual a orientação do curso no que diz respeito a satisfação do cliente com deficiência?

7) Além disso, Mamede (2002: 96-97) acrescenta que, “se esses problemas, fruto de omissão, atingirem terceiros, sendo possível demonstrar ter havido um ato ilícito por parte do cliente (omissão dolosa), que visivelmente causou danos, a terceiros membros da excursão, haverá responsabilidade civil do cliente “direito de regresso da agência, se suportar pedido de indenização aforado por qualquer outro cliente da mesma excursão, que tenha sido prejudicado”. Nesse sentido, a orientação do curso, no que diz respeito a possíveis tensões entre pessoas com e sem deficiência, num mesmo grupo de viagem?

8) Segundo Caio Luiz de Carvalho, atual presidente da Anhembi – Turismo e Eventos “Torna-se fundamental adequar os produtos e serviços que formam a cadeia produtiva da indústria turística às necessidades objetivas e imediatas de segmentos específicos da população que por razões diversas, ainda sofrem limitações para a prática do turismo”. De que forma os cursos colaboram para minimizar?

9) Ainda, segundo Caio Luiz de Carvalho (1999:11) “O Brasil dispõe de aproximadamente, 10% de sua população de portadores de deficiência marginalizados da atividade turística por falta de infra-estrutura que lhe seja adequada”.

... é um notável filão consumidor já descoberto pelos países mais desenvolvidos, que ... os tem como clientela prioritária”. Você acredita que os cursos estão de olho nesse nicho?

10) Um dos grandes problemas desse segmento de mercado são os picos, seja eles de grande fluxo (alta temporada) ou de pequeno fluxo (sazonalidade). Uma das alternativas consideradas foi investir na 3ª idade. Há orientação do curso nessa perspectiva?

11) A atual matriz de classificação dos Meios de Hospedagem (Deliberação Normativa nº429/02), orienta segundo as normas da ABNT/NBR 9050, para que os meios de hospedagem ofereçam alojamentos e acomodações adaptadas, entretanto, demonstra maior determinação para com os hotéis que pleiteiam classificação de 5 SL, 5, 4 e 3 estrelas. Qual a visão do curso sobre essa medida?

12) No referido regulamento de classificação dos meios de hospedagem (DN Nº429/02), há exigência de recursos humanos treinados para atender as especificidades dos hóspedes de forma personalizada, somente para aqueles que almejam a categoria 5 SL. Qual a visão do curso?

13) As Diretrizes Curriculares Nacionais do curso de graduação em Turismo aprovadas em 6/11/2003 através do Parecer nº CNE/CES 0288/2003, orientam com vistas a que, os cursos reflitam uma dinâmica que atenda aos diferentes perfis de desempenho a cada momento exigido pela sociedade. Em que medida os cursos atendem, quando o perfil de desempenho exige especificidades como é o caso, por exemplo, de um deficiente auditivo?

14) O curso de graduação em Turismo deve possibilitar uma formação profissional que revele, competência e habilidade para intervir de forma positiva em mercados emergentes. Essa é uma proposta do curso?

15) As Diretrizes falam ainda de competências e habilidades para domínio de métodos e técnicas indispensáveis ao estudo dos diferentes mercados turísticos, identificando os prioritários, inclusive para efeito de oferta adequada a cada perfil do turista. De que forma elas são trabalhadas?

16) As Diretrizes Curriculares Nacionais determina as competências e habilidades que os egressos do curso de turismo, deverão desenvolver ao longo do curso, entre elas, a intervenção positiva no mercado turístico com sua inserção em espaços novos, emergentes...

O mercado das pessoas portadoras de deficiência ou mobilidade reduzida é emergente?

17) A pessoa portadora de deficiência precisa de condições adequadas, conforme a especificidade da sua limitação. Estão sendo atendidas, ainda que não satisfatoriamente, na questão de acesso, ou seja, na eliminação das barreiras arquitetônicas, no entanto estas não são as únicas, há também barreiras atitudinais. Como isto é trabalhado?

18) Para eliminação de estereótipos, há necessidade de informação. Como isso é trabalhado dentro do curso?

CONSIDERAÇÕES FINAIS -

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANDRADE, J. V. de. **Turismo, fundamentos e dimensões**. São Paulo: Ática, 2000.

ANDRIOLI, Antonio I. In: Revista Espaço Acadêmico. Ano II, nº21. fev.2003, mensal- ISSN1519.6186.

ANSARAH, M.F. dos Reis. (org.) Turismo, Segmentação de Mercado.3.ed. São Paulo: Futura, 1999.

_____. **Formação e capacitação do profissional em turismo e hotelaria: reflexões e cadastro das instituições educacionais no Brasil**. São Paulo: Aleph, 2002.

ARANHA, M. S. F. **Inclusão: intenção e realidade**. Marília: Fundepe, 2004.

ARAUJO, C. M. **Ética e qualidade no turismo no Brasil**. São Paulo: Atlas, 2003.

_____. **Turismo é desafio para deficientes físicos**. Correio Popular, **Campinas, 1 mai.2005.**
Caderno Cidades, sem barreiras, p. 16.

BADARO, R.A.de M. **Direito do turismo: história e legislação no Brasil e no exterior.** São Paulo: Senac, 2003.

BANDUCCI JR., A. e BARRETO, M. **Turismo e Identidade local.** Uma visão antropológica. Campinas, SP: Papirus, 2001.

BARRETO, M. **Manual de iniciação ao estudo do turismo.** 2.ed. Campinas, SP: Papirus, 1997.

BELLUZZO, A. M. de M. **O Brasil dos viajantes.** São Paulo: Objetiva, 1999. In: BENI, M. C. **Análise do desempenho do Sistema Nacional do Turismo instituído na Administração Pública.** São Paulo: Eca/USP, Tese de Livre Docência, 1991.

BENI, M. C. **Análise do desempenho do sistema nacional do turismo instituído na administração pública.** São Paulo: Eca/USP, Tese de Livre Docência, 1991

BEZZERRA, M. M. de O. **O papel do estado na criação das condições básicas da produção no nordeste do Brasil, no período de 1960/1989.** Dissertação de Mestrado, UFPb, 1993.

BLONDEL, J. Encadeamentos e regularidades nas “Ciências da Cultura”: seguindo Friedrich Nietzsche, Max Weber, Norbert Elias. In GARRIGOU, A.; LACROIX, B. ; ELIAS, N.: **A política e a história.** São Paulo: Perspectiva, 2001. p.43-64.

BOITEAUX, B. **Legislação de Turismo:** tópicos de direito aplicados ao turismo. Rio de Janeiro: Campus, 2003.

BOLONHIMI JUNIOR, R. **Portadores de necessidades especiais:** As principais prerrogativas e a legislação brasileira. São Paulo: Arx, 2004.

BRASIL, **Ministério do esporte e turismo.** Manual de recepção e acessibilidade de pessoas portadoras de deficiência a empreendimentos e

equipamentos turísticos. Brasília S.N, 1999. Disponível em <http://www.embratur.gov.br/br/conteudo/index.asp?id=360> Acesso em 27 de fevereiro 2005.

_____. **Ministério da Justiça**. Secretaria Especial de Direitos Humanos da Presidência da República. Projeto Ir e Vir Direito de Todos. Florianópolis SC: Monatram, 2004.

BUSSMANN, Antonio Carvalho. O projeto político pedagógico e a gestão da escola. In VEIGA, I. Passos A. **Projeto político pedagógico da escola** – uma construção pessoal. 16.ed. Campinas: Papyrus, 2003.

CALDEIRA, Jorge; et al. **Viagem pela história do Brasil**. 2.ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.365.

CERATTI, Mariana, Cadê a Rampa. **Correio Brasiliense**, 18.jun.2003. Disponível em <http://www.deficiente.com.br/imprimir_artigo_157.html> acesso em 24.04.05.

CIDADE, Ruth Eugênia Amarante e Souza. **Atletas paraolímpicas: figuras e sociedade contemporânea**. Campinas, SP: Faculdade de Educação Física, 2004.248f. Tese (Doutorado em Educação Física) – Faculdade de Educação Física, Universidade Estadual de Campinas, 2004.

COLETÂNEA EDUCAÇÃO & FAMÍLIA. **Deficiências. A diversidade faz parte da vida!** São Paulo: Escala Ltda., nº 5, ano I. 66 p.

COLTMAN, M.M. **Introduction to travel and yourism: an International approach**. New York: Reinhold, 1989.

CORBAIN, 1984 apud REJOWSKI, M. (org.). **Turismo no Percurso do Tempo**. São Paulo: Aleph, 2002.

CRUZ, Rita de Cássia. **Política de turismo e território**. 3. ed. São Paulo: Contexto, 2002 (Coleção Turismo) 167 p.

CURY, Carlos Roberto Jamil. **Lei de diretrizes e bases da educação:** Lei nº 9.394/96. 4.ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

DEL CLARO, Renata. Eles trabalham de verdade! Educação & família. Deficiências- a diversidade faz parte da vida! São Paulo: Escola Ltda., n. 05, ano I, p. 29.

DIAS, C.M.M. **Home away from home: evolução, caracterização e perspectivas da hotelaria: um estudo compreensivo.** Dissertação (Mestrado em Turismo), Eca-USP, São Paulo, 1990.

DINIZ, T. Diálogo desencontrado dificulta inclusão. Folha de São Paulo. São Paulo, 17 de abr.2005. Caderno empregos, mercado de trabalho, p. 6.

DUARTE, A. **As profissões no setor do turismo.** Lisboa: Instituto Nacional de Formação Turística, 1998.

DUARTE,V.V. **Administração de sistemas hoteleiros: conceitos básicos.** São Paulo: Senac, 1996.

ELIAS, N. **A sociedade dos indivíduos.** Organizado por Michael Schröter. Trad. Vera Ribeiro. Revisão. técnica e notas de Renata Janine Ribeiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994.

_____. Ensaio sobre o desporto e a violência. *In:* ELIAS,N. DUNNING E. **A busca da excitação.** Lisboa: Difel, 1992.

_____. **O processo civilizador: formação do estado e civilização..** Rio de Janeiro: Zahar, 1993. v.2.

_____. **O processo civilizador: uma história dos costumes.** Rio de Janeiro: Zahar, 1994b.v.1.

_____. **Os estabelecidos e os outsiders: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade.** Rio de Janeiro: Zahar, 2000.

FERNÁNDEZ Fuster, L. **Teoria y tecnica del turismo.** 2.e. Madrid: Nápoles, 1974.v.2

FERRAZ, J. A. Regime jurídico do turismo. In: LAGE, N.B.G.; MILONE, P. C. (Org.). **Turismo: teoria e prática.** São Paulo: Atlas, 2000.

FONSECA, R.T.M.. Decreto nº 3298/99 e a Inserção Direta do Portador de Deficiência no mercado de trabalho. In: **Seminário internacional sobre todas as formas de discriminação no trabalho**, 5., 2000, Brasília DF Anais eletrônicos... DF Ministério Público do trabalho. Disponível em: <http://www.pgy.mpt.gov.br/publicacoes/pub25.html> Acesso em 06 de fevereiro de 2005.

FORTUNE Magazine 1998 apud NAYAR, J. in: **Congresso Ibero – Americano de Acessibilidade no Turismo**, RS, 2004.

FOUCAULT, M. **A ordem do discurso.** São Paulo: Loyola, 1996.

GEBARA, A. Norbert Elias e a teoria do processo civilizatório.: contribuição para a análise e a pesquisa no campo do lazer. In: BRUHNS, H.T. (org.) **Temas sobre lazer.** Campinas, SP: Autores Associados, 2000, cap. 2, p. 33-45.

GELLER, Carlos Henrique. **Apologia à liberdade visual.** 1998, apud Ir e Vir Direito de Todos, 2004.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social.** 5.ed. São Paulo: Atlas, 1999.

GIORDANO, B. W. **(D)eficiência e trabalho: analisando suas representações**. São Paulo: Annablume: Fapesp, 2000.

HARVEY, D. 1989 *apud* BARRETO, M. **Manual de Iniciação ao Estudo do Turismo**. 2. ed. Campinas, SP: Papyrus, 1997. (Coleção Turismo). p. 54.

HEGARTY, J.A. **Ethics in hospitality education**. International Journal of Hospitality Management, n. 9, p. 106-109, 1990.

HOUAISS, A. **Dicionário Prático da Língua Portuguesa**. São Paulo: Melhoramentos, 1987.

HULTSMAN, J. Just tourism: an ethical framework. **Annals of Tourism Research, Wisconsin**, v. 22, n. 3, p. 553-567, 1995.

JANNUZZI, G. **A luta pela educação do deficiente mental no Brasil**. Campinas, SP. Autores Associados, 1992.

KASSAR, M. **O discurso do outro e o discurso individual: uma contribuição para discussão a respeito da constituição do sujeito deficiente**. Disponível em:

<http://copsa.cop.es/congresooineroa/base/social/soct135.htm>> Acesso em 08 abr.2003.

KRIPPENDORF J. **Sociologia do turismo**. Para uma nova compreensão do lazer e das viagens. Rio de Janeiro: Civilização, 1989.

LAGE, B.H.G. e MILONE, P.C. **Economia do turismo**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2001.

LOPES, Paulo César. In: **Janela da Alma**, filme de João Jardim e Walter Carvalho.

LORENTZ L.M. **A luta do direito contra a discriminação no trabalho**. Ministério Público do Trabalho. Disponível em: <http://www.pgt.mpt.gov.br/publicacoes/pub61.htm/>. Acesso em 01 jan.2005.

MAMEDE, Gladston. **Agências, viagens e excursões**: regras jurídicas, problemas e soluções. Barueri, SP: Manole, 2003.

_____. **Direito do turismo**: legislação específica aplicada. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

_____. **Direito do turismo**: legislação específica aplicada. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2001.

MARCELINO, N.C. **Lazer e educação**. 2. ed. Campinas, SP: Papyrus, 1990.

MARCUSE, H. **A ideologia da sociedade industrial**. 6. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

MARQUES, M. O. Escola, aprendizagem e docência: imaginário social e intencionalidade de política. In: VEIGA, I.P. A. (org.) **Projeto político-pedagógico da Escola**. 16.ed. Campinas, SP: Papyrus, 2003.

MATIAS, M. **Turismo: formação e profissionalização** (30 anos de história) Barueri, SP: Manole, 2002.

MENDONÇA, M. e FERNANDES, N. Eu também sou normal. Revista Época. Rio de Janeiro: Ed. Globo, nº 364, 09 mai. 2005.

MOESCH, M. M. **A produção do saber turístico**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2002.

_____. Para além das disciplinas: o desafio do próximo século. In GASTAL, S. (org.) **Turismo investigação e crítica**. São Paulo: Contexto, 2002.

NUNES, Luiz Antonio Rizzato. **Comentários ao código de defesa do consumidor**. São Paulo: Saraiva, 2000.

OMOTE, S. Deficiência e não-deficiência: recortes do mesmo tecido. **Revista Brasileira de Educação Especial**, v.1, n.2, p. 65-73, 1994.

_____. Inclusão: da intenção à realidade. In: **7ª Jornada de educação especial**. 04 mai. 2004. Marília: Fundep, 2004.

ORLANDI, E. P. A incompletude do sujeito e quando o outro somos nós? In: ORLANDI E. et al. **Sujeito e texto**. São Paulo: Educa, 1988 (Cadernos PUC), p. 9-16.

PEREIRA, R. Multa pesada para quem não contratar portador de deficiência. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 21 nov. 2004.

PERRANZONI, V.C.; FREITAS, S.N. Evolução do (Pré) conceito de deficiência. In: **Cadernos de Educação Especial**. UFSM. RGS. N.16, 2000.

Portadores de Deficiências & Profissionais do Setor. **Revista Nacional de Reabilitação**, n. 28, set/out.2002.

REJOWSKI, Miriam (Org). **Turismo no Percurso do Tempo**. São Paulo: Aleph, 2002.

RUSCHAMAN, D.O planejamento da carreira do bacharel em turismo. In: **Capacitación turístico. Su aporte a los sectores publico y privado**. Buenos Aires: Amfort/Ciet, 1989.

_____. **Turismo no Brasil: análise e tendências**. Barueri: Manole, 2002

SANTOS FILHO , J. Turismólogo: festejar ou organizar “a lógica da consciência de classe”. Espaço Acadêmico, Maringá, ano 2. n.20, jan. 2003. Disponível em <<http://www.espacoacademico.com.br/020/20jsf.htm>>. Acesso em 12 dez. 2004.

SANTOS, M. P. dos. A prática da educação para inclusão. In: M.C. MARQUEZINE et al (orgs.) Inclusão. **Coleção Perspectivas Multidisciplinares em Educação Especial**. Londrina: Eduel, 2003.

SASSAKI.R.K. **Inclusão: construindo uma sociedade para todos**. 4.ed. Rio de Janeiro: WVA, 1997.

SAWAIA Bader (org.) **As artimanhas da exclusão: análise psicossocial e ética da desigualdade social**. 4.ed. Petrópolis, RJ. Vozes, 2002.

SHIGUNOV NETO, A.; MACIEL, L.S.B. Formação profissional nos cursos de turismo do Brasil: algumas reflexões à luz da LDB/96 e das diretrizes curriculares para os cursos de graduação. In: SHIGUNOV NETO, e MACIEL, (org.) **Currículo e formação profissional nos cursos de turismo**. Campinas, SP Papyrus. 2002.

SILVA, S. ;VIZIM, M. (orgs.) **Educação especial: múltiplas leituras e diferentes significados**. Campinas, SP: Mercado das Letras: Associação de Leitura do Brasil -ALB, 2001. (Coleção Leituras no Brasil).

SILVEIRA J.M. **A viagem**. Curitiba: J.M.da Silveira, 2003.

SOLHA, k. t. Evolução do turismo no Brasil. In: REJOWSKI m. (org) **Turismo no Percurso do Tempo**. São Paulo: Aleph, 2002

TRIGO, L. G. A educação e os novos tempos. In _____. A sociedade pós-industrial e o profissional em turismo. 3.ed. Campinas, SP: Papyrus, 2000. 280p.

_____.A importância da educação para o turismo. In: LAGE, Beatriz Helena Gelas; MILONE, Paulo César (org). **Turismo: teoria e prática**. São Paulo: Atlas, 2000.

_____. **Turismo básico**. 2. ed. São Paulo: Sebrac, 1998.

_____.Viagens na memória. São Paulo: Senac, 2000.

YASOSHIMA, J. R.; OLIVEIRA, N. S. Antecedentes das viagens e do turismo. In: REJOWSKI, M. (Org.).**Turismo no Percurso do Tempo**. São Paulo: Aleph, 2002.

ANEXOS